



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

**EVERALDO DE VASCONCELOS MARTINS**

**DINÂMICA DA ECONOMIA E DAS RELAÇÕES DO  
TRABALHO DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE  
SANTARÉM**

Belém  
2009

**EVERALDO DE VASCONCELOS MARTINS**

**DINÂMICA DA ECONOMIA E DAS RELAÇÕES DO  
TRABALHO DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE  
SANTARÉM**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Oriana Trindade de Almeida  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna M. Ramos de Castro

Belém  
2009

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

---

Martins, Everaldo de Vasconcelos

Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém / Everaldo de Vasconcelos Martins; Orientadora Oriana Trindade de Almeida. – 2009.

105 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

1. Pesca – Aspectos econômicos – Santarém (PA). 2. Pescadores – Santarém. 3. Pescados – Comércio – Santarém (PA). 4. Relações trabalhistas – Santarém (PA). I. Almeida, Oriana Trindade de, orientadora. II. Título.

---

CDD 21. ed. 639.2098115

**EVERALDO DE VASCONCELOS MARTINS**

**DINÂMICA DA ECONOMIA E DAS RELAÇÕES DO  
TRABALHO DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE  
SANTARÉM**

Dissertação apresentada para ao Núcleo de Altos Estudos da  
Amazônia - NAEA, como requisito para obtenção do título de  
Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Oriana Trindade de Almeida  
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Maria Ramos de Castro  
Coorientadora – NAEA/UFPA

Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Diniz  
Examinador – Externo

Prof<sup>o</sup> Dr. Thomas Peter Hurtienne  
Examinador – NAEA/UFPA

**Resultado:** Aprovado

A Deus, fonte de inspiração e de vida.

À minha família.

Aos colegas do Curso de Especialização em  
Economia Regional e do Mestrado em Planejamento  
e Desenvolvimento Regional que me incentivaram e  
motivaram desde o início do curso.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Carmen Dolores de Vasconcelos Martins e meu pai Teotônio Macedo Martins, que com amor e incansável compreensão me orientaram a trilhar caminhos em busca de uma vida melhor, e ainda à minha família, que com muita paciência me apoiou nos momentos difíceis de ansiedade e angústias.

A todos os Professores do NAEA/UFPA que, com seus ensinamentos, colaboraram para a construção e abertura de novos caminhos que, doravante, orientaram o meu saber, em especial à orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Oriana Trindade de Almeida e à coorientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna Maria Ramos de Castro, que sempre interagiram comigo de forma efetiva, compartilhando conhecimentos e troca de experiências na elaboração da dissertação.

À Administração da ADA/SUDAM, que acreditou no potencial de conhecimento dos servidores selecionados e proporcionou condições para frequência do curso.

Ao Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento CGEAP da SUDAM Dr. Adagenor Lobato Ribeiro, que não mediu esforços quando acionado para prestar colaboração na formatação da dissertação.

Ao Dr. Professor Miguel Petrere Junior (UNESP- Rio Claro), que, mesmo à distância, esteve sempre prestando colaboração e me incentivando à conclusão do curso.

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA), na pessoa do técnico, colega e amigo do Escritório Regional do Município de Santarém, Engenheiro Agrônomo Francisco Lorens de Souza Chaves, que com sua equipe técnica de campo colaborou intensamente com a aplicação dos questionários e entrevistas nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande.

À Colônia de Pescadores Z-20, que permitiu meu acesso e a obtenção de informações estatísticas de desembarque de pescado na feira do Tablado.

À empresa EDIFRIGO, Comercial e Industrial Ltda., na pessoa do Gerente de Produção e Qualidade Dr. José Vicente S. Ribeiro que não se furtou a prestar uma série de informações de caráter empresarial sobre a comercialização de pescado em Santarém.

Ao Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM), que proporcionou articulação com a Colônia Z-20, o que veio facilitar a coleta de informações de desembarque de pescado na feira do Tablado.

Finalmente e gloriosamente agradecer a Deus, por tudo que tem feito por mim e por minha família e, em especial, por ter me oportunizado concluir o Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e propiciar novas expectativas na minha vida, tanto profissional como pessoal.

## RESUMO

O Estudo de Caso do projeto ora apresentado tem como foco explicitar como se processa a dinâmica da economia e das relações do trabalho na cadeia da pesca artesanal que ocorre nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Costa do Tapará, situadas no município de Santarém-PA, onde foram entrevistados e consultados os principais agentes mercantis que atuam nos elos da cadeia produtiva, desde a captura até o comércio atacadista. Após análise e tratamento dos dados que foram obtidos em trabalho de campo, demonstramos como ocorrem os fluxos comerciais e as relações de trabalho nas comunidades pesqueiras estudadas. A pesca é uma atividade voltada ao bem estar e sobrevivência dos pescadores e suas famílias. Os dados foram transcritos para tabelas, nas quais fica demonstrada a desenvoltura da atividade pesqueira naquelas comunidades, desde o processo de captura, passando pela comercialização direta no âmbito das comunidades e diante atuação dos barcos intermediários que interferem na cadeia do comércio do pescado no município de Santarém. Com a efetivação do estudo de caso, foi possível detectar os fatores relevantes que influenciam o nível organizacional das comunidades por meio da entidade que as representa, considerando os benefícios dispostos pelo governo e outras entidades não governamentais, resultando daí a vinculação de 100% dos pescadores  Colônia dos Pescadores Z-20. A totalidade de pescadores entrevistados  signatária dos acordos de pesca estabelecidos pelos mesmos e anuído pelo IBAMA. Registre-se ainda que 100% dos pescadores das comunidades pesqueiras Ituqui e Tapará Grande desenvolvem suas atividades utilizando recursos próprios e dependem da renda exclusivamente obtida da pesca, o que vem reforçar que no período da entressafra passam a depender do seguro desemprego para a manutenção da família e para recuperação de seus barcos e arreios para a próxima temporada de pesca.

**Palavras-chave:** Comercialização do pescado. Relações de trabalho. Organização dos pescadores. Utilização dos acordos de pesca.

.

## ABSTRACT

The case study project presented here focuses on how they can explain the dynamics of economics and labor relations in the chain of fishing that occurs in the fishing communities of Ituqui and Tapará Coast, located in the municipality of Santarém-PA, where were interviewed and consulted key players who work in commercial production chain, from capture to the wholesale trade. After analysis and processing of data that were obtained in field work, we demonstrated how trade flows occur and labor relations in fishing communities studied. Fishing is an activity directed to the welfare and survival of fishermen and their families. The data were copied into tables, which is demonstrated the resourcefulness of the fishing activity in those communities, since the capture process, through direct marketing in the context of communities and acting on the mediator boats that interfere in the chain of the fishing trade in the municipality of Santarém. With the conclusion of the case study, it was possible to detect the relevant factors that influence the organizational level of communities through the entity that represents them, considering the benefits set by government and other nongovernment entities, resulting in the binding of 100% of fishermen to the Fishermen Colony Z-20. Every fishermen interviewed is a signatory of the fishing agreements provided by them and consents to IBAMA. Register that 100% of fishermen of Ituqui fishing communities and Tapará Grande develop their activities using their own resources and depend on income solely derived from the fishing, which reinforces that in the period didn't have fish they come to rely on unemployment insurance for the maintenance of family and to regain their boats and fishing gears for the next fishing season.

**Keywords:** Marketing of fish. Relationships. Organization of fishermen. Utilization of fishing agreements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b> - Gráfico 1- Composição da produção pesqueira.....	46
<b>Fotografia 1</b> - Trapiche de desembarque de pescado.....	54
<b>Fotografia 2</b> - Feira do Tablado após realização das vendas do pescado.....	54
<b>Fotografia 3</b> - Feira do Tablado após período de vendas.....	55
<b>Fotografia 4</b> - Comercialização de Pescado fora da Feira do Tablado.....	55
<b>Fotografia 5</b> - Comercialização de Pescado Fora da Feira do Tablado.....	56
<b>Fotografia 6</b> - Administração da feira do Tablado.....	56
<b>Quadro 1</b> - Regiões da pesca em Santarém.....	57
<b>Mapa 1</b> - Localização das duas comunidades pesquisadas.....	63
<b>Gráfico 2</b> - Renda obtida em (R\$).....	72
<b>Esquema 1</b> - Cadeia produtiva do pescado na região Belém.....	75
<b>Esquema 2</b> - Cadeia produtiva do pescado na região Abaetetuba.....	76
<b>Fotografia 7</b> -Criação do gado compartilhado com a pesca.....	81
<b>Fotografia 8</b> - Cultivo de Banana Compartilhado com a pesca.....	81
<b>Fotografia 9</b> - Criação de gado Compartilhado com a pesca.....	82

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Produção estimada e participação relativa da pesca.....	33
<b>Tabela 2</b> - Valor da produção pesqueira em reais, segundo as regiões e Unidades da Federação-2006.....	33
<b>Tabela 3</b> - Produção da pesca extrativa no Brasil e no Pará (2000/2005).....	44
<b>Tabela 4</b> - Espécies de pescados mais capturados por ordem de volume.....	45
<b>Tabela 5</b> - Principais Portos de desembarque de Pescado no Pará-2008.....	45
<b>Tabela 6</b> - Lagos mais importantes do município de Santarém (PA).....	59
<b>Tabela 7</b> - Características Sociais da Pesca na região de Santarém (PA).....	64
<b>Tabela 8</b> - Sistema adotado nas pescarias Santarém (PA).....	65
<b>Tabela 9</b> - Custos das pescarias na comunidade Ituqui, Santarém (PA).....	66
<b>Tabela 10</b> - Custos das pescarias na comunidade Tapará Grande, Santarém (PA).....	68
<b>Tabela 11</b> - Perfil da atividade econômicas dos pescadores de Ituqui, Santarém (PA).....	70
<b>Tabela 12</b> - Perfil da atividade econômicas dos pescadores de Tapará Grande, Santarém (PA).....	71
<b>Tabela 13</b> - Comercialização de pescado no tablado – Santarém, PA 2008.....	73
<b>Tabela 14</b> - Atuação dos barcos intermediários na comercialização do pescado em Santarém (PA).....	
<b>Tabela 15</b> - Renda Obtida pelos Barcos Compradores.....	80

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CEPNOR - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte

COPESCAL - Comissão para a Pesca Interior na América Latina

EMATER-PA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

GTZ - Acordo de Cooperação Técnica Alemã

IARA - Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais

IBAMA - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEB - Movimento de Educação de Base

REVIZEE - Recursos da Zona Exclusiva e Econômica

SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEPAQ-PA - Secretaria de Estado de Aquicultura e Pesca do Pará

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

TCA - Tratado de Cooperação Amazônica

UFPA - Universidade Federal do Pará

ZEE - Zona Exclusiva e Econômica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3 A PESCA: ECONOMIA, TRABALHO E TERRITÓRIO.....</b>	<b>18</b>
3.1 A PESCA ARTESANAL NO BRASIL.....	27
3.2 A PESCA INTERIOR NA AMAZÔNIA.....	32
3.3 POTENCIAL PESQUEIRO.....	34
3.4 AMBIENTE DA PESCA: CONFLITOS, ACORDOS DE PESCA E MANEJO.....	34
3.5 SUSTENTABILIDADE .....	37
3.6 ESTOQUES PESQUEIROS NA BACIA AMAZÔNICA.....	39
3.7 OS PESCADORES.....	40
3.8 A PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO PARÁ.....	41
<b>4 RELAÇÕES DE TRABALHO NA PESCA.....</b>	<b>47</b>
4.1 FATORES QUE CONTRIBUEM COM A RENDA DO PESCADOR ARTESANAL.....	48
<b>5 MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA EM SANTARÉM.....</b>	<b>50</b>
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO PESQUEIRA EM SANTARÉM.....	50
5.2 ATUALIDADE DO TRABALHO E DO COMÉRCIO PESQUEIRO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.....	57
5.3 A GEOGRAFIA DA PESQUISA: ÁREAS DE PESCA NA VÁRZEA E NOS LAGOS.....	57
5.3.1 A várzea.....	57
5.3.2 Os lagos.....	58
5.4 EMBARCAÇÕES E PETRECHOS.....	59
<b>6 A DINÂMICA DA ECONOMIA E DAS RELAÇÕES DO TRABALHO DA PESCA ARTESANAL EM DUAS COMUNIDADES PESQUEIRA EM SANTARÉM/PÁ.....</b>	<b>62</b>
6.1 A PESCA ARTESANAL NA REGIÃO.....	62
6.1.1 A pesca em Ituqui e Tapará.....	63
6.2 CADEIAS PRODUTIVAS.....	75
6.3 RELAÇÕES DA ATIVIDADE PESQUEIRA COM OUTROS SETORES DA ECONOMIA LOCAL DE SANTARÉM.....	80
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
7.1 RECOMENDAÇÕES.....	86
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As modificações no sistema econômico e de natureza socioculturais, ocorridas no mundo nos últimos 40 anos, particularmente a intensificação da produção para o mercado que foi facilitada pela introdução de novas tecnologias nos processos de produção, pelo aumento do consumo e crescimento demográfico, provocaram o aumento sistemático sobre a exploração dos recursos naturais. A exploração intensiva e predatória dos recursos naturais tornou-se um tema de extrema importância, sobretudo nesse início de século. O problema ambiental e os perigos decorrentes da perda de biodiversidade fazem parte do modelo de desenvolvimento capitalista, cuja lógica se baseia em uma racionalidade instrumental imediatista face à degradação do ambiente em contra ponto aos ganhos econômicos. E por isso não é contraditório ao sistema, embora se questione, o fato de justamente esses recursos que constituem a essência da economia pesqueira ficarem sujeitos à depredação pela ação antrópica.

A Amazônia, que ocupa uma área de aproximadamente seis milhões de km<sup>2</sup>, representa cerca de 60% do território nacional (CERDEIRA; ISAAC; RUFFINO, 2000) e é a maior região do Brasil em tamanho e em biodiversidade de recursos naturais. Além disso, estende-se em territórios de mais sete países que conformam a grande região Pan-Amazônica, formada por floresta tropical drenada pela extraordinária rede hidrográfica dominada pelo rio Amazonas e seus afluentes.

Por constituir uma atividade de fundamental importância econômica, social e cultural, a pesca explora um dos principais recursos naturais da Amazônia. O peixe é uma importante fonte de alimento nessa região e também em outras regiões do Brasil, bem como se destaca em vários países como uma das principais fontes de proteína da população. Das aproximadamente 2.500 espécies de peixes que constituem a fauna da Amazônia, cerca de 100 são exploradas comercialmente ou destinadas ao consumo familiar. No entanto, observa-se que dos 80% do desembarque de pescado da cidade de Santarém, somente 10 espécies constam como exploradas comercialmente (CERDEIRA; ISAAC; RUFFINO, 2000), as quais têm como principal ponto de desembarque o local tradicionalmente denominado pelos pescadores e pela população local como Tablado.

Dessa forma, o setor da pesca artesanal desempenha um papel importante na economia do Município em razão da atividade possibilitar a geração de alimento acessível à população, além de renda e emprego.

O município de Santarém se destaca como um dos principais polos de produção pesqueira no Estado do Pará, face às potencialidades naturais das várzeas existentes em torno de toda extensão do rio Amazonas onde o município faz suas confrontações geográficas. Entretanto, a atividade pesqueira é carente de estudos e pesquisas socioeconômicas que possibilitem maior desenvolvimento da região e, por consequência, gera excedentes comercializáveis para melhorar a qualidade de vida das populações que dependem da pesca

A composição da renda familiar dos pescadores é constituída pela soma das rendas individuais dos diferentes membros do grupo doméstico que contribuem para a manutenção da unidade familiar.

Estudos efetivados pelo ProVárzea detectaram que os principais mercados de pescado são representados pelas cidades de Manaus, Belém e Santarém, onde se concentram as principais indústrias que são responsáveis pela maior parcela de processamento de pescado na região.

O objetivo da pesquisa que deu origem a esta dissertação foi explicitar as causas e os efeitos que interferem na dinâmica da economia e nas relações de trabalho que ocorrem na pesca artesanal, identificando os fluxos comerciais da cadeia produtiva nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, no município de Santarém, Estado do Pará. Vários procedimentos foram adotados no processo de pesquisa. Cabe ressaltar a preocupação em precisar indicadores considerando a importância dos mesmos para validação dos resultados da pesquisa, destacando entre eles os que agem e interagem na formulação de preços do pescado na cadeia produtiva e os principais indicadores que estrangulam o fluxo de comercialização de pescado nos elos da cadeia produtiva.

Para tanto, duas hipóteses foram bordadas a fim de identificar quais as causas que levam as comunidades pesqueiras à estagnação socioeconômica, apesar do acentuado potencial pesqueiro existente na região:

- a) Primeira hipótese: A manutenção das relações tradicionais pelos pescadores das comunidades Ituqui e Costa do Tapará constituem mecanismos de adaptação às situações colocadas pela economia de mercado e do trabalho;
- b) Segunda hipótese: A ativação de laços pessoais dos pescadores das comunidades Ituqui e Costa do Tapará reside na possibilidade de ajustamento à nova ordem social em ascensão da economia e do trabalho.

A dissertação está dividida em seis capítulos. Primeiramente, partiu-se de uma revisão bibliográfica, que permitiu esboçar o cenário histórico da pesca artesanal e sua

contextualização no Brasil, no Estado do Pará e no Município de Santarém, levando sempre em conta as relações comerciais voltadas à dinâmica da economia e do trabalho desenvolvidas na atividade pesqueira, bem como suas relações com outros segmentos da economia local. Procuramos também trazer dados quantitativos elucidativos da evolução da produção pesqueira no território nacional e mostrar, no caso da produção interior do país, a participação da pesca em habitat diferentes, como a pesca na várzea e nos lagos do baixo Amazonas. Nos capítulos cinco e seis apresentamos os resultados do trabalho de campo realizado nas comunidades selecionadas, procurando atender o objetivo da pesquisa e demonstrar que essas relações sociais que se efetivam para permitir a captura e o comércio do pescado, correspondem ao trabalho incorporado, muitas vezes envolvendo toda a família e que se dá com base em uma certa noção de território e de territorialidade, que envolve dimensões objetivas do trabalho e simbólicas, da cultura e da sociabilidade.

## 2 METODOLOGIA

Para realizar este trabalho, foi empreendido um levantamento de dados quantitativos e qualitativos de natureza secundária. Procurou-se obter informações sobre captura, espécies, preços adotados, frota pesqueira utilizada e transporte de pescado. Foram identificados os principais canais de comercialização a partir dos portos de desembarque de pescado no município de Santarém, por meio de pesquisa de campo. Foram ainda obtidos novos dados sobre pesca, comercialização, esforço do trabalho de pesca e relações de trabalho com base em uma metodologia estabelecida pelos Recursos da Zona Exclusiva e Econômica (REVIZEE).

Mediante a aplicação de um questionário, foi possível detectar como se relacionam os membros das comunidades, no que diz respeito às atividades de captura, armazenagem e comercialização da pesca nos seus elos a montante e a jusante, isto é, a partir do desembarque do pescado, tanto no âmbito da própria comunidade como nos entrepostos pesqueiros do município.

Ainda utilizando os questionários, foi também possível a identificação de outros atores sociais, como proprietários de barcos que atuam na intermediação do processo de comercialização e que funcionam como elos de interligação com a cadeia produtiva do pescado. Esse trabalho de campo foi completado com a coleta de informações junto a atravessadores, de empresas de transporte e de comércio de pescado e de frigoríficos. Como critério de seleção de categorias de interlocutores, optou-se pela escolha de pescadores (as), de proprietários ou gerentes da frota pesqueira fluvial, de gerentes de frigoríficos e também gerentes do comércio atacadistas. Essas informações foram conseguidas por meio do sistema de coleta de dados da pesca artesanal que se realiza na plataforma de desembarque de pescado no Tablado localizado na cidade de Santarém.

A partir das informações levantadas, houve a possibilidade de se detectar os fluxos comerciais ocorrentes no seio das comunidades, na recepção do pescado nos entrepostos de pescado de Santarém, em especial no Tablado. Ainda assim, com dados coletados e tratados, foi estabelecida uma correlação entre a dinâmica da economia e das relações de trabalho ocorrentes ao longo da cadeia produtiva.

A análise procedida com os dados e informações obtidos no campo teve como objetivo, desenvolver uma avaliação da dinâmica da economia e das relações de trabalho na pesca artesanal no Município de Santarém, tendo como foco da pesquisa as Comunidades

Pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, das quais foram selecionadas 30 pescadores como amostra do universo constituído de 300 pescadores existentes nas regiões de pesca de Ituqui/e Costa do Tapará.

Primeiramente, foi feita uma análise de dados descritivos do modo de vida das famílias, com o objetivo de avaliar a importância da atividade pesqueira na economia familiar e posteriormente, comparaes referentes à captura, ao esforço de pesca e à produtividade alcançada entre as comunidades como forma de verificar e avaliar a existência de diferenças na renda gerada entre as duas comunidades.

Após a coleta de dados e informaes obtidas em campo, esses foram analisados e tratados segundo os sistemas adotados nas pescarias, as características sociais dos pescadores envolvidos na atividade, os custos das pescarias nas duas comunidades selecionadas, o perfil econômico dos pescadores, a comercializao de pescado no principal porto de desembarque de pescado (Tablado), além da atuao de barcos compradores que atuam na intermediao do comércio entre as comunidades pesqueiras e o mercado de Santarém.

De posse dos dados e informaes analisadas é que se efetivaram cculos dos percentuais de participao de cada uma das comunidades desde a realizao das entrevistas passando pela identificao da faixa etária e estado civil dos pescadores, pelo tempo de permanência nas comunidades dos membros das famílias envolvidas na atividade, pela filiao a Colônia dos Pescadores, se eram signatários ou não dos acordos de pesca e se detinham a propriedade ou não dos arreios e das embarcaes que realizam as pescarias, bem como da utilizao de tipo de embarcao e das formas de impulso das mesmas nas pescarias.

### **3 A PESCA: ECONOMIA, TRABALHO E TERRITÓRIO**

Os graves problemas que atingem o setor pesqueiro no município de Santarém encontram-se aliados a uma série de fatores que impedem o desenvolvimento da atividade de forma eficiente e eficaz, considerando sua importância no contexto socioeconômico do município, dentre os quais se destacam: baixo nível organizacional dos pescadores e de suas representações; baixo grau de organização da produção; qualidade do pescado colocado no mercado consumidor; deficiência dos serviços de assistência técnica; desconhecimento das práticas de higiene e sanidade do pescado; carência de conhecimento de tecnologias mais avançadas de captura e conservação do pescado; além da falta de apoio efetivo do Estado e de políticas públicas para o desenvolvimento do setor. Desta forma, levando em conta o potencial pesqueiro existente no município, buscou-se identificar as variáveis que influenciam na dinâmica da comercialização do pescado e como se realizam as relações de trabalho dos pescadores.

Assim, foi tomado como objetivo geral, analisar as causas e os efeitos que interferem na dinâmica da economia e das relações de trabalho identificando os fluxos comerciais da cadeia produtiva da pesca artesanal. Essa análise traz à discussão a vida e o trabalho de comunidades pesqueiras das regiões de Ituí e Tapará Grande, no município de Santarém, Estado do Pará, região importante pela produção, processos de comercialização, daí se tornando uma referência na pesca para toda a região do baixo Amazonas.

Quanto ao conceito do trabalho, o forte debate teórico tem revisto o conceito ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial, associado ao de regime salarial, portanto, o emprego assalariado. A sociologia do trabalho tem mostrado que a categoria trabalho, por ser ampla, permite a compreensão das diferentes formas de trabalho, desde o informal, que corresponde a uma variedade enorme de labor, e justamente onde se inclui grande parte do trabalho na pesca artesanal, ao trabalho formal, que está caracterizado pelo regime salarial. A este último, estão referidas outras categorias tais como a de emprego e desemprego.

A noção de trabalho é sempre relacional. As relações de trabalho são pertinentes aos modos de produção, sendo no capitalismo a relação trabalho x capital que predomina. O trabalho pode ser definido, como labor humano, como uma relação do homem com o mundo que o cerca. Pensado como individualidade, ou subjetividade, o homem não é um universo autônomo que se baste a si mesmo. Ele precisa sair de si e ir ao mundo para poder realizar-se.

Portanto, o isolamento do homem há de ser rompido em função das necessidades básicas para sua manutenção. O homem transforma a natureza com o seu trabalho e produz bens necessários à sua reprodução social e biológica. Essa relação do homem com o mundo pelo qual ele o transforma, é propriamente humana, pois é ação da cultura. Todavia, as necessidades do homem não se suprem completamente nessa ida primeira ao mundo. Surgem outras necessidades, mais complexas que, exigem compreensão. Essas são necessidades mais propriamente humanas. E o modo como o homem se porta diante delas vai, pouco a pouco, definindo-o como humano.

Marx (1813) pensava no trabalho como essência do homem:

O trabalho é a essência do homem, pois é o meio pelo qual ele se relaciona com a natureza e a transforma em bens a que se confere valor. Esta noção de trabalho é perfeitamente relacional: o trabalho é a relação do homem com o mundo, pela qual aquele transforma este, valorando-o. O valor atribuído pelo homem ao mundo transforma o homem ao seu modo para retirar do mundo sua subsistência.

A relação de trabalho enquanto relação do homem com o mundo é o trabalho do homem para si. Porém, esta não é a forma exclusiva da relação de trabalho. O trabalho é também do homem para o outro na medida em que o homem se relacionar com outros homens (Silva, 1996). A relação de trabalho, além de ser homem-mundo, isto é, entre o sujeito e o objeto, é também uma relação homem-homem e, portanto, intersubjetiva.

Além de prover a própria subsistência, o homem provê a subsistência de outros homens, seja isto seu próprio fim, seja ela meio para isto. Assim, a relação de trabalho enquanto intersubjetiva se especifica de dois modos: o produto da ação do homem sobre o mundo, que resulta no trabalho que pode ser apropriado e consumido pelo indivíduo mesmo que o realizou – hipótese em que será trabalho para si –; ou pode exceder as necessidades e capacidades de consumo desse indivíduo, com o que será apropriado e consumido por outro, ou outros, indivíduos. Neste último caso, será trabalho para outro. Este trabalho pode ser realizado de modo livre, quando o trabalhador se torna uma espécie de comerciante do produto de seu trabalho; ou de modo coagido, quando o trabalhador é impelido por outrem a produzir algo. Interessante notar que, muitas vezes, o trabalho de uns é impelir os outros a essa produção, pela coação, de modo que uns, os que se fazem suficientemente fortes para

isso, retiram sua subsistência do produto do trabalho de outros, mais fracos, e nisso se configura o seu trabalho.

Pelo trabalho, o homem se relaciona com o mundo físico e com o mundo cultural de todos os homens. O homem se retira da natureza, tornando-se propriamente homem, quando altera o mundo por seu trabalho – pensado aqui em sua forma concreta –, quando faz cultura. Daí Marx (1813) pensar o trabalho como essência do homem, como já fora abordado anteriormente. Com o advento do trabalho humano, passa-se do mundo do dado, da natureza, para o mundo do construído, da cultura, que pode ser pensado como propriamente humano.

Numa perspectiva materialista, o homem não pode ser nada além, ou aquém, daquilo que ele faz: o homem é o que faz, é sua ação. E no âmbito daquilo que ele faz, o homem é, mais propriamente, aquilo que ele faz para sobreviver, para reproduzir sua existência. A reprodução social dos indivíduos é possível pelo trabalho. O trabalho é, ao mesmo tempo, criação e labor físico. Mas a desigualdade social de acesso à riqueza, devido os movimentos de acumulação e concentração do capital, no modo de produção capitalista, faz com que muitos homens trabalhem, e muito, mas não consigam garantir sua subsistência e dignidade como indivíduo, enquanto outros podem trabalhar muito menos e auferir altos salários, ou mesmo viver pelo trabalho de outros. Seja como for, pensado enquanto relação do homem com o mundo ou dos homens entre si, o trabalho é sempre uma relação (SILVA, 1996)

Segundo Marcuse (1979), a lógica do mercado que se estabelece sob o princípio de desempenho - os indivíduos são distribuídos nas classes sociais de acordo com os seus desempenhos econômicos concorrentes, que estratificam a sociedade em torno destes valores - regendo o modo de produção capitalista. O trabalho adquire um caráter formador e opressor, determinante da existência de seres humanos ou de sua posição desnecessária.

No final da Idade Média surge um novo modo de relação de trabalho, o regime das corporações. Constituem-se unidades de produção, como oficinas, onde grupos profissionais – especialmente artesãos, mais não exclusivamente – desenvolvem suas atividades de acordo com rígidos métodos e hierarquias. A relação de trabalho é travada entre o mestre e o aprendiz, interpondo-se entre eles, outra figura que é o companheiro. O trabalho se torna assalariado, e o aprendiz é, juridicamente, livre, ainda que impossibilite de desenvolver sua atividade profissional em outro lugar ou de modo diverso daquele que é imposto pelo mestre da corporação da localidade onde vive. No âmbito das corporações, vige uma autonomia de

regulamentação das relações de trabalho, que se normaliza por meio dos estatutos de cada corporação, sem interferência externa.

As modificações ocorridas nos processos produtivos no mundo, desde os anos 1970, com a incidência de crises na economia capitalista que sinalizavam o esgotamento do modelo produtivo fordístico, levaram à emergência da reestruturação produtiva como condição de superação do modelo de produção/gestão empresarial para vários setores da economia. A produção flexível tenderia a se expandir mesmo para regiões menos industrializadas, e para setores não industriais, cadeias produtivas e redes de fornecedores de portes variados. Nesse contexto, muitas mudanças se verificariam nos anos 1990, tais como a decadência de regiões antes fortemente industrializadas (MONTENEGRO JÚNIOR, 2004 apud BENKO; LIPIETZ 1995), e a rápida ascensão econômica de novas regiões (MONTENEGRO JÚNIOR, 2004 apud STORPER; SCOTT, 1995). Estudos sobre regiões francesas, como nos mostra Azais (2002) em pesquisa sobre a indústria na Picardie, sobre a pequena indústria têxtil do nordeste brasileiro (JACOB, 2004); ALUMAR e a siderurgia de alumínio na região do município de Barcarena- PA, que impactou um território maior na região do Baixo Tocantins, como mostra Castro( 1997), ou ainda sobre o trabalho tradicional de comunidades ribeirinhas no estuário amazônico (CASTRO, 2005), elucidam a pertinência do enfoque que combina os conceitos de trabalho e território. A análise, quer no campo da sociologia ou da nova economia sobre os processos de mudanças no trabalho, levou a se repensar o campo teórico que discutia, tradicionalmente, a relação entre território e economia com enfoque apenas em recursos naturais para exploração econômica. Essa nova perspectiva incorpora a dimensão social e econômica, como já propunha Polanyi (2003).

Em todo caso, as mudanças nas relações de trabalho desde os anos 1970 representam um grande impacto no mercado de trabalho. Trata-se de uma situação avançada em alguns setores ainda que atrasada em outros. As tendências, pelo que tudo indica, são inevitáveis. Trata-se de uma nova maneira de pensar o trabalho, o emprego, a remuneração e o que se entende por força de trabalho nas teorias e nas políticas de desenvolvimento regional a partir da virada do século.

Assim, é possível analisar as dinâmicas territoriais sob impacto das mudanças conhecidas no sistema produtivo, nesse período, considerando a noção de território como central, entendida aqui de forma ampla e que recobre desde a formação histórica de dado lugar até as estratégias de controle da região, de seus recursos naturais, pelos atores locais que engajam suas práticas de trabalho e estratégias de defesa dos estoques de recursos naturais

existentes nesse território, em face do avanço de frentes de pesca mais intensivas retratadas pelos barcos com capacidade tecnológica e que entram em territórios de pesca já identificados e delimitados pelas comunidades tradicionais de pescadores artesanais.

A compreensão das dinâmicas sociais, nesse contexto teórico, passa necessariamente pelo discernimento sobre o sentido do território para os atores locais, o seu sentimento de pertencimento a um dado território, e como as relações sociais estão a ele referidas. Nessa perspectiva, a pesquisa nos levaria a entender o mercado no sentido mais amplo, tanto da comercialização como também de seu papel nas relações de trabalho e na reprodução da vida social.

O tempo não está dissociado do território, e essa relação entre os dois constitui a base das dimensões da vida social visto que o tempo confere ao território seu prolongamento. Isto porque, no enfoque sobre dinâmicas territoriais, Castro (2007) prioriza o entendimento do território não isolado do indivíduo, das organizações e das instituições, mas, pelo contrário, ele tem sentido justamente nas relações sociais, nas quais se articulam produção, comercialização e trabalho.

Igualmente, no campo da pesca, no exercício da atividade, estão articulados trabalho e território. O trabalho e o território são, nesse sentido, conceitos centrais para entender a economia da pesca artesanal. A dinâmica do trabalho faz parte do processo que leva a mudanças no território (CASTRO, 2000). Pelo trabalho se estabelece, de forma mais específica, a identidade com o território. A análise da articulação entre trabalho e o território se impõe em razão da busca de competitividade das empresas e da atratividade para investimentos dos territórios. As condições de reprodução do sistema local e dos recursos no território vêm mudando na Amazônia, e em Santarém, sobretudo a partir dos anos 1970, com redução de recursos pesqueiros. Mas o sistema social local, o mercado e a comercialização, têm mostrado que ele se adapta às mudanças em curso, mas sobrecarregando o manancial de recursos e colocando em risco a possibilidade de sustentabilidade ambiental e econômica.

Há diferenças na forma de acesso aos resultados do desenvolvimento por parte de regiões diversas, levando muitas vezes a aprofundar os desequilíbrios regionais preexistentes e ampliados com as dificuldades advindas da reorganização produtiva internacional. Alguns autores (MONTENEGRO JÚNIOR, 2004 apud SOUZA FILHO, 1995) consideram que esses processos podem ser estudados sob duas categorias analíticas distintas: a sustentabilidade e a endogenia.

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta forma, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar certo conflito e contradições no processo de adaptação (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988 apud ALVES; FONSECA; BESKOW, [199-]).

Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região. Uma novidade do estudo de Robert Putnam é inclusão da contemporânea concepção de capital social e sua influência no desenvolvimento econômico, compreendido como o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. O capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade (PUTNAM, 1993). Em um sentido mais restrito, pode-se entender capital social como "*a habilidade de criar e sustentar associações voluntárias*" (PORTES; LANDOLT, 1996, p. 18, apud PASSADOR; GARCIA JUNIOR, 2009).

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança (COLEMAN apud PUTNAM, 1996, p. 177).

Este trabalho contou também com a reflexão da teoria do desenvolvimento endógeno que chama atenção para a questão regional e para a problemática da desigualdade regional, sinalizando possibilidades de uso de políticas de redução das desigualdades. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com mais força. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado.

Na década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispendo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia.

O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pode ser definido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (PASSADOR; GARCIA JUNIOR, 2009 apud AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista seria identificar quais os fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e informação. As instituições eram determinadas dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Mas esse enfoque precisaria ser complementado a teorizações que têm apontado para as contradições do sistema capitalista e seus impasses estruturais, entre eles a produção e reprodução contínua da desigualdade econômica e social.

Teorias mais recentes, em particular de desenvolvimento regional de inspiração neoclássica, explicam que a convergência de renda regional pela movimentação de fatores de produção é atraída por diferenciais de rendimentos, uma das quais incorpora elementos essencialmente regionais para explicar desenvolvimento regional como economias de aglomeração, preferenciais, locacionais, economias de escala, difusão espacial de inovação, estrutura de cidades.

Praticamente, toda transação comercial implica em racionalidade, encerra um elemento de confiança, e com um componente básico do capital social. Desta forma, pode-se afirmar que grande parte do atraso econômico no mundo deve-se à falta de confiança e de capacidade política de fazer face à defesa de interesses pelo conjunto de atores sociais. Quando o nível de confiança numa sociedade passa a ser mais sólido, as relações de força deixam de ser tão desiguais e se refletem na acumulação de capital social e assim se procede quando as comunidades pesqueiras estudadas conseguem estabelecer regras de convivência, fundamentalmente no que diz respeito à adesão integral dos acordos de pesca (POLANYI, 2003).

Segundo abordagem efetivada por Loureiro (2002), sobre pressupostos, preconceitos e mitos relativos ao capital, ao trabalho e às atividades produtivas em geral, na esfera do trabalho e das diversas atividades produtivas os preconceitos e equívocos parecem transbordar dos mais diversos documentos legais, planos e projetos. No entanto, há aqueles que parecem exercer maior influência sobre os destinos da região e de sua gente. Pode-se destacar que os

governos têm entendido que o *desenvolvimento é tarefa e virtude exclusiva do capital e, principalmente, do grande capital*. Mais ainda, têm entendido que *somente o grande capital teria o impulso capaz de desenvolver a região, dada sua grande extensão*. O capital e somente ele, o que exclui o homem da região, representaria riqueza. Atraindo-se grandes capitais para a região, como uma consequência "natural", ter-se-ia a riqueza econômica, da qual, a longo prazo, todos se beneficiariam. Em nenhuma instância o modelo levou em conta que, sem uma política de desconcentração de renda, o grande capital somente aumentaria as desigualdades sociais e a formação de bolsões de pobreza em contraste com os grandes empreendimentos.

Quanto à política de trabalho e emprego, para os governos vale mais a geração de um emprego num dos novos empreendimentos recém-criados (mineração, extração de madeiras, etc.), pois, apesar dos danos ambientais graves que provocam, geram impostos e, assim, são preferíveis às atividades não-geradoras de impostos, como as atividades tradicionais dos caboclos da região.

Trata-se assim de uma estranha contabilidade pública na qual os governos, ao prestarem conta à sociedade dos investimentos feitos, visando o desenvolvimento regional, apontam apenas os ganhos, sem registrar e descontar as perdas econômicas e sociais: uma contabilidade que não leva em conta a formação de grandes massas de desempregados, constituída pelos habitantes naturais que ficam sem condições de permanecer em suas terras, vilas e povoados depois de expulsos delas, para que sejam implantados os grandes empreendimentos — que, supostamente, promoverão o desenvolvimento da região. Uma contabilidade que não considera como problema a população migrante que, atraída pelos grandes empreendimentos, fica desempregada, formando as periferias miseráveis das cidades amazônicas (LOUREIRO, 2002).

De acordo com Pereira (2002 apud CACCIAMALI 1991), o setor informal da economia, e em particular do trabalho, tem sua denominação ligada a dois conceitos distintos, o primeiro da década de 70 que define esse setor como um conjunto de atividades econômicas em que não há uma nítida separação entre capital e trabalho. Ele é visto como produtor direto de posse dos instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, juntamente com a mão-de-obra familiar ou com o auxílio de alguns ajudantes, executa e simultaneamente administra uma determinada atividade econômica. Neste grupo estariam classificados os trabalhadores por conta própria, os prestadores de serviço independentes, os vendedores autônomos, os pequenos produtores e comerciantes e os respectivos ajudantes, sejam estes

familiares ou contratados (PEREIRA, 2002 apud CACCIAMALI, 1991). Em segundo lugar, no final da década de 70, o setor informal também é caracterizado como uma economia que não cumpre as regras institucionais, intitulado-a de "economia invisível, subterrânea ou submersa".

Conforme Pereira (2002 apud CACCIAMALÍ (1991), a ilegalidade no setor informal, pode constituir-se numa característica conexas à atividade econômica, mas não era fundamental para distinguir uma atividade formal de uma informal, pois a forma de organização da produção de uma determinada atividade econômica seria o corte teórico-operacional básico para essa diferenciação.

Para Pereira (2002 apud CACCIAMALÍ (1991), o setor informal era referido e caracterizado a priori, de uma forma agregada aos segmentos mais pobres da população. Com o intuito de superar as dificuldades desta interpretação do que seria o setor informal, o conceito é redefinido a partir das relações do trabalhador com os meios e instrumentos de produção, o que não vinha sendo considerado anteriormente.

Neste sentido, o setor informal, naquele momento, também denominado pequena produção, é definido como o conjunto das atividades econômicas em que o produtor direto, de posse dos instrumentos de trabalho e com a ajuda de mão-de-obra familiar ou de alguns ajudantes, produz bens ou serviços (PEREIRA, 2002 apud CACCIAMALÍ (1991).

Amorim et al. (1999) entende que a organização do trabalho na atividade pesqueira passa pela capacidade de uma comunidade pesqueira em gerir um recurso comum, o recurso pesqueiro, adotando tecnologias próprias. A pesca constitui uma atividade baseada na exploração dos recursos pesqueiros e é extrativa, aleatória e frequentemente predadora. O que lhe confere um caráter particular é o fato do homem não dispor do controle sobre a reprodução do recurso. Com efeito, enquanto os agricultores têm uma base mais ou menos definida de subsistência, os pescadores enfrentam recursos naturais móveis e variáveis, e mais, ao contrário da terra onde são reconhecidos os direitos de posse, no mar, nos rios e nos lagos dificilmente são demarcadas e legitimadas as posses. Ou seja, um recurso móvel cria necessariamente um padrão sociocultural diferente dos demais setores de uma economia. Mais ainda, a atividade pesqueira não se reduz a um âmbito espacial homogêneo, mas a diferentes ecossistemas, complexos, frágeis e muitas vezes desconhecidos, isto é, sistemas vastos de interdependência atendendo à mobilidade dos recursos pesqueiros. Compreende-se, por conseguinte, que a pluralidade de ecossistemas aquáticos gere múltiplas implicações, pressupondo que ocorrem adaptações culturais, modos de qualidade de vida e formas de

organização diversas.

A organização do trabalho é, nesse setor, centrada basicamente na propriedade das embarcações e dos apetrechos utilizados na pesca, tanto mais porque os pescadores enfrentam recursos móveis e variáveis nos diferentes espaços, porém com propriedade comum, explorados por mais de um indivíduo ou agrupamento de indivíduos. Por tudo isso, a captura dos recursos aquáticos exige uma subjetiva apropriação de pontos de pesca, tornando inevitável a marcação de espaços de territorialidade como acontece nos acordos de pesca (AMORIM et al., 1999).

### 3.1 A PESCA ARTESANAL NO BRASI E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

A atividade pesqueira, até 1912, encontrava-se subordinada ao Plano de Desenvolvimento da Borracha. O Governo Federal criou a Inspetoria de Caça e Pesca por meio da Lei nº 2.544, que foi revogada em 1923. A partir daí, o governo instituiu, com base no Decreto Federal nº 16.184, o Regulamento da Pesca no Brasil, e em 25 de julho de 1933 instituiu a Diretoria de Caça e Pesca pelo Decreto nº 22.985. De Divisão de Caça e Pesca, então subordinada hierarquicamente ao Departamento, passou, imediatamente, a ser denominada Serviço de Caça e Pesca, posteriormente Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura (1934).

Mediante Decreto, o governo federal instituiu a Lei da Expansão da Pesca, com vistas a destinar recursos para o desenvolvimento do setor pesqueiro no país com a criação da taxa de expansão da pesca que era cobrada sobre a exportação do pescado. Nesse mesmo momento, foi criada a Caixa de Crédito da Pesca e posteriormente o Decreto-lei nº 798, que estabeleceu o Código de Pesca. Já em 1942, o Governo cria a Comissão da Pesca, que foi extinta, com a fundação do Conselho de Desenvolvimento da Pesca em 1961, pelo Decreto nº 50.872 de 28 de junho de 1961.

O governo federal, admitindo que a atuação da pesca, sob a gestão da Divisão de Caça e Pesca, da Caixa de Crédito Agrícola e do Conselho de Desenvolvimento da Pesca, não obteve os resultados positivos preconizados nos seus planos de ação, e levando em conta a necessidade de melhorar a coordenação das ações estatais, criou a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), subordinada administrativamente ao Ministério da Agricultura, pela Lei delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962. Com a criação da SUDEPE, a industrialização da pesca passa a ser efetivamente implementada mediante ações do poder

público federal para tornar a atividade pesqueira atrativa aos interesses do empresariado local, regional e nacional (ISAAC, 2006).

Dentre outras ações previstas no Decreto-lei nº 221/67 que criou a SUDEPE, destacavam-se: a) Isenção do imposto de renda relativo aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE até 1972, para pessoas jurídicas que exercessem atividades pesqueiras; b) Isenção, até 1972, de impostos e taxas federais de quaisquer naturezas, sobre produtos de pesca, industrializados ou não; c) Isenção, até 1972, do imposto de importação de produtos industrializados, de taxas aduaneiras e impostos de quaisquer naturezas sobre embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e acessórios para captura, comercialização, industrialização e transporte de pescado; d) Permissão a todas as pessoas jurídicas registradas no país, para deduzirem imposto de renda, até 1972, o máximo de 25% do imposto devido, para inversão em projetos de atividades pesqueiras liberados pela SUDEPE; e) Isenção até 1972, do IPI incidente sobre redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou científica (SENA, 2006).

O Governo Federal por meio da SUDEPE, em 25 de março de 1970, assinou o Decreto nº 1.098 que limitou o mar territorial brasileiro para uma faixa de 200 milhas náuticas. Um novo Decreto foi instituído de nº 1.217, que prorrogou até 1977 todos os incentivos concedidos anteriormente, destacando-se também de forma relevante para a indústria pesqueira nacional. O Decreto nº 70.886, de 28 de julho de 1972, estabeleceu a isenção de Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes e Gasosos que incidia sobre o combustível utilizado por barcos de pesca, cujo produto pescado fosse destinado no todo ou em parte para o mercado externo, e ficou conhecido como equalização de preços do óleo diesel, ou subsídio do óleo diesel.

A partir do início da pesca industrial até meados do ano de 1977, a atividade era desenvolvida por uma frota internacional, com base nos acordos firmados entre o Brasil e outros países que detinham tecnologias, dentre os quais o Japão, EUA e a Coreia. Após 1978, apenas embarcações nacionais puderam continuar praticando a pesca industrial, mediante concessão e autorização para que essas empresas arrendassem embarcações estrangeiras até que a frota brasileira atingisse o estágio estabelecido. No início da década de 90, os arrendamentos deixaram de ser autorizados (SENA, 2006).

Na década de 80, inicia o processo de mudanças nas ações do governo focadas em grande parte nos incentivos concedidos anteriormente com a pesca, passando da competência

da SUDEPE, em 1989, para a jurisdição do Ministério da Agricultura e posteriormente para a estrutura do Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal, subordinado tecnicamente ao IBAMA, órgão que ficou responsável pela execução da política de gestão de recursos pesqueiros no país e cujas ações estavam inseridas na implementação de uma política de busca do uso sustentável dos recursos hídricos (ISAAC, 2006).

A partir de 1999, a atividade pesqueira volta a compor a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), vinculada ao Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), porém, com a ação fiscalizadora subordinada ao IBAMA (SENA, 2006).

Com o advento da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, transformada da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o governo federal cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República. Dentre outras competências estabelecidas para atuação da SEAP, destaca-se a organização e manutenção do Registro Geral da Pesca, regida pelo Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. A Secretaria, usando de suas atribuições legais, promoveu imediata revisão e adequação das normas que regulamentam as atividades intrínsecas às suas funções, adequando-as à realidade atual do setor pesqueiro nacional (SENA, 2006). Ressalte-se que o Governo Federal, por meio da Casa Civil da Presidência da República, enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 437, de 29 de Julho de 2008, que dispunha no seu bojo a criação do Ministério da Pesca, que foi rejeitada e devolvida ao executivo, sendo frustrada a criação do referido Ministério, temporariamente.

Diante da pressão das bases e da classe política, o Governo Federal, entendendo a necessidade de dar maior atenção ao setor pesqueiro nacional, criou o Ministério da Pesca e da Aquicultura por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. A Lei que cria o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a nova Lei da Pesca e Aquicultura vêm atender a uma antiga reivindicação do setor. “As duas leis são extremamente importantes para o desenvolvimento do setor com avanços significativos que não estavam previstos na legislação anterior”.

A criação do Ministério da Pesca e da aquicultura, em substituição à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia 3 de junho. De acordo com a SEAP, o novo Ministério terá mais autonomia e recursos para o desenvolvimento do setor, resultando na

consolidação de ações voltadas para a promoção da melhoria de renda, estruturação da cadeia produtiva, ordenamento da captura e estímulo à aquicultura

Com o projeto da Lei da Pesca, os pescadores e aquicultores passam a ser considerados como produtores rurais, o que dará a eles direito ao crédito rural com acesso a recursos mais baratos para financiar a produção. As empresas de beneficiamento, transformação e industrialização de pescado também poderão se beneficiar dessas linhas de crédito, mas apenas se comprarem a matéria-prima diretamente dos pescadores ou de suas cooperativas.

A nova Lei também contém um capítulo exclusivo sobre a produção aquícola, que vem apresentando um expressivo crescimento nos últimos anos. A atividade passa a ter cinco classificações: familiar, comercial, científica, ornamental e recomposição ambiental. Além disso, a nova legislação unifica as normas para cessão de áreas voltadas para o cultivo de pescado em águas da União.

Nos Estados de Santa Catarina e do Pará, cuja produção pesqueira é grande, o impacto econômico da pesca é mais evidente que nos outros, tendo em vista a existência de grandes frotas industriais que possuem cadeias produtivas registradas e contabilizadas e são mais facilmente identificadas pelos órgãos de controle fiscal e ambiental. O Pará também tem uma produção relevante oriunda da pesca interior.

Dentre as características sociais negativas mais comuns nos estados, podem ser destacadas: baixo nível da organização social dos atores da pesca em todos os níveis; conflitos permanentes entre a atuação das frotas de pequena escala com a de grande escala nas pescarias; pouca ou quase nenhuma iniciativa de autogestão independente do estado; processos de manejo e políticas públicas de fomento promovido pelo estado tendo sido vetores de geradores de conflitos, haja vista a ineficiência na implementação e o aumento desordenado de embarcações, não sendo levada em conta a capacidade suporte dos estoques naturais (ISAAC, 2006).

Ainda que em caráter preliminar, informações do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE) registram a inexistência, na ZEE brasileira, de estoques pesqueiros de grande magnitude. Mesmo assim, o REVIZEE apresenta indícios de que é possível o aumento da produção pesqueira nacional pela exploração de novos recursos que poderão abrir novas frentes de trabalho, diversificando o uso do esforço de pesca e incrementando a produção pesqueira marinha (ISAAC, 2006).

Ao longo de toda a costa e nas águas interiores do país, é possível encontrar pessoas, ou famílias, que têm na pesca artesanal o exercício de uma atividade na qual se mesclam as condições objetivas de sua reprodução, como o acesso à alimentação e renda, com condições subjetivas, como o conhecimento tradicional sobre o meio natural e o trabalho fortemente condicionado por dinâmicas ambientais (CASTRO, 2005). Estima-se que somente a pesca artesanal praticada ao longo da zona costeira brasileira envolva cerca de 2 milhões de pessoas, representando mais de 60% das capturas de pescado no Brasil (PARÁ, 2004). Ainda que expostos atualmente a uma série de fatores, os quais incluem especulação imobiliária, poluição e degradação dos recursos naturais, competição por espaço com atividades industriais, entre outros, os pescadores artesanais persistem como um grupo social que busca assegurar sua reprodução por meio do trabalho direto (CASTRO, 2005) sobre um espaço que poderíamos definir como de interface entre a sociedade e a natureza.

Assim como na agricultura, a natureza é o meio de trabalho dos pescadores artesanais, e dela extraem as condições objetivas de sua reprodução social, e seguem desenvolvendo os mais variados sistemas técnicos de captura das diferentes espécies de pescado. Para Adams (2000 apud CUNHA; ROUGEULLE, 1989), os arranjos produtivos que se desenvolvem na pesca artesanal se caracterizam menos por uma ação transformadora da natureza strictu-sensu, e mais por mecanismos adaptativos desenvolvidos ao longo do tempo, principalmente em relação a um conhecimento profundo dos ecossistemas aos quais fazem parte. Mas é possível pensar em uma coevolução, com convivência continuada e sistemática nos ambientes aquáticos. O trabalho realizado sobre estes também, em parte, contribui para sua modificação e evolução, sendo ainda responsável pela produção de um conhecimento tradicional sobre dinâmicas naturais (como os movimentos dos peixes e das águas, aspectos da biologia das espécies etc.), o qual se manifesta, ainda atualmente, como parte da cultura das comunidades de pescadores nas mais diferentes regiões do país.

Entretanto, os esforços de pesquisa, voltados para a pesca, seguiram caminhos separados. De um lado, é preciso destacar os trabalhos realizados no âmbito das ciências sociais, especialmente nas décadas de 70 e 80, que buscaram estruturar na forma de uma “socioantropologia” das comunidades pesqueiras, um campo de conhecimento científico específico.

Estudos realizados pela Universidade Federal do Pará, alguns aqui citados, foram pioneiros para o entendimento do trabalho na pesca e da noção de território no contexto de

uma região tropical com imensa costa e rede fluvial e lacustre interior. Este esforço tem como principal referência o trabalho de Diegues (2000):

Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar, bem como uma série de estudos apresentados no 2º e 3º Encontros de Ciências Sociais e o Mar, nos anos de 1988 e 1989, dentro do Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, da Universidade de São Paulo.

Para Béné (2003), tanto análise dos problemas relacionados à pesca, como políticas públicas propostas para solucioná-los, têm sido elaborados a partir de abordagens monosssetoriais, sendo que apenas recentemente os pesquisadores e, em menor medida, os responsáveis pela formulação de políticas públicas, têm percebido a pesca não apenas como uma atividade econômica, mas também em função de sua matriz social, a qual está “totalmente e irreversivelmente ligada a um sistema mais amplo, através de laços socioeconômicos e comerciais que são locais, regionais ou internacionais”, (ARAMBURU, 2004, p. 12).

### 3.2 A PESCA INTERIOR NA AMAZÔNIA

A região amazônica abrange uma área de aproximadamente seis milhões de km<sup>2</sup> (um terço da América do Sul), contendo o equivalente a 20% de toda a água doce do mundo (ISAAC; BARTHEM, 1995). Essas características colocam a região como um dos principais ecossistemas de áreas úmidas de grande importância biológica e social no Brasil (FURTADO, 2007). Aí existem ecossistemas litorâneos, várzeas, rios, lagos, igarapés de água doce e salgada, igapós, campos periodicamente inundáveis, pântanos costeiros, baías e enseadas como espaço de práticas pesqueiras e aquícolas tradicionais, manejados com tecnologias nativas, mão-de-obra familiar e parceiras.

Apesar dessa longa trajetória no uso dos peixes por parte de povos indígenas que viviam milenarmente na região, costuma-se delimitar o início da atividade pesqueira na Amazônia brasileira a partir do período colonial, com a criação dos pesqueiros reais, áreas de farta produção demarcadas pelas autoridades, nas quais os índios-pescadores eram obrigados a pescar para sustentar os militares, os religiosos e os funcionários da Fazenda Real (VERÍSSIMO, 1895). Em frente à cidade de Manaus existe uma vila denominada Careiro, ao lado da qual se localiza um lago ainda bastante piscoso, cujo nome é “Lago do Rei”, certamente uma alusão a tal fato.

Mesmo com a introdução de inovações tecnológicas, as mudanças têm sido lentas, o que não se pode dizer do esforço aplicado e das taxas de demanda, pois este se tem dado de forma elevada e contínua, sobretudo nas últimas décadas. Além de atender a um mercado interno que se expande a taxas elevadas, a pesca amazônica também tem atendido ao mercado externo, tanto de outras regiões do país, como do estrangeiro.

**Tabela 1** - Produção estimada e participação relativa da pesca extrativa industrial artesanal e aquicultura no Brasil, por unidade da Federação, ano de 2006.

Regiões e UF	Pesca Extrativa				Aquicultura		Total (t)
	Industrial		Artesanal		Total		
<b>BRASIL</b>	<b>271.289,0</b>	<b>5,8</b>	<b>506.555,5</b>	<b>8,3</b>	<b>271.694,5</b>	<b>5,9</b>	<b>1.049.539,00</b>
<b>Norte</b>	<b>32.806,0</b>	<b>2,9</b>	<b>199.460,0</b>	<b>8,3</b>	<b>22.350,0</b>	<b>,8</b>	<b>254.616,00</b>
Rondônia	0,0	,0	<b>2.241,0</b>	1,0	4.980,0	9,0	7.221,00
Acre	0,0	,0	1.413,0	1,4	2.003,0	8,6	3.416,00
Amazonas	0,0	,0	57.316,0	0,3	6.163,0	,7	63.479,00
Roraima	0,0	,0	721,0	3,5	2.341,0	6,5	3.062,00
<b>Pará</b>	<b>32.249,0</b>	<b>1,1</b>	<b>118.144,0</b>	<b>7,3</b>	<b>2.437,0</b>	<b>,6</b>	<b>152.830,00</b>
Amapá	557,0	,9	17.999,0	4,8	426,0	,2	18.982,00
Tocantins	0,0	,0	1.626,0	8,9	4.000,0	1,1	5.626,00

**Fonte:** Estatística de Pesca IBAMA (2006).

**Tabela 2-** Valor da produção pesqueira em reais, segundo as regiões e Unidades da Federação-2006.

Regiões e UF	Total (R\$)	Pesca Extrativa		Aquicultura	
		Marinha	Continental	Marinha	Continental
<b>BRASIL</b>	<b>3.286.569.660,05</b>	<b>1.692.558.300,00</b>	<b>576.425.460,05</b>	<b>302.358.500,00</b>	<b>715.227.400,00</b>
<b>Norte</b>	<b>744.575.795,05</b>	<b>369.554.585,00</b>	<b>289.045.060,05</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>84.876.150,00</b>
Rondônia	24.126.400,00	0,00	7.163.000,00	0,00	16.963.400,00
Acre	15.100.250,00	0,00	6.236.250,00	0,00	8.864.000,00
Amazonas	131.818.000,00	0,00	107.751.500,00	0,00	24.066.500,00
Roraima	10.364.000,00	0,00	2.331.000,00	0,00	8.033.000,00
<b>Pará</b>	<b>485.647.665,05</b>	<b>347.729.055,00</b>	<b>127.994.860,05</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>8.823.750,00</b>
Amapá	55.152.630,00	21.825.530,00	31.576.600,00	0,00	1.750.500,00
Tocantins	22.366.850,00	0,00	5.991.850,00	0,00	16.375.000,00

**Fonte:** Estatística de Pesca IBAMA (2006).

### 3.3 POTENCIAL PESQUEIRO

Ainda não se conhece com exatidão o número de espécies de peixes existentes na Amazônia, porém as estimativas mais citadas vão de mil e quinhentas a seis mil espécies. Trabalhos mais recentes e específicos fixam esse número em cerca de três mil, embora dezenas de espécies novas sejam descritas a cada ano e outro tanto seja colocado em sinonímia. Apesar dessa imprecisão, há um consenso de que na Amazônia se encontra a maior diversidade de peixes de água doce do mundo (SANTOS; SANTOS, 2005).

Além do número relativamente baixo de espécies utilizadas na pesca em relação ao grande potencial existente, observa-se também que a maior parte da produção pesqueira recai apenas sobre uma minoria delas. As dez principais espécies representam mais de 80% da produção dos mercados pesqueiros regionais; no caso específico de Santarém, destacam-se principalmente as espécies popularmente identificadas como Aracu, Apapá, Curimatá, Dourada, Jaraqui, Mapará, Pacu, Pescada, Surubim e Tucunaré.

### 3.4 AMBIENTE DA PESCA: CONFLITOS, ACORDOS DE PESCA E MANEJO

A exploração pesqueira na Amazônia é regida por várias Leis, Decretos, Portarias, Licenças e outras normas legais, destacando-se entre elas a Lei 7679/ 88 e o Decreto Federal 221/67, também denominado código da pesca, que é a base para a legislação pesqueira brasileira (PEREIRA, 2002).

Para efeito dessas normas, a pesca é considerada como:

toda atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais frequente de vida e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico. Como os corpos d'água e os organismos que neles vivem são de domínio público, o exercício da pesca é garantido a todas as pessoas devidamente registradas nas diversas categorias de pesca, dependendo de normas hierarquicamente inferiores e que tratam de temas regionalizados ou mais específicos.

Os conflitos da pesca causam uma atmosfera de insegurança generalizada e têm se agravado; em certos momentos, levam à destruição de barcos e equipamentos e até mesmo à morte. Em geral, eles ocorrem entre pescadores chamados “de fora” e moradores locais, que consideram os lagos como propriedade sua ou da comunidade da qual faz parte. Os vários relatos e depoimentos apresentados no I Encontro de Pescadores Artesanais do médio

Amazonas Óbitos/ PA e no workshop política pesqueira para o estado do Pará: discussão e sugestões (FURTADO, 1993), servem para explicitar tais situações conflituosas e constituem-se em um alerta importante para que as autoridades e a sociedade em geral tomem medidas preventivas para que o interior não venha assimilar a violência, que já aflige as cidades de forma quase insuportável (SANTOS; SANTOS, 2005).

Segundo Isaac (2006), pequenas iniciativas de base comunitária, como o fechamento de alguns locais de coleta ou realização de “Acordos de Pesca” que regulamentam o uso dos canais de rios e estuário, são observadas em comunidades, só que de forma muito tímida se comparado a outras ações de manejo da fauna aquática, observadas no interior de toda Amazônia.

Independentemente de conflitos dessa natureza, o fato é que o manejo dos recursos pesqueiros na Amazônia sempre foi e continua sendo extremamente difícil. As causas desse fato são variadas e inter-relacionadas, podendo-se destacar dentre elas: a extensão e complexidade da bacia hidrográfica; a grande diversidade da ictiofauna e dos hábitos dos peixes; a grande variedade dos aparelhos e métodos de pesca; o enorme contingente de pescadores; e o deficiente sistema de organização profissional e de assistência por parte do poder público. Essas causas, por sua vez, constituem-se na principal razão da não aplicabilidade ou ineficácia de planos de manejo feitos para serem aplicados, indistintamente, nos diferentes sistemas aquáticos da bacia amazônica como um todo.

Torna-se evidente que os planos de manejo devem abranger toda sua área de distribuição e não apenas espaços delimitados politicamente. Assim sendo, acordos multinacionais já bem estabelecidos, como o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), e a Comissão para a Pesca Interior na América Latina (COPESCAL), poderiam constituir-se em instâncias apropriadas para a implementação de tais ações, sobretudo nas áreas de pesquisa científica e estratégias protecionistas de estoques e áreas de endemismo (SANTOS; SANTOS 2005).

De acordo com a lei sobre o acordo de pesca:

Entende-se por Acordo de Pesca um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definidos geograficamente (BRASIL, 2002).

Os chamados “Acordos de Pesca” podem ser considerados como uma das experiências mais interessantes de manejo de recursos pesqueiros controlados por populações ribeirinhas no Brasil e, mais particularmente, em águas interiores e regiões de várzeas da Amazônia.

Trata-se de experimentos de participação social que podem ser lidos de diferentes formas, pois podem assumir distintas modalidades que diferem entre si de acordo com as motivações, objetivos sociais, peculiaridades do ecossistema e, sobretudo, pelos diferentes contextos sociais e institucionais das localidades e comunidades ribeirinhas (SANTOS, 1997).

O acordo de pesca define as regras de acesso e de uso dos recursos pesqueiros numa determinada região, ou seja, recursos comuns que podem se reproduzir e não extinguir-se, dependendo das regras e do respeito a elas por parte da população. A experiência de manejo tradicional entre grupos na Amazônia reforça a tese do uso racional de recursos comuns, como entende Orstrom (2007).

O acordo pode proibir a pesca em lagos onde os peixes se reproduzem para povoar outros lagos na cheia, reservando essas áreas para servir de criadouro natural (IBAMA, 2003), experiência corrente na Amazônia.

Os “Acordos de Pesca” podem ser definidos como arranjos participativos locais em que as comunidades ribeirinhas tencionam regulamentar os recursos pesqueiros e restringir as capturas em regiões de várzea da Amazônia. A iniciativa e execução dos acordos são dos próprios moradores e pescadores de localidades ribeirinhas.

Os acordos de pesca também podem incluir vários instrumentos de controle da pesca, entre os quais: (1) A proibição ou limitação do uso de aparelhos de pesca, como malhadeira, lanterna de carbureto, tamanho de malhas etc., além de práticas que possam prejudicar o meio ambiente; (2) Proibição da pesca em períodos (também conhecidos como “defeso”) em que se reproduzem determinadas espécies, como tambaqui, pacu, curimatã, branquinha, aracu, pirapitinga e mapará; (3) Podem limitar a quantidade de pescado que se pode capturar por viagem; (4) Podem proibir a pesca em áreas onde os peixes se reproduzem para povoar outras áreas (rios, lagos etc.), reservando estas áreas para servir de criadouro natural.

As motivações que estimulam as iniciativas das comunidades ribeirinhas em promover acordos de pesca podem ser variadas e essa diversidade tem a ver com as peculiaridades dos ecossistemas, com os contextos regionais e as diferentes trajetórias socioinstitucionais e organizativas das comunidades ribeirinhas. Um aspecto muito polêmico, por exemplo, é a tentativa de impedir a entrada de “pescadores de fora” para pescar em determinadas áreas.

Essa é uma motivação muito forte, por exemplo, na região do Baixo e Médio Amazonas, inserindo-se nesse contexto o Município de Santarém, onde a pesca é realizada, sobretudo, em lagos e os pescadores locais se confrontam com “pescadores de fora” que utilizam, em geral, artes e embarcações com maior poder de pesca. A polêmica existe porque

o IBAMA e o estado brasileiro consideram os corpos de água como bens públicos (i.e., da União) e de livre acesso, não reconhecendo, portanto, formas de restrição absolutas ao seu acesso. Levando em conta o trabalho de pesquisa realizado nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, detectou-se que 100% dos pescadores são signatários dos acordos de pesca que utilizam o processo de gestão participativa.

### 3.5 SUSTENTABILIDADE

O principal problema do setor pesqueiro é a redução dos estoques pesqueiros devido ao aumento da intensidade de pesca. Além disso, a pesca também sofre de outros efeitos negativos sobre a ictiofauna, como o desmatamento, a derrubada das matas ciliares, a destruição de nascentes, o assoreamento, a poluição e o represamento de rios. Assim sendo, atividades potencialmente impactantes e em processo de desenvolvimento na Amazônia, como exemplo a cultura da soja, a mineração, construção de barragens e estradas, devem ser enfaticamente levadas em consideração quando se trata de política ambiental voltada para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais.

A bacia amazônica forma uma unidade de drenagem estruturalmente bem definida, mas encontra-se sob jurisdição de nove países. Mesmo admitindo que cada um deles pode e deve implementar suas próprias políticas, de acordo com suas particularidades e interesses, é evidente que deve haver uma pauta mínima para ações comuns, capazes de otimizar o uso e viabilizar a proteção dos recursos naturais. Isto é particularmente válido para os peixes migradores de longa distância, como os grandes siluriformes que normalmente se deslocam entre o estuário e as nascentes do Amazonas e seus principais afluentes de água branca.

A despeito dos conflitos de interesse e dos embates presentes ou futuros, parece haver um consenso de que a manutenção da integridade do ecossistema amazônico é fundamental para todo e qualquer tipo de iniciativas que visem à sua exploração e desenvolvimento em bases sustentáveis. Nesse contexto, independentemente de políticas, métodos, estratégias, táticas ou técnicas evocadas ou levadas a termo, a educação ambiental é o fundamento dessa sustentabilidade. A educação ambiental é o foco especial desse contexto porque, além de constituir-se num instrumento capaz de garantir a eficácia da pesca e promover a utilização dos recursos pesqueiros de forma sustentável, ela também é um fim em si mesma, responsável pela autoafirmação da região, senso de cidadania de seu povo e de realização plena das pessoas que aí vivem e trabalham.

Fica claro, portanto, que a conservação dos recursos pesqueiros não deve ser uma atribuição apenas daqueles que participam diretamente da pesca, mas também de pecuaristas, indústrias, fazendeiros, sítiantes, consumidores, poder público e a sociedade em geral. Isso significa que a gestão dos recursos pesqueiros deve estar inserida no contexto da gestão ambiental ampla e de forma compartilhada entre toda uma gama de atores sociais.

Na visão de Loureiro (1998), a maior riqueza da Amazônia — sua biodiversidade — tem sido, na prática, ignorada, questionada e combatida sistemática e implacavelmente pelas políticas públicas. Essas políticas estabeleceram uma oposição (que é, na verdade, um falso dilema) entre desenvolvimento e conservação ambiental. O desenvolvimento sustentável, como uma forma de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações, não integra as políticas públicas como condição essencial. Quando aparece, está confinado e limitado a alguns programas específicos dos setores e órgãos ambientais.

Face a esses e outros pressupostos equivocados sobre a natureza, as políticas voltadas para o planejamento regional, que ao longo dos últimos 35 anos estiveram a cargo dos organismos nacionais e regionais, criaram instrumentos e estímulos diversos à exploração da natureza aplicados, sem cuidado ou distinção alguma, a quaisquer dos ecossistemas existentes. Atividades econômicas tão diversas como a pecuária, a exploração madeireira, a mineração, a garimpagem e outras, que apresentam diferentes impactos sobre a natureza, vêm sendo desenvolvidas indiferentemente sobre áreas de florestas densas, nascentes e margens de rios, regiões de manguezais, nas planícies em encostas, em solos frágeis ou nos raros solos bem estruturados. E a maior parte dessas atividades tem produzido enorme e injustificável desperdício de recursos naturais.

Ao invés de considerar a natureza como um dom, uma aliada do desenvolvimento, as políticas públicas têm adotado uma estranha lógica de combate e agressão à natureza, estimulando, nas últimas décadas, a transformação da mais vasta, rica e exuberante floresta tropical do mundo em áridas pastagens, em áreas de plantação de grãos etc., sem levar em conta que a Amazônia dispõe de extensos campos naturais e várzeas que poderiam ser aproveitados economicamente, sem danos ambientais.

Segundo Costa (2003), sustentabilidade é a interação de dois sistemas: um natural e outro socioeconômico, sendo que o primeiro responde pelas leis físicas, químicas e biológicas e o segundo pelas leis sociais e econômicas. Para tanto, conceitua sustentabilidade como ideário de desenvolvimento sustentável, baseado na atual crise da sociedade mundial e que

parece ser consistente com a perspectiva de uma sociedade mais equilibrada. Entretanto, para interagir com essa perspectiva, a ciência deve enfrentar a questão geral de como tornar competitivos sistemas baseados em diversidades, de modo que possam enfrentar os sistemas lastreados em homogeneidade, claramente insustentáveis. Portanto, as ciências naturais vêm produzindo conhecimentos há quase três séculos para tornar os sistemas homogêneos eficientes. Daí pode se concluir que chegou a hora de atuar na direção contrária, pois existe uma crise real associada a esse paradigma. Assim, a sustentabilidade tem centenas de desdobramentos objetivos para a ciência e tecnologia, principalmente para a região amazônica, pois cada uma das trajetórias tecnológicas que estão sendo geradas tem uma lista enorme de questões ainda a ser respondida, no que se refere à sustentabilidade.

### 3.6 ESTOQUES PESQUEIROS NA BACIA AMAZÔNICA

Na fauna pesqueira amazônica, encontram-se todos os tipos de adaptação biológica às condições ecológicas, com grande e pequeno espectro de tolerância. Muitas espécies de peixes ocorrentes na região migram, isoladamente ou em pequenos ou grande cardumes (Piracema), para desovar ou alimentar-se, ou sem razões aparentes. As migrações visíveis dos cardumes ocorrem rio acima, principalmente quando há elevação das águas. Esses cardumes são compostos de várias espécies e de tamanho semelhante. Quando as águas baixam, grandes quantidades de peixes ficam aprisionadas nos lagos fechados de várzea. Quando os lagos secam, os peixes ficam mais concentrados, tornando-se assim presa fácil de aves, crocodilos, tartarugas, piranhas e outros predadores. Finalmente, morrem às toneladas, quando os lagos secam completamente. Essas perdas podem ser superiores ao total das capturas atuais (MESCHKAT, 1975).

Algumas capturas contêm inúmeros peixes de tamanho grande e que já ultrapassaram a idade, necessitam de grande quantidade de alimento para sua manutenção e aumentam pouco de peso, em proporção ao alimento ingerido. No entanto, espécies comercializáveis de peixes de tamanho abaixo do estabelecido são também levadas ao mercado, causando embaraço às autoridades incumbidas da conservação dos estoques.

### 3.7 OS PESCADORES

A maior parte dos pescadores tem baixo nível de renda e não se manteve a par dos modernos progressos técnicos devido, principalmente: à ausência do Estado e de políticas públicas efetivas de redução da desigualdade econômica e social; à falta de capital e assistência técnica; à maior inserção no mercado por meio de um patamar mais elevado de informações sobre preços. Os pescadores conhecem o movimento das águas e dos peixes que nelas vivem, têm vasta experiência do seu ambiente e dominam os petrechos tradicionais. No entanto, possuem poucos petrechos e capacidade de compra. As redes de cerco maiores estão além de seu poder aquisitivo e, com frequência, são compostos de vários pedaços pertencentes a diferentes pescadores. Algumas vezes, petrechos maiores e embarcações para transporte são fornecidos pelos “armadores”, comerciantes que recolhem os peixes de vários pescadores. Podem se desenvolver em empresas de pesca de médio porte, dispondo de modernas instalações de refrigeração e meios de distribuição ao consumidor ou mesmo aos mercados de exportação. Poucos filhos de pescadores frequentam escolas (SANTOS; SANTOS, 2005).

O baixo padrão profissional, a pobreza da população de pescadores e, sobretudo, a inexpressiva eficácia das políticas do Estado, constituem, provavelmente, os mais sérios obstáculos para o desenvolvimento da pesca interior. Eles não podem ser neutralizados pelos esforços empreendidos pelos próprios pescadores, pelos setores de pesquisa e nem pela administração e controle. Os resultados obtidos pela pesquisa e legislação terão pouco valor se não puderem ser implantados por pescadores experientes, que lhes reconheçam as finalidades.

A expansão da pesca comercial tem sido acompanhada por um grande aumento do número de pessoas envolvidas no setor. O declínio da agricultura da várzea resultou no deslocamento maciço de mão-de-obra da agricultura para a pesca. No passado, o morador da várzea era agricultor comercial e pescador de subsistência, enquanto, agora, destaca-se como pescador comercial e agricultor de subsistência (McGRATH et al., 1993). Atualmente, quase toda a população de várzea, assim como uma parte significativa da população urbana do baixo Amazonas, depende da pesca comercial para, pelo menos, parte de sua renda familiar (ISAAC et al., 1994).

O desenvolvimento pesqueiro também tem sido caracterizado por mudanças no perfil do pescador, especialmente pelo surgimento de uma classe de pescadores profissionais, o

geleiro, que se dedica integralmente à pesca. Baseado nos principais centros urbanos, o geleiro, junto com sua equipe de pescadores, viaja em busca de peixe para vender nos principais mercados urbanos. Hoje, o geleiro é a figura central no abastecimento dos mercados da região (ALMEIDA et al., 2004; 2006; 2009).

Reconhece-se uma densa população de pescadores, cerca de 7% habita os 3,9 milhões de km<sup>2</sup> da área total que pertence ao território brasileiro (IBGE, 2004), e certamente esta poderá se beneficiar desse instrumento, assim como o Estado do Pará que, segundo estimativas do Conselho Pastoral da Pesca, da Federação dos Pescadores do Pará e do Movimento de Pescadores do Estado do Pará, possui cerca de 100 mil pescadores registrados em Colônias e Associações de Pescadores.

Há décadas a FAO vem enfatizando que os povos mais humildes acoplaram-se na atividade da pesca e vivem à margem da subsistência e da dignidade que um ser humano poderia sobreviver.

Béné (2003) comenta no seu trabalho “Além do paradigma velho da pobreza e a pesca”, que existem dois contrastes de interpretação de pesca e pobreza, ou seja, o primeiro enfatiza que são pobres porque são pescadores, isto é, pobreza endêmica; os pescadores são pobres independentemente de suas vontades. O segundo diz que a pobreza dos pescadores está relacionada ao nível (do ponto baixo) dos recursos naturais, e suas origens/causas são encontradas dentro do setor das pescarias para consumo próprio (endogenous origins). Esta aproximação é o que se denominou de “sabedoria convencional na pobreza dos pescadores ” (Hidam, 1989, P. 10). Esta sabedoria convencional é enraizada em Gordon’s (1954).

### 3.8 A PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO PARÁ

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), (extinto em 1999 e reativado em 2008), em 1964 estimava que 8% a 10 % da população do Estado do Pará detinha na pesca sua principal fonte de subsistência. Isso representava, na época, cerca de 30.000 pescadores com famílias constituídas com média de cinco pessoas. Esse panorama evidenciava a importância da atividade pesqueira no contexto do desenvolvimento das estratégias idealizadas pelo governo do estado (ISAAC, 2006).

O estado do Pará promulgou a Lei nº 713/2005 que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola em todo território paraense, visando o ordenamento, fomento e fiscalização das atividades de pesca e aquicultura. Dentre as portarias vigentes que regulamentam as situações

específicas da pesca para o estado do Pará, destacam-se algumas categorias recorrentes e que são relevantes para o manejo da atividade, tais como: Controle de acesso à pesca; fechamento de estações de pesca; limites de comprimento ou sub-população e restrições quanto ao uso de aparelhos de pesca.

Atualmente a pesca no Estado do Pará é regulamentada pelo Decreto nº. 2.020, de 24 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, competindo ao estado, normatizar, regular, fomentar, articular e fiscalizar a pesca e a aquicultura no território paraense e promover o seu desenvolvimento de forma sustentável, em conjunto com as demais esferas governamentais, institutos de ensino e pesquisas e, em especial com as empresas e pescadores individuais e/ou cooperados (PARÁ, 2006).

O Decreto 2.020/2006 ainda estabelece em um dos seus artigos que a coordenação geral da implementação da política estadual de pesca e aquicultura são de responsabilidade da Secretaria Executiva de Estado da Agricultura, tendo como instrumentos: Gestão compartilhada; Gerenciamento Costeiro; Acesso ao crédito; Infraestrutura de Comercialização; Certificação de produtos de manejo comunitário da pesca; Certificação de produtos da aquicultura sustentável; Licenciamento Ambiental; Zoneamento pesqueiro e aquícola; Ordenamento pesqueiro e aquícola; Educação básica, profissionalizante e ambiental; Assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; Sistema de informação e pesquisa e Serviços ambientais (PARÁ, 2006).

De acordo com os dados do IBAMA, os acordos de pesca na sua origem foram fomentados, principalmente, pela Igreja Católica, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Posteriormente, outras iniciativas governamentais e não governamentais deram sequência a esse processo. Nesse sentido, foi criado o Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais (IARA), responsável pela administração dos recursos pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas, o qual teve início em 1990 com a implementação de um programa de cooperação técnica entre o IBAMA e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) (ALMEIDA, 2001; 2002).

O Projeto IARA surgiu, entre outros motivos, para dar resposta à necessidade de mediar conflitos sociais entre os diferentes grupos de usuários dos recursos pesqueiros na região. Com a extinção do Projeto IARA, em 2001, e a criação do Projeto ProVárzea, os objetivos tiveram continuidade para estabelecer bases científicas, técnica e política para a

conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentáveis dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia amazônica, com ênfase aos recursos pesqueiros.

No contexto das relações de gênero, destaca-se o *movimento de mulheres na pesca*, marcando a arrancada para a organização política de suas localidades e núcleos associativos, exprimindo uma reação ao quadro adverso enfrentado pelas comunidades pesqueiras amazônicas. Isso ocorre a partir da crescente participação das mulheres no processo organizacional, além do já conhecido papel no cotidiano da casa e da pesca.

Enquanto a atual legislação pesqueira for bastante abrangente, com exceção da pesca industrial do estuário, um regime de livre acesso prevalecerá, incentivando os pescadores a explorar o recurso sem se preocupar em manter sua produtividade a longo prazo.

A região norte do Brasil é responsável por 24 % de todo o pescado produzido no país, e o Estado do Pará se destaca como o principal estado produtor, contribuindo com cerca de 150 mil toneladas (IBAMA, 2005). A pesca nessa região é oriunda, fundamentalmente, na atividade artesanal, destacando-se em relação às demais regiões brasileiras pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional a esta atividade (BARTHEM; FABRÉ, 2004).

Dada a importância desta atividade no contexto regional e nacional, a quantificação da produção e receita bruta, considerando os principais municípios pesqueiros, tipo de embarcações, área de pesca e mês, é essencial para a formulação de políticas públicas, sejam elas relacionadas com a conservação ou com o desenvolvimento da atividade. Na medida em que os recursos pesqueiros, em geral, não podem ser contados ou pesados previamente à sua captura, a avaliação de estoques pesqueiros depende de inferências indiretas. Daí a importância dos programas de controle de desembarque, base da avaliação de estoques pesqueiros e de qualquer esforço de gestão.

O setor de planejamento da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (SEPAQ), diante outras ações, vem desenvolvendo atividades de controles de desembarque pesqueiro nos principais portos, em diversas regiões e municípios paraenses, viabilizando a manutenção de uma rede de informações sobre estatística de desembarque pesqueiro, possibilitando o monitoramento e o controle do nível de exploração dos estoques pesqueiros, subsidiando o planejamento de políticas públicas para gestão sustentada dos recursos pesqueiros do Estado. Este projeto envolve quatro Instituições: Universidade Federal do Pará (UFPA); Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR)-IBAMA; Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); e Instituto Amazônico de Manejo

Sustentável dos Recursos Ambientais (IARA). Estas instituições recebem apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), coordenados por profissionais com vasta experiência e atuação integrada junto aos recursos pesqueiros marinhos e continentais na região norte do Brasil.

A malha de controle de desembarque pesqueiro compreende as regiões de maior exploração pesqueira pela pesca comercial, correspondentes às bacias dos rios Amazonas e Tocantins, o estuário e a costa, responsáveis por cerca de 80% das capturas. Nestas áreas, está sendo estabelecida uma malha de coleta de informações de desembarque pesqueiro em 27 municípios e 63 localidades. O projeto utiliza como metodologia o censo, ou seja, o registro diário do desembarque de pescado de todas as embarcações pesqueiras. Coletores, devidamente treinados pela equipe do projeto, realizam entrevistas com encarregados das pescarias com base num formulário pré-definido. Os registros obtidos são armazenados numa base de dados relacional, no programa aplicativo ACCESS. O projeto é avaliado constantemente por reuniões e workshops da coordenação junto com aos financiadores e representantes das Instituições parceiras.

Dada as dimensões do Estado, a grandiosidade de seu sistema hídrico e da quantidade de portos de desembarques, esforços estão sendo concentrados de forma a captar novas parcerias para ampliação da rede de coleta e máxima eficiência do projeto.

**Tabela 3** - Produção da pesca extrativa no Brasil e no Pará (2000/2005).

<b>ANO</b>	<b>BRASIL</b>	<b>PARÁ</b>	<b>%</b>
<b>2000</b>	<b>666.846</b>	<b>144.419</b>	<b>21,7</b>
<b>2001</b>	<b>730.377</b>	<b>156.780</b>	<b>21,5</b>
<b>2002</b>	<b>755.582</b>	<b>171.904</b>	<b>22,8</b>
<b>2003</b>	<b>712.143</b>	<b>152.384</b>	<b>21,4</b>
<b>2004</b>	<b>746.216</b>	<b>151.522</b>	<b>20,3</b>
<b>2005</b>	<b>751.273</b>	<b>144.545</b>	<b>19,2</b>
	<b>12,7</b>	<b>0,1</b>	<b>-11,5</b>

**Fonte:** IBAMA (2006).

**a) Principais pescados desembarcados – Ano 2008.**

As espécies mais capturadas, por ordem de volume, são: piramutaba, mapará, dourada, pescada branca, pescada go, camarão e pescada amarela. A produção desses pescados equivale a mais da metade do total produzido.

**Tabela 4-** Espécies de pescados mais capturados por ordem de volume.

<b>ESPÉCIES</b>	<b>QUANTIDADE (T)</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%)</b>
<b>Piramutaba</b>	<b>21.258</b>	<b>39,90</b>
<b>Mapará</b>	<b>6.947</b>	<b>13,03</b>
<b>Dourada</b>	<b>6.025</b>	<b>11,30</b>
<b>Pescada Branca</b>	<b>5.797</b>	<b>10,88</b>
<b>Pescada Gó</b>	<b>4.721</b>	<b>8,86</b>
<b>Camarão</b>	<b>4.627</b>	<b>8,68</b>
<b>Pescada Amarela</b>	<b>3.901</b>	<b>7,35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53.276</b>	<b>100</b>

Fonte: SEPAQ (2008).

**Tabela 5 -** Principais Portos de desembarque de Pescado no Pará-2008.

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>QUANTIDADE (T)</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%)</b>
<b>BELÉM</b>	<b>35.627</b>	<b>48,90</b>
<b>VIGIA</b>	<b>18.003</b>	<b>24,75</b>
<b>SANTARÉM</b>	<b>5.819</b>	<b>8,00</b>
<b>BRAGANÇA</b>	<b>5.702</b>	<b>7,83</b>
<b>ABAETETUBA</b>	<b>3.909</b>	<b>5,37</b>
<b>SÃO JOÃO DE PIRABAS</b>	<b>3.676</b>	<b>5,15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>72.736</b>	<b>100</b>

Fonte: SEPAQ (2008).



**Gráfico 1-** Composição da produção pesqueira.  
**Fonte:** SEPAQ (2008).

#### 4 RELAÇÕES DE TRABALHO NA PESCA

A pesca artesanal hoje, no litoral do Pará, divide-se em dois grupos. No primeiro, em que se utilizam instrumentos fixos, destaca-se a pesca do curral, um tipo de armadilha fixa, em forma de cerca, que é feita de madeira e construída em beiras de praia ou no meio dos rios, em bancos de areia, com abertura por onde passam os peixes durante as marés cheias, disposta de modo a vedar-lhes a saída durante as vazantes. O segundo grupo reúne aqueles que usam instrumentos móveis, como na pesca com redes malhadeiras e espinhéis. A mobilidade destes últimos permite, até certo ponto, um deslocamento e, portanto, uma possível diversidade de opções para escoar a produção, enquanto que os primeiros atuam em um raio mais estreito.

A renda gerada hoje no setor é reduzida por conta da baixa produtividade da atividade. Isso é uma consequência das tecnologias disponíveis e utilizadas dada a dotação de fatores e recursos naturais disponíveis. Como consequência, as pessoas envolvidas na pesca têm baixa produtividade, gerada pela baixa qualificação, e o setor, por estar dominado por tecnologias de baixa produtividade, não estimula as pessoas a melhorarem sua qualificação. Como consequência, gera-se um processo de causa circular cumulativa, como descrito por MYRDAL, 1973 apud BARROS, 2001, para explicar o subdesenvolvimento. Este mantém a pesca como um setor de baixa produtividade e exercida, principalmente, por pessoas pobres.

Segundo Ana Laura Sena, em seu trabalho “Trabalho e trabalhadores da pesca industrial”, as dinâmicas locais parecem ignorar, em uma análise superficial, as relações existentes que conectam a produção da pesca local a nova ordem econômica, ao mesmo tempo em que lança um olhar crítico sobre os diferentes aspectos das mudanças provocadas pelas novas transformações do capitalismo e da sociedade industrial. Desta forma, são visíveis as relações existentes entre a pesca industrial e a pesca artesanal. Portanto, o estudo da pesca no Estado do Pará deve ser encarado como um todo, visto que a ação de políticas públicas não pode, e nem devem ignorar, a existência de laços cada vez mais fortes entre a pesca industrial e a pesca artesanal, bem como a ação de intermediação no processo de comercialização na cadeia produtiva do setor pesqueiro.

A grande maioria dos trabalhadores atuantes na atividade pesqueira não dispõe de condições satisfatórias de trabalho, são mal remunerados, possuem jornadas de trabalho superior às previstas na lei vigente e ocupam postos temporários de trabalho, daí a instabilidade do emprego.

As relações de trabalho do setor pesqueiro foram fortemente alteradas nas décadas de 60 e 70, com a expansão do parque industrial, o que gerou o aumento da jornada de trabalho e a necessidade de maiores investimentos financeiros e adoção de tecnologias, provocando forte concorrência e ao mesmo tempo incremento dos custos de produção. Existem grandes variações nas relações sociais de produção no interior da cadeia produtiva da pesca, evidenciada pela variedade das funções exercidas na atividade da pesca comercial. Cada função depende da organização social das diferentes localidades, bem como da forma como se estabelece a cadeia produtiva no plano local e sua articulação no âmbito externo (SENA, 2006). No caso de Santarém, as relações de trabalho ocorrem de forma diversificada, destacando-se as figuras do patrão que dispõe dos bens de capital e dos intermediários que utilizam ainda o sistema de atravessadores.

A organização política social dos pescadores é limitada e não dispõe de estudos capazes que demonstre essas limitações. Entretanto, os pescadores artesanais, ao longo de suas trajetórias históricas, passaram por diversas condições de subordinação. As principais entidades representativas e defensoras de seus direitos e obrigações são as colônias de pesca que surgiram sob o signo da tutela. A defesa do exercício da atividade da pesca e o acesso aos direitos trabalhistas e sociais dos pescadores variam em função da conformidade do nível de organização e mobilização política da entidade representativa da categoria.

As relações de trabalho na pesca e o meio ambiente variam em função das diversas condições das dinâmicas naturais de enchente, cheia, seca e vazante das marés, associadas aos ciclos naturais de reprodução das espécies pesqueiras e das dinâmicas sociais de apropriação dos recursos, tal como acontece no Município de Santarém.

O trabalho é condição da existência da humana, pois da sua natureza se extrai a manutenção da vida. Com o passar dos anos, o labor deixou de ser individual para ser realizado, de forma coletiva, gerando relações entre todos os envolvidos, cursando ao que hoje se chama de relações de trabalho.

#### 4.1 FATORES QUE CONTRIBUEM COM A RENDA DO PESCADOR ARTESANAL

A composição da renda familiar dos pescadores é constituída pelo somatório das rendas individuais dos diferentes membros do grupo doméstico (laços sanguíneos ou não) que contribuem para a manutenção da unidade familiar. No caso específico do Município de Santarém, o feirante tem o maior valor médio, seguido do atravessador; o do início da cadeia

(pescador) é o que detém o menor ganho. Também se evidenciam, em Santarém, algumas dificuldades, que estão sendo minimizadas pela atuação da organização política e pelo apoio de entidades que celebram parcerias com o movimento de pescadores, em especial o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e o ProVárzea (BATISTA; ISAAC; VIANNA, 2004).

No cenário de áreas úmidas, destacam-se as várzeas de Santarém que apresentam diferentes funções que, se reconhecidas e eticamente aproveitadas e gerenciadas em benefício das populações locais, poderão favorecer o desenvolvimento que se espera. Tal cenário favorece condições alternativas de trabalho e renda para os produtores da pesca, em diferentes categorias e suas famílias se: 1) Políticas e programas vêm, de fato, ao encontro dos interesses sociais e bióticos; 2) Houver prioridade para o ordenamento pesqueiro como instrumento de uso social e de conservação ética dos recursos hídricos; 3) Houver priorização a capacitação contínua de recursos humanos para pescadores como estratégia de gestão de recursos, desenvolvimento local e solução de conflitos. Essa é uma expectativa da classe pescadora identificada por antropólogos desde as décadas de 1970 e reafirmada por Leitão (1995; 1996 apud FURTADO, 2007). Esta autora aborda na sua pesquisa, realizada no estuário amazônico, que o principal problema apontado pelos pescadores regionais é a inexistência de uma política governamental de apoio efetivo à pequena produção em todas as suas variantes, fato observado e criticado por profissionais que atuam na pesca.

Fatores econômicos são fundamentais para entender o comportamento atual do pescador e prever como o pescador reagiria a diferentes medidas de ordenamento.

Dados obtidos em 1997 mostram que aproximadamente 30% dos barcos são de pescadores originários da zona urbana, enquanto 60% são de barcos originários da zona rural. Por essa razão, a pesca se mostra como um importante setor para geração de empregos para região. Além disso, baseado na origem dos barcos, pode ser estimado onde esses empregos estão sendo gerados. Segundo Ruffi (1996), com base nos dados de 1993, os barcos que fizeram desembarques em Santarém foram originários de 14 municípios ao longo do rio Amazonas, sendo 60% oriundos de Santarém, Alenquer e Óbidos. A geração de emprego pelos barcos desses municípios pode ser estimada em 3.523, e mostra que uma relevante parcela de empregos é gerada pela pesca.

Além do número de empregos gerados serem bastante relevante, a renda gerada para a região também é significativa. A estimativa é que a renda total gerada pelos pescadores desses barcos seja de aproximadamente US\$5,5 milhões, sendo 41% para os pescadores que pescam

em barcos abaixo de 1 t e 73% para os que pescam em barcos menores que 4t. Por outro lado, a renda gerada é de US\$2,5 milhões para os donos dos barcos, ficando 43% com os donos de barcos menores que 1t e 75% com os donos de barcos menores que 4t. Esse valor é bem maior que o valor apresentado por Ruffino (1998). Na renda gerada da pesca, devido ao fato de que a estimativa de geração de renda feita por ele, foi considerado somente o valor gerado pelos desembarques, ou seja, na estrutura da dinâmica e economia da pesca comercial do baixo Amazonas, a renda apresentada é estimada para o ano todo, ainda que esses barcos tenham desembarcado em Santarém somente uma vez.

Segundo Almeida et al. (1999), a rentabilidade da viagem de pesca é calculada a partir do volume capturado e vendido, deduzidas as despesas com a compra de gelo, combustível, alimentação, material para conserto da embarcação, canoas utilizadas e arreios. O manejo do recurso pesqueiro é realizado por meio de políticas que influenciam a atuação do pescador comercial e não diretamente o recurso. O setor pesqueiro é um importante gerador de emprego e renda e tem, portanto, um papel importante na economia regional. Sem um conhecimento profundo dos fatores que influenciam a atuação dos diferentes atores do setor, é impossível garantir a eficácia de medidas tomadas para fortalecer o papel do setor na economia regional.

Devido ao grande número de pescadores nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande possuir baixo poder aquisitivo, sendo a maioria destes ribeirinhos, a comercialização do pescado ocorre no âmbito das comunidades e dos barcos de intermediários que, periodicamente, se deslocam da cidade para adquirir pescado. A renda obtida pelos pescadores varia em função do ambiente que o peixe é comercializado, além da espécie do peixe que é colocado à venda (ALMEIDA, et al., 2001).

## **5 MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA EM SANTARÉM**

### **5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO PESQUEIRA EM SANTARÉM**

O Município de Santarém teria sido criado em 1754. Por Carta Régia, de 6 de junho de 1756, teria recebido a designação de Santarém em 14 de março de 1758, data que, para alguns, corresponde à de sua institucionalização e instalação. Em 1761, deu-se a criação do distrito-sede, cuja instalação teria sido efetuada em 1º de junho de 1829. A Lei provincial n.º 145, de 24 de outubro de 1848, concedeu foros de cidade à sede do Município. Na Divisão Administrativa de 1911, aparece dividido em quatro distritos: Santarém, Boim, Alter do Chão e Curuai (SUDAM, 2006). Tem como limite geográfico os municípios de Juruti, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Itaituba, Aveiro, Uruará, Rurópolis, Placas e Belterra, possuindo uma superfície de aproximadamente 24.154,00 Km<sup>2</sup>.

Santarém também participa da exploração dos recursos naturais de várzea. É o principal município de toda região do Médio Amazonas, situado na confluência do rio Amazonas com o Tapajós, possuindo uma altitude média de 35 m, distante de Belém cerca de 850 km, em linha reta. É a segunda cidade mais importante do estado e o principal polo de desenvolvimento do oeste paraense. Além disso, centraliza a economia da sub-região do Baixo Amazonas Paraense e do Vale do Tapajós, sendo o município para onde converge grande parte do fluxo de produtos primários e da demanda dos serviços por parte do resto da população da sub-região

Tradicionalmente, a pesca está integrada a outras atividades econômicas dos moradores, que utilizam os recursos naturais disponíveis de forma dinâmica e holística. Os principais pesqueiros localizavam-se nos lagos e áreas alagadas, próximas às moradias. Na captura, eram utilizados aparelhos simples como anzol, arpão ou arco e flecha, sendo raro o uso de redes e tarrafas (CERDEIRA et. al., 2000).

O sistema de aviação típico do capitalismo mercantil era constituído por uma cadeia de comercialização em que o extrator dos recursos naturais era o elo mais frágil e explorado dessa cadeia, havendo a concessão de crédito aos extratores, estabelecendo-se uma relação de exploração entre o aviado e o aviador, acarretando uma série de intermediações, desde o momento da captura do pescado até sua comercialização no mercado nacional e internacional com os preços fixados pelo aviador (SENA, 2006).

Uma das características do aviamiento que se estabelece entre comerciante e produtor direto é o caráter personalizado do qual se reveste a transação. Os adiantamentos feitos de parte a parte têm como garantia, muitas vezes, a promessa do ressarcimento, lastreada na confiança derivada do interconhecimento. Tais aspectos não significam, obviamente, relações simétricas, pois na fixação dos preços podem estar embutidos juros extorsivos que deprimem a renda do produtor.

Numa primeira acepção, ‘aviar’ é um termo forjado na Amazônia, que significa fornecer mercadoria a crédito. O comerciante, ou ‘aviador’, antecipa o fornecimento de bens de consumo e instrumentos de trabalho ao produtor que, por sua vez, efetua o pagamento da dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. Essa relação remonta ao período em que a região integrou-se ao processo de colonização europeia. Surge, portanto, a partir da inserção da economia nativa ao sistema mercantilista, também no século XVIII, a figura dos regatões no comércio de drogas do sertão, que eram comerciantes que percorriam os rios da região, fundamentalmente durante o período de exploração dos seringais nativos.

Dadas as peculiaridades próprias da região, como a distância, o isolamento entre os povoados e os centros consumidores e o difícil acesso aos locais de coleta, aliados à escassez de moeda, consolidou-se o ‘aviamento’. O coletor de produtos extrativos tornava-se dependente dos intermediários, de quem recebia certos insumos da produção e certos bens de subsistência a serem pagos em produtos

Em seu livro “História Econômica da Amazônia”, Santos (1980) considera que o aviamiento foi o elo sustentador e articulador de toda a estrutura social da região, integrando o homem do interior amazônico à sociedade global que:

Constitui o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha e que persiste em nossos dias, se bem que modificado e com importância atenuada (SANTOS, 1980, p. 156).

Esse sistema formava-se a partir de uma cadeia de relações sociais e econômicas que ligava vários intermediários até o produtor direto. É recorrente na literatura sobre a Amazônia a ideia de que o aviamiento é uma forma de crédito mais eficiente que o sistema financeiro formal, uma vez que este é incapaz de chegar até o pequeno produtor distante. Por outro lado, na época da borracha era o sistema bancário que, por meio dos créditos, alimentava as firmas aviadoras. Portanto, haveria uma relação de complementaridade entre o sistema formal e o informal.

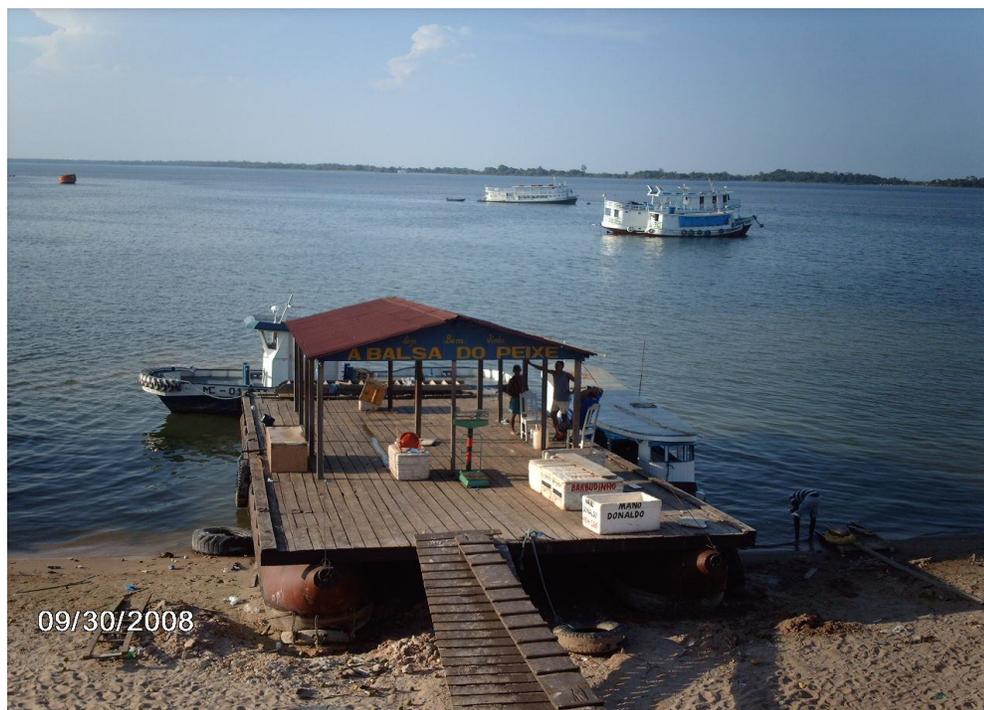
Aramburu (1992), em seu trabalho intitulado “Aviamento modernidade e pós-modernidade no interior amazônico”, baseado na comercialização de madeira e outros produtos na Ilha do Marajó, preocupou-se em entender as alterações que esse sistema sofreu frente às mudanças estruturais do mercado mundial. Nesse estudo, o autor mostra o aviamento moderno como uma relação mais fluida e dinâmica em relação ao período do chamado ‘ciclo da borracha’ na Amazônia.

A pesca da Amazônia tem sofrido mudanças profundas nos últimos trinta anos, devido, em parte, a inovações tecnológicas que aumentaram a capacidade de captura e armazenamento de pescado das embarcações e ao crescimento de mercados urbanos e de exportação. A pesca comercial teve uma expansão considerável durante este período (McGRATH et al., 1998; ISAAC et al., 1996, ALMEIDA et al. 1999, McGRATH et al. 2008). Atualmente, a pesca comercial é um dos principais setores da economia regional, empregando mais de 30.000 pessoas e movimentando em torno de US\$100 a US\$200 milhões somente na primeira venda (RUFFINO, 1996).

Estudos realizados demonstram que o pescado chega ao mercado de Santarém em vários tipos de embarcações que foram agrupadas em três categorias: barco pescador; barco comprador; e barco de linha. Das três categorias, o barco pescador é responsável pelo abastecimento de 68% do volume total e 70% dos desembarques. Em 1997, mais de 500 barcos pescadores diferentes desembarcaram um total de 2,3 mil toneladas de peixe em Santarém para uma média de 682 quilos de peixe por desembarque. A segunda categoria, barco comprador, consiste de barcos especializados na compra de peixe na várzea para revenda. Estes barcos desembarcaram 16% do pescado, trazendo para uma média de 1.721 quilos por viagem. A terceira categoria, barco de linha, foi responsável por 16% do volume de peixe, trazendo uma média de 337 quilos por viagem (McGRATH et al., 1998; ISAAC et al., 1996, ALMEIDA et al. 1999, McGRATH et al. 2008).

No caso das pescarias ocorridas no Município de Santarém, (CERDEIRA; ISAAC; RUFFINO, 2000), especificamente, é feita uma abordagem sobre a comercialização do pescado, afirmando que o mercado local recebe pescado de uma ampla região, principalmente dos municípios de Almerim e Óbidos. Por outro lado, existe uma grande variedade de pescadores ribeirinhos, autônomos e/ou dependentes que, utilizando canoas, transportam usualmente até duas toneladas de pescado, contribuindo para o abastecimento das comunidades localizadas próximas dos centros urbanos de Santarém, Monte Alegre e Saracura. A comercialização é realizada principalmente no Mercado do Tablado, tanto para

consumidores finais, como para intermediários que transportam o produto para outras pequenas feiras e mercados (SANTARÉM, 2002).



**Fotografia 1-**Trapique de desembarque de pescado.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 2-** Feira do Tablado após realização das vendas de pescado.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 3-** Feira do Tablado após período de vendas.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 4 -** Comercialização de pescado fora da Feira do Tablado.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 5** - Comercialização de Pescado fora da Feira do Tablado.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 6** - Administração da Feira do Tablado.  
**Fonte:** Martins (2009).

## 5.2 ATUALIDADE DO TRABALHO E DO COMÉRCIO PESQUEIRO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

A tradição do trabalho da pesca artesanal no médio Amazonas, em especial no Município de Santarém, se mantém, servindo como um eixo que articula várias redes de produção, comercialização e também de sociabilidade pelo papel que desempenha nas relações sociais. Os municípios dessa região participam com maior ou menor intensidade. Santarém é um exportador tradicional de pescado, cujo porto de embarque e desembarque tem expressão no conjunto da região e grande parte de sua população vive dessa atividade, direta ou indiretamente.

REGIÕES	COMUNIDADES PESQUEIRAS
1-URUCURITUBA	- Arapema, Fátima, Campos, Igarapé do Costa, São Ciríaco, Piracaoera, de Baixo, Piracaoera de Cima.
2-ITUQUI e MAICÁ	- Nova Vista, São José, Bom Jardim, Murumurutuba, Conceição, Fé em Deus I, Fé em Deus II, Santarém Mirí, Aracampina
3-ARITAPERA	- Ilha de São Miguel, Costa do Aritapera, Mato Alto, Água Preta, Carapanatuba, Centro do Aritapera, Santa Terezinha, Ponta do Surubim Açú, Centro do Surubim Açú, Cabeça D'Onça
4- TAPAJÓS	- Parauá, Jauarituba, Boim
5-LAGO GRANDE	- Igarapé-Açú, Traíra, Piraquara, Piedade, Cativo, Torrão, Curuai, Paissandu, Inanu, São Jorge, Uruarí, Santa Helena, Ajamuri, Peré I, Peré II, Acutireçá, Jacaré I, Jacaré II, Itacumuni, Vila Socorro, Aracy, Cururu, Bom Jesus, Marimarituba, Vila Amazonas, Guajará, Aninduba, Carariaçá.
6-ARAPIXUNA e ARAPIUNS	- Pinduri, Tucumatuba, Jarí do Socorro, Moacá, Picãe, Piauí, Maicá, Urucureá, Anã, Vila Brasil, São Miguel, Atodi
7-COSTA DO TAPARÁ	- Costa do Tapará, Correio, Barreira, Boa Vista, Tapará Grande, Tapará Mirí, Santa Maria, Pixuna, Igarapé da Praia, Saracura

**Quadro 1** – Regiões da pesca em Santarém.

**Fonte:** Martins (2009).

## 5.3 A GEOGRAFIA DA PESQUISA: ÁREAS DE PESCA NA VÁRZEA E NOS LAGOS

### 5.3.1 A várzea

Segundo Ruffino et. al. (2007), as áreas de várzeas estão contidas num dos macros ambientes mais importantes para o desenvolvimento da pesca em águas continentais do mundo. Em abrangência, Sippel; Hamilton; Melack (1992 apud JARDIM-LIMA, et al., 2005), estimaram que o ecossistema de várzea atinge aproximadamente 400.000 km a

500.000 km quadrados de área inundável, com destaque para as várzeas na calha do rio Solimões-AM, dos quais cerca de 300.000 Km<sup>2</sup> são de planícies alagadas. Nas várzeas baixas formam-se numerosos lagos, cujas extensões chegam a atingir centenas de quilômetros. Sazonalmente, as águas de várzeas ultrapassam os limites das restingas marginais e transbordam.

As comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, localizadas nas áreas de várzeas, foram selecionadas como objeto principal da pesquisa de campo em função da maior ocorrência da fauna aquática estar situada nos lagos e igarapés, afluentes do rio Amazonas e Tapajós, além da menor dificuldade de acesso e transporte para as mesmas.

### **5.3.2 Os lagos**

Os lagos encontram-se localizados no extremo norte do município e destacam-se pela sua paisagem regional e por sua beleza natural, principalmente pelo potencial pesqueiro e turístico. Suas águas apresentam coloração semelhante aos rios da região, ou seja, coloração azul escura – lagos de águas límpidas – ou azul clara, peculiaridade dos lagos de águas barrentas. Ocupam um total de 829 km<sup>2</sup> ou 3,12 % de Santarém (MESCHKAT, 1975).

Durante metade do ano, lagos individuais desaparecem com a inundação da várzea pelo rio, formando um imenso lago de 50 a 100 quilômetros de largura e mais de quatro mil quilômetros de comprimento. Nesta época, somente a copa das árvores e casas sobre palafitas permanecem visíveis, indicando os contornos dos lagos individuais. Durante a outra metade do ano, a inundação recua e expõe centenas de milhares de corpos d'água que variam de meros poços até de dezenas de quilômetros de diâmetros. Ao mesmo tempo, peixes são móveis, com o potencial de se deslocarem de lago para lago no decorrer do ano (MCGRATH; CASTRO; FUTEMMA, 1994). Dado essas características dos sistemas de lagos da várzea, não fica totalmente claro que exista alguma relação duradoura entre uma determinada população de peixes e o lago em que se encontra essa população. Se o peixe circula entre os lagos de toda a extensão da várzea, não há razão para esperar que a política de manejo aplicada em um dado lago tenha um efeito duradouro no sistema como um todo. Por exemplo, um lago despescado durante a estação seca pode ser simplesmente recolonizado na estação da enchente. Se estas condições prevalecem, então o modelo itinerante poderá ser a estratégia de manejo mais apropriada, desde que os pescadores possam seguir as populações de peixes circulando entre os sistemas de lagos. Alguma variação do regime de manejo de pesca

proposto por Bayley; Petreire Júnior (1989) talvez poderá ser a forma mais apropriada para o manejo pesqueiro dos lagos (MCGRATH; CASTRO; FUTEMMA,1994).

Na tabela 6 a seguir, figura-se a relação dos lagos mais importantes do município e os respectivos percentuais que representam:

**Tabela 6** – Lagos mais importantes do município de Santarém (PA).

<b>LAGO</b>	<b>SUPERFÍCIE OCUPADA (KM<sup>2</sup>)</b>	<b>ESPAÇO MUNICIPAL (%)</b>
Catuari Grande	10,20	0,04
Maicá	46,95	0,18
Itarim *	54,70	0,20
Armanai *	113,55	0,43
Pascoval *	94,70	0,36
Grande de Monte Alegre **	29,40	0,11
Poção Grande	72,50	0,27
Grande do Curuaí	309,00	1,16
Outros	98,00	0,37
<b>Total</b>	<b>829,00</b>	<b>3,12</b>

**Fonte:** CPRM (1997).

#### 5.4 EMBARCAÇÕES E PETRECHOS

Segundo informações contidas no Relatório do Projeto “Implantação da Rede de Pesca e Aquicultura da Amazônia”, a frota pesqueira existente no Estado do Pará é constituída de aproximadamente 20.000 embarcações, distribuídas entre canoas a vela, canoas motorizadas, barcos a motor, barcos de linha, barcos de pequeno porte, barcos de médio porte, bajaranas, geleiras e barcos de ferro, predominando embarcações movidas a remo e vela, o que caracteriza o setor pesqueiro continental do Estado, eminentemente artesanal, atuando nas pescarias de águas continentais (65%), sendo seus cascos construídos de madeira (99%).

Para o pesquisador Dr. Flavio W. Lara, a frota de barcos que atua no setor pesqueiro da Amazônia é construída de modo empírico, seguindo antiga tradição portuguesa, aproveitando a madeira da região e empregando mão-de-obra local. Em consequência desse empirismo, a maioria das embarcações tem problemas de dimensionamento, tanto para a pesca quanto para o transporte de pescado. A excessiva potência dos motores acarreta aumento desnecessário de consumo de combustível e o isolamento térmico das caixas de gelo

é insatisfatório, comprometendo a qualidade do pescado em razão do esmagamento que o peixe sofre nas referidas caixas.

As técnicas de pesca usadas atualmente são, na maior parte, adequadas ao uso em águas tranquilas. Dessa forma, a pesca é conduzida de preferência em lagos, várzeas e remansos dos rios, onde, o uso de tarrafas predomina.

O uso de anzóis simples e espinhéis são comuns. São empregadas, também, várias redes de cerco específicas. Normalmente, o pescador adota apenas uma técnica o ano inteiro e utiliza o menor número possível de petrechos; por exemplo, uma rede de emalhar de comprimento padrão, 50 m, poderia manejar facilmente em uma só noite de pesca. Como todo petrecho é seletivo, o uso de uma só técnica pode alterar desfavoravelmente o equilíbrio entre as espécies. Diferentes técnicas e tamanho de malhas usadas simultaneamente são necessárias para a administração dos estoques multiformes de peixes. Técnicas específicas de pesca em rio de águas correntes como, por exemplo, arrastão assimétrico de praia, redes de deriva para barcos, redes flutuantes de emalhar e de tresmalhe, não são encontradas (SANTOS, A.; SANTOS, G., 2005).

A estrutura da pesca é basicamente a mesma entre embarcações grandes e pequenas, sendo esta uma das principais características da frota pesqueira da região, segundo estudo realizado. A principal unidade de captura é a canoa com dois pescadores. O barco é utilizado para transportar os pescadores até o local de pesca e para armazenar e transportar o peixe para o mercado. Geralmente, o dono da embarcação é dono dos arreios de pesca e das canoas e possui uma equipe de pescadores que pesca para ele. O combustível, o gelo, a alimentação e as demais despesas de viagem são financiadas pelo dono da embarcação. No local de pesca, o barco fica ancorado enquanto duplas de pescadores saem diariamente em canoas para pescar nas proximidades (McGRATH et al., 1998; ISAAC et al., 1996, ALMEIDA et al. 1999, McGRATH et al. 2008).

O peixe capturado é trazido para a embarcação. Na ocasião, a quantidade e composição são anotadas. Posteriormente, o peixe é transferido para a caixa de gelo.

A maioria dos barcos não possui urnas e armazenam pescado em caixas de madeira forradas de isopor, ou em caixas de isopor. Os barcos de pesca são pouco especializados. Como seria de se esperar, nessa situação a correlação entre tamanho do barco e capacidade de gelo é muito baixa. Utilizando o banco de dados do cadastro de embarcações de Santarém, a correlação entre a capacidade de gelo e o comprimento da embarcação ficou em torno de 55%. Entretanto, a especialização dos barcos pequenos ainda é menor dado que a correlação

entre essas duas variáveis é de 15% para barcos menores que 1 tonelada, enquanto para barcos maiores a correlação é de 48%. A baixa correlação reflete a pouca especialização da frota que, geralmente, é usada para várias atividades incluindo transporte de cargas, de gado e de pessoal dependendo da necessidade do dono.

Mesmo com diferente especialização da frota, é difícil definir um critério objetivo para classificar os barcos em categorias distintas porque, basicamente, todos os barcos pescadores utilizam a mesma tecnologia. Entretanto, é ampla a variação entre a capacidade de armazenamento de barcos, indo de barcos com capacidade de 200 quilos até barcos que têm capacidade de 10.000. Além da frota local, os desembarques oriundos de outros municípios podem trazer pescado em barcos com capacidade de gelo de até 50.000 quilos. Dada essa enorme variação, é importante classificar os barcos em grupos de tamanho para delinear padrões de renda tanto do dono do barco como dos pescadores que trabalham no barco.

Quando os barcos são classificados assim, fica evidente a importância dos barcos com capacidade menor que 4 toneladas no abastecimento da cidade. Por exemplo, barcos de até 1 tonelada respondem por 60% do número de desembarques e 26% do volume desembarcado e barcos de  $1 < 4t$  respondem por 33% dos desembarques e 31% do volume total. Juntas, essas duas categorias foram responsáveis por 57% do pescado e 93% dos desembarques. A terceira categoria, de  $4 < 8t$ , é responsável por um número bem menor de desembarques (4%), mas apresentando uma porcentagem significativa do volume total desembarcado (12%).

A quarta categoria, de  $8 < 15t$ , é responsável por apenas 2% dos desembarques e 17% do volume total de peixe, enquanto a quinta categoria, igual e acima de 15t, apresentou somente 1% dos desembarques e foi responsável por 13% do volume trazido. Vale notar que embora essas duas últimas categorias respondam por apenas 3% dos desembarques, elas têm um papel expressivo no abastecimento da cidade, sendo responsáveis por 30% do volume desembarcado.

## **6 A DINÂMICA DA ECONOMIA E DAS RELAÇÕES DO TRABALHO DA PESCA ARTESANAL EM DUAS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM SANTARÉM/PÁ**

### **6.1 A PESCA ARTESANAL NA REGIÃO**

A pesca na região se caracteriza por ser uma pesca artesanal tradicional. McGrath et al (1998) caracteriza a pesca da região como de pequena escala, envolvendo pescadores principalmente em tempo parcial, utilizando arreios simples e embarcações pouco especializadas. Quase toda a atividade pesqueira é praticada em canoas ou cascos de madeira, nas quais os pescadores utilizam principalmente as malhadeiras, seguidas da tarrafa e do caniço. Em Itiqui onde estudos de longo prazo foram feitos para caracterizar a região, os pescadores fazem em torno de 15 a 20 viagens por mês de mais ou menos oito horas de duração com captura média em torno de 15 quilos. A captura mensal é estimada em torno de 250 quilos e a produção média anual é de 2.900 quilos, dos quais 2.100 quilos são comercializados e o restante é consumido pelas próprias famílias dos pescadores (MCGRATH et al., 1998; CÂMARA, 1996).

Os pescadores de Itiqui possuem basicamente dois locais para comercialização: a comunidade onde residem ou o mercado. O pescador pode vender na comunidade para consumidores ou intermediários locais ou vender o pescado na cidade de Santarém, principal polo comercial do baixo Amazonas. Um grande número de pescadores que pesca pequenas quantidades diárias de pescado comercializa o peixe principalmente para o intermediário. Das vendas feitas na comunidade, mais da metade é vendida para o intermediário local e quase 20% comercializada diretamente para os consumidores locais. Do total de vendas feitas na cidade de Santarém, mais de 80% foi feita diretamente com o banqueiro, sendo poucas as vendas feitas diretamente ao consumidor ou ao frigorífico. Quando os dados são analisados em relação ao volume comercializado (em quilos comercializados), essa relação de locais de venda é praticamente mantida.

As pessoas que vendem na cidade utilizam basicamente Barco de Linha e Barco Próprio para transportar o pescado. Pouco mais de 60% das vendas na cidade foram feitas com a utilização do Barco Próprio e 37% foram feitas com Barco de Linha. O número de vendas feitas em Barco Próprio foi menor que o de Barco de Linha, enquanto o volume em quilos comercializado foi maior. Isso significa dizer que a venda média dos Barcos Próprios é maior que a venda média dos Barcos de Linha (116 quilos por venda comparado com 48 quilos por venda).

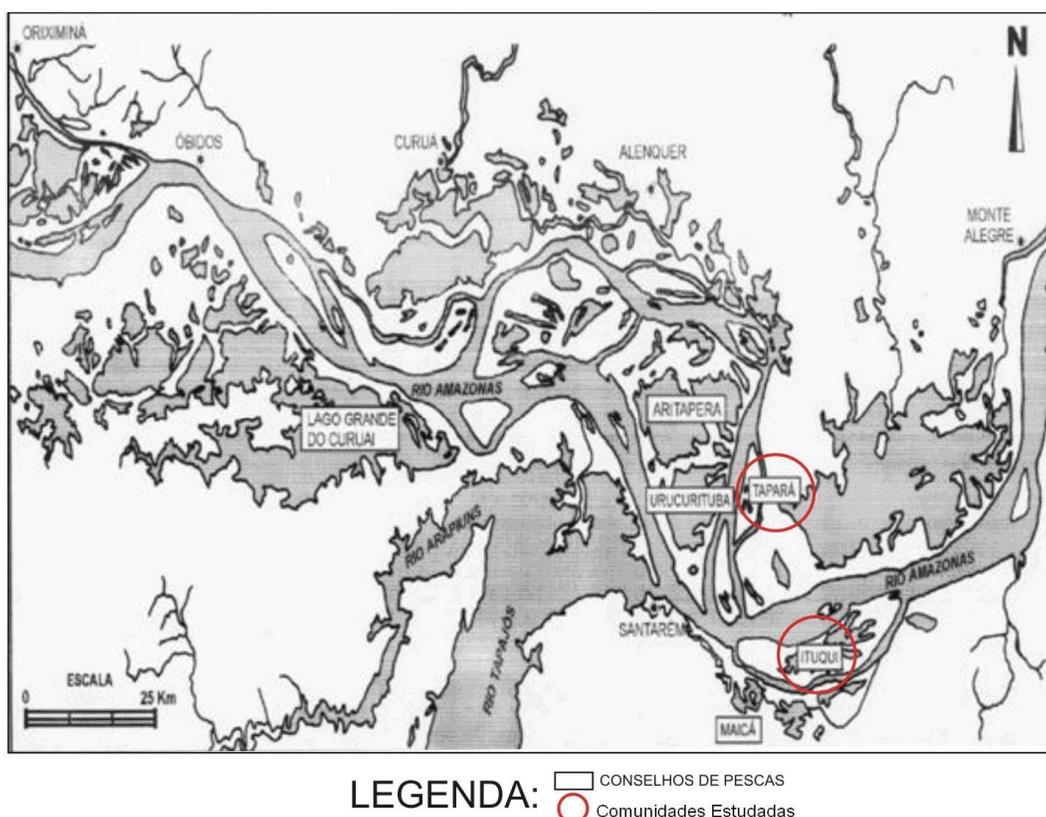
Assim, podemos ver que metade do volume pescado na comunidade é vendido a intermediários locais, sendo somente uma pequena fração vendida ao consumidor local,

enquanto na cidade o pescado é basicamente comercializado para os banqueiros das feiras e mercados. Do total de pescado desembarcado na cidade, um terço é trazido com a utilização de Barco de Linha, enquanto dois terços são transportados com a utilização de Barco Próprio do vendedor. Isso significa que o pequeno pescador artesanal está vendendo diretamente no mercado seu pescado a partir de barco de linha. Essa opção de comercialização é utilizada como uma forma de aumentar a renda do pescador por meio do processo de venda diretamente ao consumidor no Tablado, onde os preços são mais altos que da comunidade.

### 6.1.1 A pesca em Ituqui e Tapará

#### a) Caracterização das famílias

As comunidades pesqueiras selecionadas que fizeram parte da pesquisa encontram-se situadas a uma distância de aproximadamente duas horas de barco de Santarém (mapa 1). As referidas comunidades dispõem de estrutura básica de ensino médio, posto de saúde e abastecimento precário de abastecimento de água, bem como de saneamento. Cerca de 100% da população depende unicamente da atividade pesqueira para sua sobrevivência.



**Mapa 1** – Localização das duas comunidades pesquisadas.

**Fonte:** Adaptado a partir de Almeida (2009).

No que diz respeito às características sociais da pesca executada nas comunidades citadas, a idade média dos pescadores da comunidade Ituqui é de 46,36 anos, enquanto na comunidade Tapará Grande é de 43,30 anos, o que significa afirmar que os pescadores da comunidade de Ituqui encontram-se numa faixa etária mais longa que os pescadores de Tapará Grande. Os pescadores de Ituqui encontram-se mais tempo radicados na comunidade, ou seja, 43,78 anos em média e de Tapará Grande 40,56 anos. Em média, 1,78 dos membros das famílias da comunidade Ituqui estão diretamente envolvidos com a atividade pesqueira, enquanto 1,80 são representados por membros das famílias de pescadores da comunidade Tapará Grande. Nas referidas comunidades, registrou-se que 100% dos pescadores são filiados à Colônia Z-20 e dependem da pesca para sua sobrevivência. Eles são proprietários de suas embarcações, dos arreios, são casados e de forma integral são signatários dos acordos de pesca estabelecidos nas comunidades, como pode ser visto na Tabela 7.

**Tabela 7** – Características Sociais da Pesca na região de Santarém (PA).

ESPECIFICAÇÃO	COMUNIDADES			
	ITUQUI		TAPARÁ GRANDE	
	Nº	%	Nº	%
Entrevistados (Nº)	14	46,66	16	53,34
Idade média (Anos)	46,36	46,62	43,30	53,38
Tempo na Comunidade (Anos)	43,78	47,20	40,56	52,80
Estado Civil dos Pescadores e (Casados)	14	100	16	100
Membros das Famílias Envolvidos na Pesca (Nº)	1,78	12,71	2,06	11,20
Propriedade das Embarcações (Próprias ou Terceiros)	Própria	100	Própria	100
Propriedade dos Arreios (Próprio ou Terceiros)	Próprio	100	Próprio	100
Pescadores Dependem de Outras Fontes de Renda (Sim ou Não)	Não	100	Não	100
Pescadores são signatários dos Acordos de Pesca (Sim ou Não)	Sim		Sim	100

**Fonte:** Martins (2009).

Nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, as embarcações de pequeno porte utilizadas nas pescarias são representadas por Canoas movida a remo, Canoas movidas a motor de centro, Canoas movidas com motor de rabeta e, em alguns casos, utilizam bajara.

Comparando as duas comunidades pesquisadas, numa amostra de trinta pescadores entrevistados, 100% dos pescadores de Ituqui utilizam canoa a remo, enquanto em Tapará Grande 19,35% dos pescadores utilizam este tipo de embarcação. Na comunidade de Ituqui não existe ocorrência da utilização de canoa movida a rabeta, bajara e canoa movida a motor de centro, entretanto, 35,29 % dos pescadores de Tapará Grande dispõem de rabeta, bem como 11,76% dispõem de bajara e canoa movida a motor de centro, como pode ser visto na Tabela 8.

**Tabela 8** – Sistema adotado nas pescarias.

ESPECIFICAÇÃO	COMUNIDADES PESQUEIRAS				TOTAL
	ITUQUI		TAPARÁ GRANDE		
	Nº	%	Nº	%	
Pescadores Entrevistados (Nº)	14	100	16	100	30
Utilizaram Canoa a remo	14	100	7	43,75	30
Utilizaram Canoa rabeta	0	0	6	37,50	30
Utilizaram bajara	0	0	2	12,50	30
Utilizaram canoa motor de centro	0	0	1	6,25	30

**Fonte:** Martins (2009).

O principal mercado para os pequenos pescadores artesanais em Santarém é o Tablado, um mercado associado à colônia de pescadores. Esse mercado é utilizado pelos pescadores para venda de peixes como uma alternativa de comercialização. O Tablado é um mercado gerido pela colônia de pescadores local. Na administração das operações de comercialização de pescado do Tablado é feito um levantamento de desembarque de pescado (fotografia 6). Para fazer esse levantamento, é utilizado um sistema de rodízio dos membros do Conselho<sup>1</sup>.

Quanto ao envolvimento dos membros das famílias no processo de captura e comercialização de pescado, detectou-se que na comunidade Ituqui 42,85% das famílias

<sup>1</sup> O Conselho é representado por membros de cada uma das regiões de pesca do município de Santarém que são supervisionados pela Colônia Z- 20.

utiliza pelo menos um membro, assim como também 42,85% das famílias ocupam 2 membros e 14,30% ocupam 2 membros, enquanto que na Comunidade Tapará Grande 43,75% das famílias ocupam 7 membro das mesmas, 37,50%, das famílias ocupam 6 membros, 12,50% das famílias ocupam 2 membros e 6,25% ocupam 1 membro da família, esses representados pelas esposas e/ou filhos. Como pode ser visto, a maioria das pescarias são feitas com pelo menos um membro da família.

Baseado nos dados obtidos em campo, o custo das pescarias realizadas nas comunidades selecionadas variam de acordo com o sistema utilizado e o poder aquisitivo dos pescadores para financiar sua pescaria (contratar terceiros, abastecer de gelo, alimentação, além dos apetrechos de pesca e outras despesas). Usando como referência a temporada de pesca, entre os meses de março a outubro de cada ano, e levando em conta a tabulação dos dados (Tabela 9), os custos médios variam de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00 para 71,42% dos pescadores situados nessa faixa e apenas 7,14% situam-se na faixa de custos acima de R\$ 4.500,00, e os demais 21,44%, se encontram na faixa intermediária de custos que se estende de R\$1.500,0 a R\$ 4.000,00.

**Tabela 9** – Custos das pescarias na comunidade Ituqui, Santarém (PA).

ESPECIFICAÇÃO	INSUMOS/ SERVIÇOS	PERÍODO DAS PESCARIAS		
		SEMANA (R\$)	MÊS (R\$)	TEMPORADA (R\$)
EMBARCAÇÃO 1	GELO	24,00	96,00	768,00
	REPAROS CANOA			400,00
<b>TOTAL 1</b>				<b>1.168,00</b>
EMBARCAÇÃO 2	GELO		20,00	640,00
	REPAROS CANOA			150,00
	OUTROS			100,00
<b>TOTAL 2</b>				<b>890,00</b>
EMBARCAÇÃO 3	GELO		8,00	256,00
	RANCHO		10,00	320,00
<b>TOTAL 3</b>				<b>576,00</b>
EMBARCAÇÃO 4	GELO		115,00	3.680,00
	RANCHO		10,00	320,00
	REPAROS CANOA		10,00	320,00
<b>TOTAL 4</b>				<b>4.320,00</b>
EMBARCAÇÃO 5	GELO		32,00	1.024,00
	REPAROS CANOA			350,00
	OUTROS		50,00	1.600,00
<b>TOTAL 5</b>				<b>2.974,00</b>
EMBARCAÇÃO 6	GELO		14,00	448,00

ESPECIFICAÇÃO	INSUMOS/ SERVIÇOS	PERÍODO DAS PESCARIAS		
		SEMANA (R\$)	MÊS (R\$)	TEMPORADA (R\$)
EMBARCAÇÃO 1	GELO	24,00	96,00	768,00
	REPAROS CANOA			400,00
<b>TOTAL 1</b>				<b>1.168,00</b>
	REPAROS CANOA			800,00
<b>TOTAL 6</b>				<b>1.248,00</b>
EMBARCAÇÃO 7	GELO		28,00	896,00
	REPAROS CANOA			400,00
<b>TOTAL 7</b>				<b>1.296,00</b>
EMBARCAÇÃO 8	GELO		28,00	896,00
	REPAROS CANOA			1.600,00
<b>TOTAL 8</b>				<b>2.496,00</b>
EMBARCAÇÃO 9	GELO		28,00	896,00
	REPAROS CANOA			1.600,00
<b>TOTAL 9</b>				<b>2.496,00</b>
EMBARCAÇÃO 10	GELO		7,00	224,00
	COMBUSTÍVEL		5,00	160,00
	RANCHO		3,00	96,00
<b>TOTAL 10</b>				<b>480,00</b>
EMBARCAÇÃO 11	GELO		28,00	896,00
	REPARO MALHAS			180,00
ESPECIFICAÇÃO	INSUMOS/ SERVIÇOS	PERÍODO DAS PESCARIAS		
		SEMANA (R\$)	MÊS (R\$)	TEMPORADA (R\$)
	ANZOIS			60,00
<b>TOTAL 11</b>				<b>1.136,00</b>
EMBARCAÇÃO 12	GELO		16,00	512,00
	COMBUSTÍVEIS		9,00	288,00
	REPAROS CANOA			240,00
	OUTROS			30,00
<b>TOTAL 12</b>				<b>1.070,00</b>
EMBARCAÇÃO 13	GELO		14,00	448,00
	REPAROS CANOA			400,00
<b>TOTAL 13</b>				<b>848,00</b>
EMBARCAÇÃO 14	GELO		14,00	448,00
	REPAROS CANOA			150,00
<b>TOTAL 14</b>				<b>598,00</b>

Fonte: Martins (2009).

Os custos da tabela 9 refletem as despesas que os pescadores da Comunidade de Ituqui têm para a captura de pescado durante a estação de pesca. Assim, os custos variam de R\$ 480,00 a R\$ 4.320,00 na temporada das pescarias.

**Tabela 10** – Custos das pescarias na comunidade Tapará Grande, Santarém (PA).

ESPECIFICAÇÃO	INSUMOS/ SERVIÇOS	PERÍODO DAS PESCARIAS		
		SEMANA(R\$)	MÊS (R\$)	TEMPORADA (R\$)
EMBARCAÇÃO 1	GELO	30,00	120,00	960,00
	COMBUSTÍVEL	50,00	200,00	1.600,00
	REPAROS CANOA	18,00	72,00	576,00
<b>TOTAL 1</b>				<b>3.136,00</b>
EMBARCAÇÃO 2	GELO	13,00	62,00	490,00
	<b>TOTAL 2</b>			<b>490,00</b>
EMBARCAÇÃO 3	GELO	14,00	56,00	448,00
	REPAROS CANOA	20,00	80,00	640,00
	<b>TOTAL 3</b>			<b>1.088,00</b>
EMBARCAÇÃO 4	GELO	24,00	96,00	768,00
	REPAROS CANOA		18,00	144,00
	<b>TOTAL 4</b>			<b>912,00</b>
EMBARCAÇÃO 5	GELO	12,00	48,00	384,00
	COMBUSTÍVEL	50,00	200,00	1.600,00
	REPAROS CANOA		10,00	80,00
	<b>TOTAL 5</b>			<b>2.064,00</b>
EMBARCAÇÃO 6	GELO	15,00	60,00	480,00
	COMBUSTÍVEL	10,00	40,00	320,00
	REPAROS CANOA			100,00
	<b>TOTAL 6</b>			<b>900,00</b>
EMBARCAÇÃO 7	GELO	13,00	52,00	416,00
	COMBUSTÍVEL	15,00	60,00	480,00
	REPAROS CANOA		12,00	96,00
<b>TOTAL 7</b>			<b>992,00</b>	
EMBARCAÇÃO 8	GELO	14,00	56,00	448,00
	COMBUSTÍVEL	150,00	600,00	4.800,00
	REPAROS CANOA		146,00	1.168,00
	<b>TOTAL 8</b>			<b>6.416,00</b>

ESPECIFICAÇÃO	INSUMOS/ SERVIÇOS	PERÍODO DAS PESCARIAS		
		SEMANA(R\$)	MÊS (R\$)	TEMPORADA (R\$)
EMBARCAÇÃO 9	GELO	14,00	56,00	448,00
	COMBUSTÍVEL	40,00	160,00	1.280,00
	REPAROS CANOA			720,00
<b>TOTAL 9</b>				<b>2.448,00</b>
EMBARCAÇÃO 10	GELO	28,00	112,00	896,00
	COMBUSTÍVEIS	43,00	173,00	1.338,00
	REPAROS CANOA			150,00
<b>TOTAL 10</b>				<b>2.384,00</b>
EMBARCAÇÃO 11	GELO	14,00	56,00	448,00
	COMBUSTÍVEIS		130,00	1.040,00
	REPAROS CANOA			100,00
<b>TOTAL 11</b>				<b>1.588,00</b>
EMBARCAÇÃO 12	GELO	150,00	600,00	4.800,00
	COMBUSTÍVEL	35,00	1.050,00	8.400,00
	REPAROS CANOA			1.000,00
<b>TOTAL 12</b>				<b>14.200,00</b>
<b>EMBARCAÇÃO 13</b>	GELO	32,00	128,00	1.024,00
	COMBUSTÍVEL	10,00	40,00	320,00
	REPAROS CANOA		150,00	1.200,00
<b>TOTAL 13</b>				<b>2.544,00</b>
EMBARCAÇÃO 14	GELO		65,00	520,00
	REPAROS CANOA			100,00
<b>TOTAL 14</b>				<b>620,00</b>
EMBARCAÇÃO 15	GELO	65,00	260,00	2.080,00
	REPAROS CANOA			580,00
<b>TOTAL 15</b>				<b>2.660,00</b>
EMBARCAÇÃO 16	GELO	100,00	400,00	3.200,00
	REPAROS CANOA	30,00	120,00	960,00
<b>TOTAL 16</b>				<b>4.160,00</b>

Fonte: Martins (2009).

Na Comunidade de Tapará Grande, os custos se encontram situados entre R\$ 490,00 e R\$ 14.200,00.

Nas tabelas 11 e 12, é mostrada a renda e mais detalhes da captura desses pescadores. Essas tabelas mostram que 64,28% dos pescadores capturam entre 500 e 1,500 Kg e apenas 14,28% atingiram capturas acima de 6.500 Kg, enquanto que na faixa intermediária situaram-se nas capturas entre 1.500 a 6.000 Kg de pescado. No caso de Tapará Grande, em torno de 18,75% obteve captura acima de 20.000 Kg. Os demais estratos de captura foram similares ao de Ituqui.

**Tabela 11** – Perfil da atividade econômica dos pescadores de Ituqui, Santarém (PA)

N ordem	Tempo na Comunidade	Idade	Pessoas da Família na Pesca	Custo da Pescaria ( R\$)	Resultado da Pescaria (8 meses ) ( Kg)	Resultado Financeiro	Renda Obtida (R\$)
1	29	29	1	1.160,00	1120	4.480,00	3.320,00
2	42	42	1	890,00	640	2.560,00	1.670,00
3	57	57	2	576,00	960	3.840,00	3.264,00
4	39	39	2	4.640,00	1280	5.120,00	480,00
5	37	42	2	2.974,00	6400	25.600,00	22.626,00
6	43	43	2	1.046,00	1536	4.688,00	3.642,00
7	56	56	1	2.048,00	2400	7.200,00	5.152,00
8	43	43	1	1.296,00	1280	3.840,00	2.544,00
9	55	55	2	2.496,00	2400	9.000,00	6.504,00
10	49	49	3	480,00	960	1.920,00	1.440,00
11	59	59	2	1.136,00	1344	4.032,00	2.896,00
12	11	35	3	1.070,00	6080	18.240,00	17.170,00
13	40	47	1	848,00	1440	3.600,00	2.752,00
14	53	53	2	590,00	960	2.400,00	1.810,00
<b>TOTAL</b>	<b>613</b>	<b>649</b>	<b>25</b>	<b>21.250,00</b>	<b>28800</b>	<b>96.520,00</b>	<b>75.270,00</b>

**Fonte:** Dados primários coletados por Martins (2009).

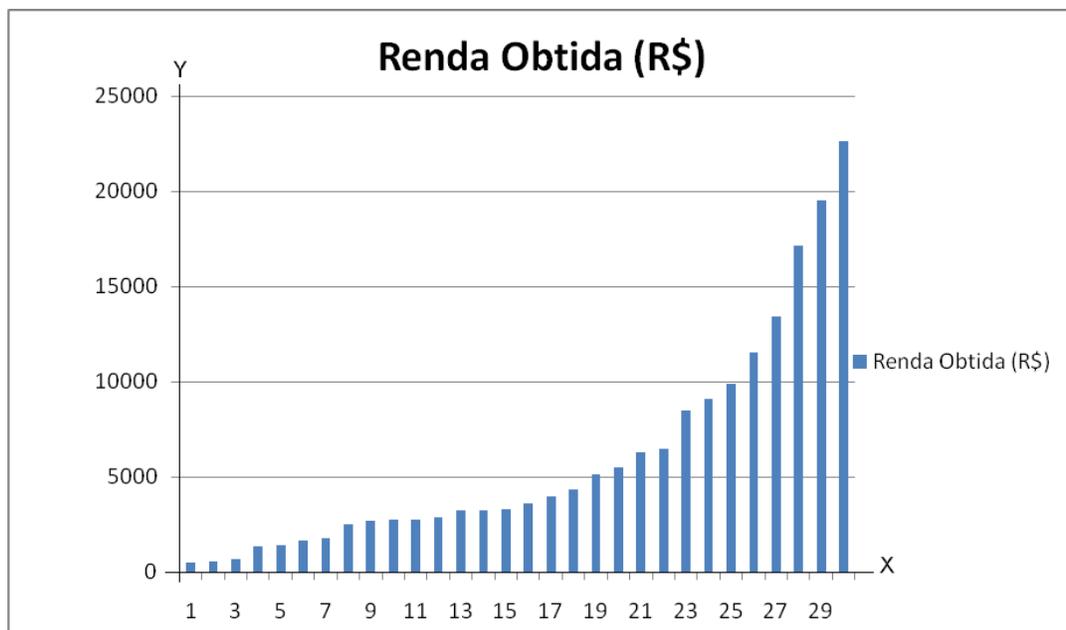
Com os resultados da captura de pescado demonstrado nas tabelas 11 e 12, pode-se afirmar que a comunidade pesqueira de Tapará Grande encontra-se engajada no processo produtivo com maior grau de organização e detm algum conhecimento do mercado; utiliza sistema de pescaria com maior poder de captura por meio de embarcações movidas com motor de rabeta e de centro. Além disso, têm também possui maior capacidade de estocagem de gelo e conseqüentemente de pescado, resultando em um melhor desempenho que a comunidade de Ituqui.

**Tabela 12** – Perfil da atividade econômica dos pescadores de Tapará Grande, Santarém (PA).

Nº ordem	Tempo na Comunidade	Idade	Pessoas da Família na Pesca	Custo da Pescaria ( R\$)	Resultado da Pescaria (8 meses) ( Kg)	Resultado Financeiro	Renda Obtida (R\$)
1	36	36	2	3.136,00	6400	6.400,00	3.264,00
2	17	43	2	490,00	40000	4.480,00	3.990,00
3	53	53	2	1.088,00	6400	3.840,00	2.752,00
4	50	56	1	912,00	6400	6.400,00	5.488,00
5	46	46	2	2.064,00	4800	6.400,00	4.336,00
6	48	48	2	900,00	6400	1.600,00	700,00
7	44	44	1	992,00	3200	14.400,00	13.408,00
8	60	60	3	6.416,00	3200	25.920,00	19.504,00
9	38	38	1	2.448,00	9600	11.520,00	9.072,00
10	32	32	2	2.434,00	28800	5.120,00	2.686,00
11	21	34	1	1.589,00	5760	2.176,00	587,00
12	30	44	4	14.200,00	6400	25.760,00	11.560,00
13	44	30	2	2.544,00	2720	11.040,00	8.496,00
14	56	56	3	620,00	22400	1.960,00	1.340,00
15	29	29	1	2.510,00	9600	8.800,00	6.290,00
16	45	45	1	4.160,00	1120	14.080,00	9.920,00
<b>TOTAL</b>	<b>649</b>	<b>694</b>	<b>30</b>	<b>46.503,00</b>	<b>163.200</b>	<b>149.896,00</b>	<b>103.393,00</b>

**Fonte:** Dados primários coletados por Martins (2009).

A renda gerada com a captura variou bastante, iniciando com valores tão baixo quanto R\$ 480,00 por estação até valores como R\$22 mil, sendo a média de US\$5.955,43. Esses valores podem ser representados em termos de salários mínimos. Assim, na comunidade de Ituqui, os pescadores situados na faixa de renda entre (um) a 02 (dois) salários mínimos atingiram percentual de 7,14% de renda, 85,72% estão situados na faixa intermediária de 02 a 14 salários mínimos, enquanto que somente 7,14% situaram-se na faixa de renda superior a 20 salários mínimos. Já na comunidade de Tapará Grande, a faixa de maiores ganhos encontra-se situada na faixa de mais de 20 salários mínimos, representado por 18,75% dos pescadores; a faixa intermediária entre 06 a 20 salários mínimos, representados por 62,50% dos pescadores, e a faixa menor representada por 18,75% dos pescadores que estão situados no intervalo de renda entre 01 e 05 salários mínimos. Dos números expostos, pode-se concluir que novamente a comunidade pesqueira de Tapará Grande sai na frente na obtenção de renda por meio da comercialização de pescado, consequência da melhor estrutura da comunidade e dos pescadores, como pode ser visto nas tabelas 11 e 12 respectivamente.



**Gráfico 2-** Renda obtida.

**Fonte:** Almeida (2009).

Com base nos levantamentos realizados na feira do Tablado, contando com a colaboração da Colônia Z-20, foi identificada a comercialização de 31 (trinta e uma) espécies de peixes no período de janeiro a dezembro de 2008, concentrando o pique de comércio nos meses de agosto, setembro e outubro, período em que o nível das águas do rio Amazonas está baixo, aumentando a capturabilidade, destacando-se a espécie Pescada, com a participação de 15,12% do pescado desembarcado no tablado, 13,78% de Surubim, 10,96% de Aracu, 8,12 % de Pacu, 7,32% de Apapá e 6,05 % de Dourada, do total de 947 Toneladas de peixe desembarcado e comercializado na feira do tablado (Tabela 13).

**Tabela 13** – Comercialização de Pescado no Tablado – Santarém (PA), 2008.

ESPÉCIES DE PEIXES	MESES/QUANTIDADE (KILOS)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1- ARUANÃ	1.240	871	550	461	107	59	89	304	65	1.466	1.241	1.166	7.619
2- ARRAIA	376	1.020	278	64	0	17	0	151	1.269	74	557	1.095	4.901
3- APAPÁ	2.545	4.709	4.659	2.346	1.104	1.088	1.311	6.178	5.791	17.081	12.174	10.398	69.384
4- ARACU	0	0	5.979	17.988	9.055	9.191	7.834	15.194	18.385	13.719	6.483	0	103.828
5- BARBADO	204	211	150	169	104	229	357	889	865	1.964	154	615	5.911
6-BACU	90	4.128	0	69	48	24	329	348	118	425	70	190	5.839
7- BOCÓ	0	0	0	6.708	5.663	2.511	1.909	5.990	4.538	556	151	0	28.026
8 - CARA-AÇU	962	25	833	159	22	129	31	441	442	698	520	483	4.745
9 – CHARUTO	3.040	2.864	675	2.352	462	279	831	399	538	1.066	2.539	3.193	18.238
10-CARATINGA	6.123	12.765	3.258	1.942	1.121	910	228	1.243	427	1.739	1.577	2.807	34.140
11 - CURIMATÁ	0	0	0	1.239	1.804	1.745	1.349	2.812	7.075	10.628	932	0	27.584
12 - DOURADA	1.907	5.070	2.170	2.034	1.674	3.152	4.533	9.603	9.629	10.570	3.340	3.666	57.348
13-FILHOTE	619	7.618	319	672	458	1.217	1.672	1.790	1.086	595	628	715	17.389
14-FURA CALÇA	0	0	1.933	2.395	3.923	2.858	51	615	141	0	0	0	11.916
15-JAÚ	380	1.683	1.137	1.346	946	902	763	1.761	1.110	123	100	145	10.396
16-JARAQUI	0	0	3.174	3.618	9.790	5.299	1.199	253	200	342	0	0	23.875

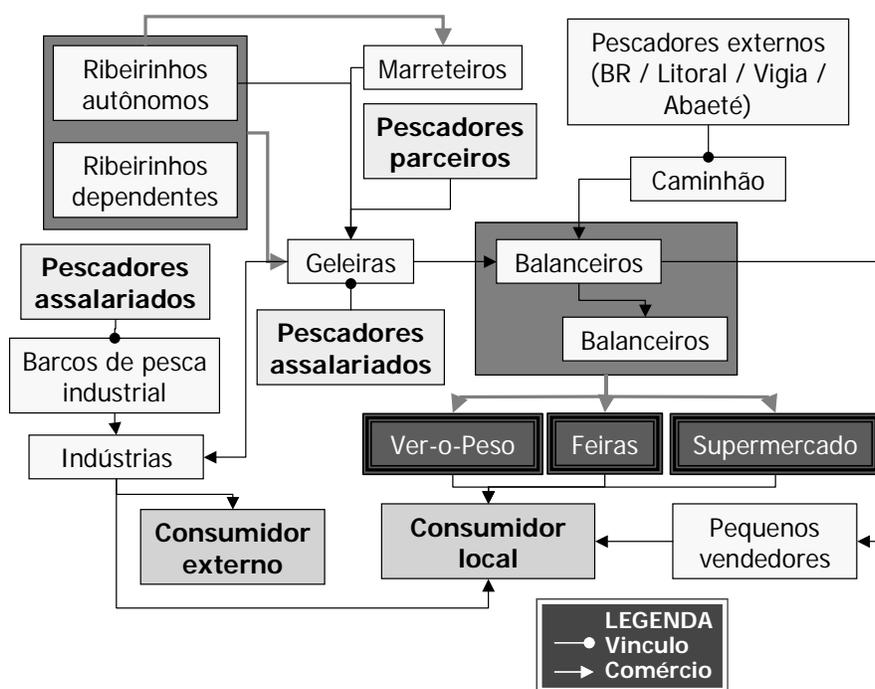
17-JATUARANA	0	0	0	0	0	0	0	813	0	0	0	0	813
18-MAPARÁ	0	0	13.959	7.727	5.539	2.858	8.459	6.099	1.646	533	460	0	47.280
<b>ESPÉCIES DE PEIXES</b>	<b>MESES/QUANTIDADE (KILOS) AJUSTAR TABELA</b>												
	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	<b>TOTAL</b>
19-MISTO	2.675	4.499	2.860	2.965	2.566	1.310	7.861	2.955	741	5.765	1.141	1.882	37.220
20-PESCADA	6.671	18.662	12.066	10.337	8.623	7.021	11.940	12.204	9.267	20.073	15.928	10.479	143.271
21-PIRARA	1.451	1.761	557	1.402	913	953	2.272	4.960	4.477	3.792	2.751	2.056	27.345
22-PIRANHA	237	274	89	0	384	394	69	126	0	56	200	338	2.167
23-PIRARUCU	0	0	0	0	0	0	51	1.495	1.569	217	973	0	4.305
24-PIRAPIT	0	0	0	0	0	0	0	2.214	0	0	0	0	2.214
25-PACU	0	0	1.575	3.484	4.247	2.382	3.594	12.514	25.568	20.806	2.754	0	76.924
26-SARDINHA	0	194	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	194
27-SURUBIM	7.658	8.282	4.453	4.679	5.765	3.953	7.497	24.777	16.823	16.805	14.346	15.558	130.596
28-TAMUATÁ	470	770	1.420	579	484	0	0	438	0	1.037	388	619	6.205
29-TAMBAQUI	0	0	0	1.453	1.167	869	152	783	770	58	0	0	5.252
30-TRAÍRA	551	738	102	250	240		35	146	47	218	176	104	2.607
31-TUCUNARÉ	2.891	7.477	2.126	951	789	460	1.748	2.204	3.257	727	2.584	4.316	29.530
<b>TOTAL</b>	<b>40.090</b>	<b>83.621</b>	<b>64.322</b>	<b>77.389</b>	<b>66.998</b>	<b>49.810</b>	<b>66.164</b>	<b>119.699</b>	<b>115.844</b>	<b>131.133</b>	<b>72.167</b>	<b>59.825</b>	<b>947.062</b>

Fonte: Martins (2009).

## 6.2 CADEIAS PRODUTIVAS

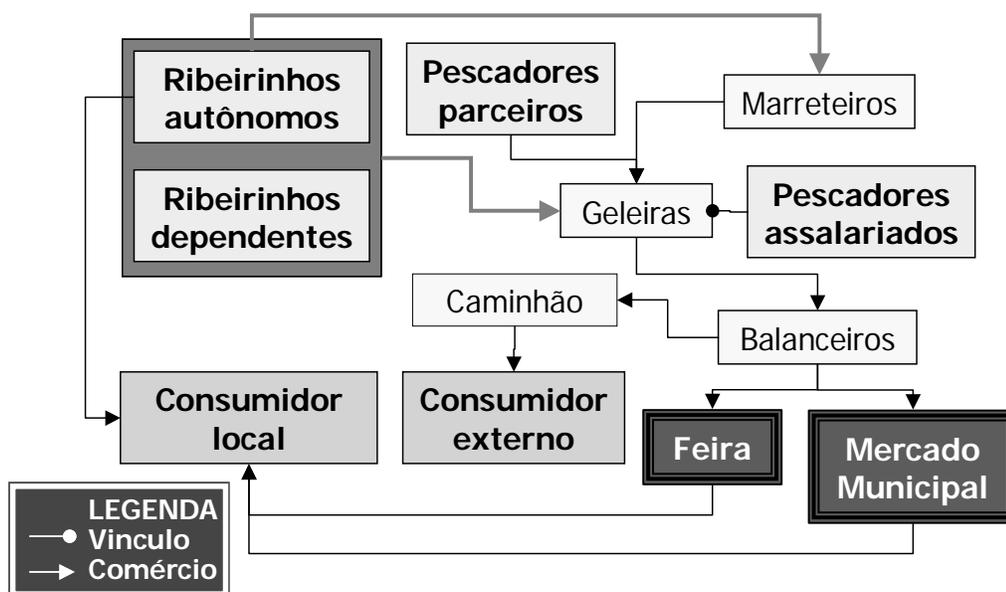
Os principais mercados das cidades no Estado do Pará oferecem para a venda peixes, três origens diferentes: a) unidades pequenas, com pouco poder de pesca, dos pescadores ribeirinhos; b) frota artesanal de escala comercial; e c) da frota industrial, na região de Belém. Esses produtos são vendidos nos mercados locais ou regionais, ou diretamente para frigoríficos dos principais centros urbanos, ao longo da calha dos rios. Dos mercados de cada região, o pescado é vendido diretamente ao consumidor. Dos frigoríficos, o pescado é processado e segue em geral para mercados de outros estados do Brasil ou para o exterior.

Num estudo sobre as cadeias produtivas do Pará, nas cidades de Belém, Santarém e Abaetetuba, Batista e colaboradores (2007) afirmam que em Belém, a comercialização ocorre principalmente por meio da figura do “balanceiro” (pessoa que pesa o pescado), que atua como intermediário. Esses vendem o produto tanto para consumidor final, como para varejistas. Há também uma parcela de pescado que é capturada e vendida por pescadores ribeirinhos autônomos ou dependentes, para outros pescadores parceiros ou para marreteiros. (Esquema 1)



**Esquema 1** - Cadeia produtiva do pescado na região Belém.  
**Fonte:** Batista et al. (2007).

Os mercados de menor porte apresentam cadeias menos complexas. Abaetetuba apresenta uma cadeia bem mais simples, mas se constitui dos mesmos, elementos básicos: pescadores ribeirinhos, geleiras, marreteiros balanceiros, consumidores finais. Entretanto, no caso de Abaetetuba, o ribeirinho também vende direto para o consumidor e para as feiras e, ao contrário de Belém, os balanceiros vendem para caminhões, enquanto em Belém os balanceiros compram dos caminhões, que vêm geralmente da região costeira do Pará (Esquema 2).



**Esquema 2** - Cadeia produtiva do pescado na região Abaetetuba.

**Fonte:** Batista et al. (2007).

Santarém também apresenta um modelo similar, onde geralmente pescadores ribeirinhos vendem para geleiras que vendem para os mercados. O frigorífico local é grande e compra metade do pescado que chega à cidade, por meio dos barcos de pesca. O produto processado vai principalmente para o estado de São Paulo (ALMEIDA et al., 2001; BATISTA et al., 2007).

O processo de comercialização de pescado identificado nas referidas comunidades pesqueiras é direto, isto é, vendido na própria comunidade, e indireto, vendido a intermediários que atuam na cadeia produtiva, e em casos esporádicos sobressai algum

pescador que possui estrutura de transporte e consegue levar sua produção ao comércio de Santarém, entregando e recebendo pela venda na Feira do Tablado e na Buchada, ou ainda, nos frigoríficos da cidade.

A comercialização por meio de caminhões em Santarém opera no circuito do eixo contínuo da Rodovia BR-163, e estes se aproveitam da frágil estrutura de fiscalização nas barreiras de controle e subtraem o erário fiscal do estado, isto é, declaram uma quantidade de pescado e transportam uma quantidade superior e/ou declaram espécies de valor comercial inferior. Infelizmente existe uma grande rede de comércio clandestino de pescado que esquentava notas fiscais para burlar a fiscalização.

Segundo ainda observações detectadas, existe a atuação de pescadores que atuam fora do ambiente do tablado (Fotografias 4 e 5), porém, admitida pela administração gerencial, pelo fato dos mesmos se encontrarem organizados por meio de uma associação constituída por 14 (quatorze) sócios que desenvolvem seus trabalhos no calçadão, geralmente após o encerramento do comércio no tablado. Esses associados encontram-se localizados às proximidades de Santarém e podem se deslocar em pouco tempo em suas embarcações para vender o excedente da captura realizada no dia e prover sustento de suas famílias.

Existem 15 embarcações que atuam na intermediação do comércio de pescado, na região de Ituqui e Tapará Grande, sendo 10 barcos de Santarém que desembarcam pescado nos locais denominados Buchada e Tablado e de barcos que procedem de Monte Alegre e Abaetetuba, onde se estabelece uma relação de trabalho entre estes e os pescadores. De acordo com a aplicação de questionários de entrevistas junto aos proprietários de barcos, detectou-se a seguinte situação: 100% são proprietários efetivos de suas embarcações; 100% desempenham a função de comandante; 100% recebem pagamento das vendas em dinheiro, à vista; 100% comercializam o pescado adquirido nos frigoríficos de Santarém; e apenas 30% das embarcações dispõem de registro junto à Capitania dos Portos.

No que diz respeito à capacidade operacional das embarcações, bem como custos, valor de compra venda e faturamento com a comercialização de pescado, a pesquisa de campo, realizada a partir da entrevista a cinco proprietários das referidas embarcações, evidencia que os 17,6% dos barcos possui capacidade 4.500 kg de estocagem de gelo, 26% capacidade de 6.000 kg, 22,2% capacidade de 10.000 kg. Quanto à tripulação envolvida diretamente com a operação de captura de pescado, 30% das embarcações operam com dois tripulantes, 30% operam com três tripulantes.

Os pescadores das comunidades pesquisadas tiveram como principal característica o uso da estratégia da combinação das atividades de pesca com as de comercialização do pescado. Esses pescadores ocupam espaços informais de comércio local para seus produtos, sendo que desta forma não aumentaram seus custos com impostos e processos de legalização e ao mesmo tempo conseguiram uma ampliação da renda. Esse espaço de informalidade comercial foi sendo construído paulatinamente na comunidade e não sofreu pressões dos órgãos locais de fiscalização. Constatou-se que os pescadores têm laços sociais de confiança com os consumidores, pois ofereceram um produto com qualidade garantida pela sua presença na comunidade.

Visando a cobertura dos custos, 5,13% dos proprietários de barcos compraram 1.300 kg de peixe, 11,85% compraram 3.000 kg, 23% compraram 6.000 kg, 27,66% compraram 7.000 kg de peixes que foram vendidos aos frigoríficos de Santarém.

Para deslocamento das embarcações para realização das compras de pescado, há incidência de custos que são representados por 28,4% dos barcos que têm custo de R\$ 720,00 por viagem, 17,09% situam-se na faixa de despesas de R\$ 865,00, 9,1% na faixa de R\$ 6.500,00, 28,9% na faixa de R\$ 9.800,00.

Além dos custos de transporte, os proprietários demandam recursos financeiros para compra de pescado nas comunidades; assim 3,07% utilizam R\$ 1.040,00 para aquisição de pescado, 6,7% utilizam R\$2.300,00, 8,5%, utilizam R\$ 2.900,00, 19,2% utilizam R\$ 6.500,00, 28,9% utilizam R\$ 9.800,00 para aquisição de pescado (Tabela 14).

**Tabela 14** – Atuação dos barcos intermediários na comercialização do pescado em Santarém (PA).

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>BARCO 1</b>	<b>BARCO 2</b>	<b>BARCO 3</b>	<b>BARCO 4</b>	<b>BARCO 5</b>	<b>BARCO 6</b>	<b>TOTAL</b>
1.Idade (Anos)	48	65	43	39	46	40	281
2.Ocupação Atual	PESC COMP	PESC	PESC	PESC	PESC	PESC COMP	-
3.Ocupação Anterior	PESC	PESC CRIAD	PESC	PESC	PESC	PESC	-
4.Filiado a Colônia	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	-
5.Nome do Barco Tamanho	MANDE (13X2,8)	João José (14 x3,10)	SEREINHA (18X4)	QUATRO IRMÃOS (11X2,5)	SÃO FRANCISCO (14,0M)	COMAN DANTE BIRÁ (15X4)	-
6.Capacidade de. Gelo (Kg)	4.000,00	6.000,00	10.000,00	15.000,00	4.000,00	6.000,00	45.000,00
7. Valor do Barco ( R\$)	32.000,00	12.000,00	55.000,00	15.000,00	26.000,00	30.000,00	170.000,00
8- Quem Financiou	Próprios	Próprios	Próprios	Próprios	Próprios	Próprios	-
9. Tripulação (nº)	2	2	3	8	2	3	20
10.Registrados na Capitania dos Portos	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Não Possui	452	NS 2	-
11. Função no Barco do Entrevistado	Comandante	Comandante	S/Função Específica	Comandante	Comandante	Comanda nte	-
12.Custo da última viagem (R\$)	720,00	720,00	1.100,00	405,00	865,00	1.250,00	5.060,00
13. Quantidade de Pescado Comprado (Kg)	4.000,00	3.000,00	7.000,00	1.300,00	4.000,00	6.000,00	25.300,00
14.Valor da última compra de peixe(R\$)	2.300,00	6.500,00	11.300,00	1.040,00	2.900,00	9.800,00	33.840,00
15.Receita Gerada na a última venda (R\$)	4.000,00	8.700,00	20.000,00	1.610,00	4.000,00	14.450,00	52.760,00
16.Forma de Pagamento	À vista	À vista	À vista	À vista	À vista	À vista	-
17. Pra quem vendeu	Frigorífico	Frigorífico	Frigorífico	Frigorífico	Frigorífico	Frigorífic o	-
18.Quanto ganhou na última pescaria	15.680,00	5.920,00	30.400,00	620,00	940,00	12.000,00	65.560,00

**Fonte:** Martins (2009).

**Tabela 15** - Renda obtida pelos barcos compradores-Santarém-2008

BARCO	Compra de Pescado R\$	Custos de Armação R\$	Valor das Vendas R\$	Receita VV-(CP+CA) R\$	Salário Mínimo (Nº)
1	2.300,00	720,00	4.000,00	980,00	02
2	6.500,00	720,00	8.700,00	1.480,00	03
3	1.040,00	405,00	2.080,00	635,00	1,3
4	2.900,00	865,00	5.300,00	1.535,00	3,3

**Fonte:** Martins (2009).

V= Valor das Vendas    CP= Custo de Pescado    CA= Custo de Armação Barco

### 6.3 RELAÇÕES DA ATIVIDADE PESQUEIRA COM OUTROS SETORES DA ECONOMIA LOCAL DE SANTARÉM

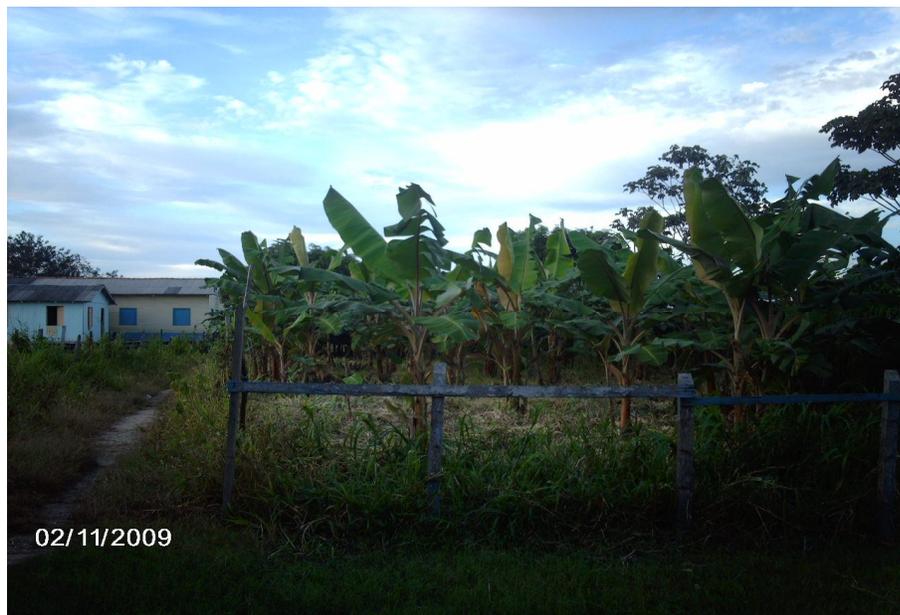
Na pesquisa de campo percebeu-se que em várias glebas, a população tradicional ribeirinha está sendo ameaçada por madeiras e grileiros. Os desmatamentos já afetam igarapés, como os que formam o lago da turística localidade de Alter do Chão, em Santarém. Por sua vez, relatos de posseiros demonstram o medo das ameaças sofridas, apontando que os mesmos estão ficando sem terra para o extrativismo, as árvores estão sendo “plaqueadas” para a extração e a caça está sumindo devido à ação predatória dos funcionários das madeiras.

Ainda no que diz respeito à interação da atividade pesqueira com outros setores da economia local de Santarém, notou-se que a Região de Tapará e Utuqui estão entre as três maiores regiões que concentram o maior número de criadores de gado das áreas de várzeas do município de Santarém junto com Lago Grande da Franca.

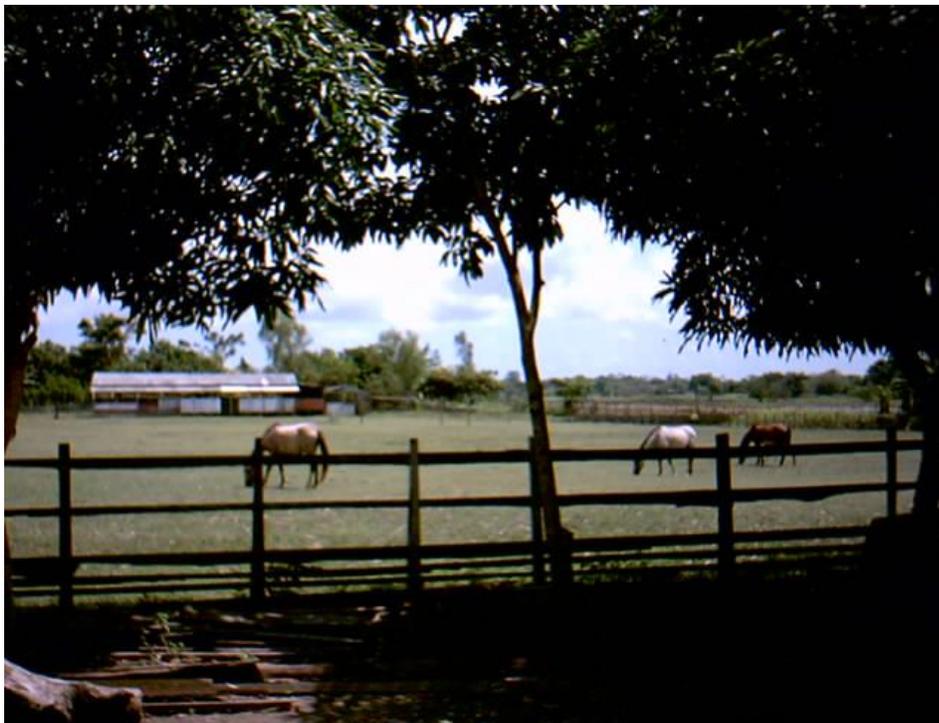
A pecuária constitui uma atividade de grande importância econômica, social e cultural para o Município de Santarém, principalmente por este apresentar peculiaridades como a existência de grandes áreas de várzea com potencial para a atividade que conseqüentemente tem contribuído para o crescimento social e econômico regional, como pode ser visto nas fotografias 7, 8 e 9.



**Fotografia 7** - Criação de gado compartilhado com a pesca.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 8** - Cultivo de Banana compartilhado com a pesca.  
**Fonte:** Martins (2009).



**Fotografia 9** - Criação de gado compartilhado com a pesca.  
**Fonte:** Martins (2009).

Observou-se ainda na pesquisa que a atividade econômica da pecuária de várzea é classificada como empresa familiar rural, uma vez o volume de mão-de-obra e o produto gerado circula apenas dentro da própria propriedade, ou seja, a pecuária de várzea apresenta-se com uma característica marcante de um acúmulo de renda para o seu proprietário, o qual apenas em extrema necessidade lança mão do mesmo. Diferentemente dos pecuaristas da região do planalto Santareno, os quais fazem uso de mão-de-obra externa, aperfeiçoam a cadeia produtiva do gado, realizam treinamentos e capacitações, disponibilizam seus produtos para o mercado externo.

Costa e Inhetvin (2005) explicam que a “economia de várzea” entende-se como o conjunto das configurações urbano-rurais associadas ao uso dos ambientes naturais caracterizados por interação sinérgica entre o movimento das águas comandado pelos rios e as atividades antrópicas de produção vegetal e animal. As características amazônicas de produção na várzea (integram atividades comuns aos ambientes aquáticos, como a pesca, a agricultura e a pecuária) possibilitam a determinação da conexão de mercados, seja ele de âmbito regional ou não.

O ecossistema de várzea é composto de uma faixa com nível topográfico mais elevado que acompanha a margem do rio. No primeiro estágio, surgem as restingas, ou matas de

galeria, utilizadas para o cultivo de ciclos curtos (ex.: feijão manteiguinha, milho, juta, jerimum); em seguida, surgem as terras inundáveis, onde ocorre propriamente a pecuária de várzea, devido à ocorrência das pastagens nativas [canarana verdadeira, canarana-fluvial e canarana-de-pico (*Echinochloa polystachya*), entre outras].

Para a agrosilvicultura, no Município de Santarém, existe heterogeneidade de seus solos, oferecendo um leque de oportunidades para a implantação de sistemas produtivos adequados e eficazes, sem que ocorram grandes impactos ambientais.

A avaliação da aptidão agrícola das terras é um instrumento de fundamental importância para o planejamento agrosilvipastoril à implantação de núcleos de colonização e/ou preservação, ao lazer, à realização de pesquisas etc.

A atividade agrícola no oeste paraense, especificamente no município de Santarém, tem contribuído para a formação econômica e social de sua população, pois é um município de formação rural, que o leva a ser um dos municípios de referência para a agricultura paraense (Fotografia 9).

Ressalte-se que dentre os agricultores e pecuaristas de várzea, um número considerável dedica-se também à atividade pesqueira como complemento de renda para sustentação de suas famílias e a conquista de alguma reserva, principalmente para evitar os dissabores na época da enchente dos rios (entressafra) que ocorre semestralmente.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o trabalho inicial de consultas bibliográficas para inserção das teorias elencadas no texto da dissertação, além da metodologia empregada para dar sustentação e aferir as hipóteses colocadas no projeto de qualificação, realizada nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, além dos contatos mantidos na Colônia de Pescadores Z-20, IPAM, ProVárzea, Frigorífico Edifrigo, Escritório Regional da EMATER-PA, Delegacia da Capitania dos Portos de Santarém e profissionais que atuam ou já atuaram no setor pesqueiro.

Considerando a aplicação dos questionários e as entrevistas com os pescadores das respectivas comunidades, houve a oportunidade de observar, fundamentalmente, fatos e depoimentos de pescadores e de terceiros envolvidos diretamente e indiretamente com o setor. Constata-se que as formas de aviamento no processo de comercialização do pescado encontram-se extintas, isso leva a deduzir que o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas organizações sociais em defesa dos direitos e obrigações da classe de pescadores vem surtindo efeito. Esses resultados podem ser atribuídos aos meios de comunicação de massa que estão sendo acessados por essas famílias com maior facilidade; são veículos importantes na circulação de informações e conhecimento para essas comunidades, podendo-se concluir que os pescadores encontram-se mais antenados quanto às formas de dominação que enfrentaram no passado, face à atuação de sistemas de aviamento, com a apropriação dos ganhos do esforço de seu trabalho desenvolvido na captura de pescado.

Mesmo assim, a ação da intermediação na comercialização ainda é efetivada como um mal necessário, face à carente ou até inexistência de estrutura de transporte que possibilite aos pescadores realizarem diretamente suas vendas no comércio local da cidade de Santarém, ou em outros mercados. Daí evidencia-se que a melhoria na logística de transporte, aliada ao aumento da capacidade de suas embarcações, e a melhoria de seus arreios de pesca, que até então não evoluíram tecnologicamente, poderiam ser fundamentais para colocar essas famílias em outro patamar social, usufruindo vantajosamente do seu esforço de trabalho. No entanto, não é isso que ocorre. E as condições permanecem sem muita alteração, visto que se mantém a ineficiente prestação de serviços de assistência técnica e extensão, baixa capacidade financeira para melhorar a frota pesqueira e o nível de organização social ainda é deficiente. Entretanto, um ganho apontado foi a atuação da Colônia Z-20 na emissão das carteiras de pescador que credencia os pescadores ao benefício do seguro desemprego no período da entressafra do pescado, que se estende de dezembro a fevereiro de cada ano. A pesquisa

efetivada nas comunidades pesqueiras evidencia claramente que as atuais ações de políticas estatais para o setor pesqueiro do município de Santarém deixam muito a desejar e, em consequência desses fatos, o setor se mantém o mesmo, próximo da estagnação social e econômica, apesar do potencial pesqueiro existente no município e seus arredores.

Segundo observação *in loco* e diante de depoimentos de pescadores ao longo das entrevistas procedidas em campo, existem fortes indícios de ocorrência de conflitos agrários na área de abrangência das comunidades dos pescadores localizados na região pesqueira de Ituqui, em razão da demarcação dos lotes rurais por parte do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), isso em decorrência da existência de famílias rurais descendentes de comunidades quilombolas. Essa situação tem gerado insatisfação entre populações tradicionais de várzeas (pesqueiras) face aos benefícios sociais e econômicos que uma das comunidades dispõe no âmbito do programa de ação do governo federal e que não é estendido aos demais povoados existentes naquela região.

O INCRA, em articulação com a EMATER-PA, firmou convênio por meio da Superintendência Regional de Santarém no Oeste do Estado do Pará, e EMATER-PA, objetivando a prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e capacitação em projetos de assentamento do INCRA no oeste do Estado do Pará. Dentre os beneficiários do convênio, encontram-se pescadores artesanais que serão contemplados com crédito apoio à produção, habitação e fomento, localizados nas áreas de assentamento estabelecido pelo INCRA.

Atualmente, os principais problemas relacionados com o manejo da pesca no município de Santarém podem ser resumidos nos seguintes itens:

- a) A produção pesqueira é ignorada - o sistema de coleta de desembarque comercial é realizado de forma incipiente e sem estatística que possibilite garantia e confiabilidade dos dados obtidos junto aos pescadores e intermediários, tanto na feira do tablado como na buchada;
- b) A população dos pescadores é sustentada 100% com a renda obtida proporcionada pela pesca e complementada pelos recursos financeiros disponibilizados pelo seguro desemprego;
- c) A pesca está difundida numa área muito ampla e com diferenças fundamentais em relação ao tipo de ambiente e à produtividade pesqueira;

d) Até o momento, não existe nenhuma política para direcionar o desenvolvimento e o manejo da pesca no município, e a perspectiva para o futuro próximo é a de um contínuo crescimento na demanda de pescado, para a população local e para o comércio de exportação de pescado;

e) A população no setor urbano é crescente e existe um forte fluxo migratório para o município de Santarém, provocado pela expansão das atividades agropecuárias e de mineração nos municípios do entorno e a demanda por pescado também é crescente, entretanto a infraestrutura é deficiente e sem perspectivas de melhorias.

## 7.1 RECOMENDAÇÕES

O setor da pesca artesanal do município de Santarém vem enfrentando uma série de riscos ambientais provocados pela intensificação da pesca para atender à demanda, aliando-se ainda aos problemas causados pelo avanço do desmatamento e das queimadas que tem provocado assoreamento dos barrancos das encostas dos rios e, conseqüentemente, a redução do bioma aquático. Assim, as ameaças são evidentes, porém, as oportunidades de expansão da atividade da pesca artesanal são promissoras face às condições favoráveis de toda ordem que a região do estudo dispõe, além do mercado existente tanto no município como no estado e no país, e também por garantir e proporcionar a segurança alimentar da população.

Ressalte-se que em face da deficiente estrutura de coleta e tabulação de dados estatísticos de captura e desembarque de pescado conectado ao “mito das histórias de pescadores”, os órgãos e entidades governamentais e não governamentais têm dificuldades em obter e consolidar informações que visem o processo de estabelecimento de políticas públicas para o setor.

Considerando a pesquisa desenvolvida nas comunidades pesqueiras de Ituqui, e Tapará Grande, a relação com os técnicos do órgão oficial de extensão rural do estado, além das entrevistas efetivadas com pescadores das duas comunidades, da indústria de beneficiamento e proprietários de barcos que procedem a intermediação do processo de

comercialização do pescado no município de Santarém, além das observações do autor, é notório, apesar dos esforços do governo federal mediante atuação do seguro desemprego, o empenho da colônia Z-20 no processo de filiação dos pescadores para obterem o benefício do seguro, e ainda das entidades não governamentais (IPAM, ProVárzea) nas ações de organização social, educação e bem estar social. E mais, a existência de forte intermediação no processo de intermediação das vendas de pescado é atribuída, fundamentalmente, à inexistência de infraestrutura de toda ordem, em especial de armazenagem, transporte, captura mais adequada e principalmente à carência de assistência técnica e financeira.

Assim, o autor da pesquisa ousa recomendar as seguintes ações que podem minimizar o grau de instabilidade social, econômica e ambiental das comunidades estudadas e que no futuro próximo poderão ser adequadas e incorporadas aos possíveis processos de elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal do município de Santarém:

a) Levando em conta a existência do Decreto nº 2020, de 24 de Janeiro de 2006, homologado pelo Governo do Estado do Pará, urge necessidade de se estabelecer política estadual de pesca e aquicultura no município de Santarém voltada ao desenvolvimento de forma sustentável, em conjunto com as demais esferas de governo e em especial com a participação das empresas, pescadores (as) e suas organizações sociais;

b) Prover o setor de gestão compartilhada; acesso ao crédito, infraestrutura de comercialização; assistência técnica e extensão pesqueira; dotar as colônias com um sistema de informação pesqueira que contemple o cadastro de pescadores, embarcações, produção, consumo, preço e outras informações pertinentes que possibilitem a promoção de parcerias com o setor público na elaboração de políticas públicas;

c) Melhorar e dinamizar a cadeia produtiva de pescado de forma a garantir o aumento da regularidade da oferta, qualidade e renda dos pescadores;

d) Promover acordos de cooperação técnica entre o estado, município e outras entidades afins com a atividade pesqueira, com vistas a proporcionar melhores condições ao setor;

e) Proporcionar a criação de uma rede de estruturas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras que visem à implantação de terminais

pesqueiros, plataformas de desembarque e estruturas de abastecimento de gelo mais próximos das regiões pesqueiras;

f) Criar estímulos e colaboração para que ações de proteção dos recursos naturais de várzeas sejam empreendidas;

g) Promover a divulgação no seio das comunidades dos conhecimentos técnicos científicos adquiridos, os quais utilizaram as mesmas como fonte de pesquisas;

h) Viabilizar as demandas de mercado, por meio das relações multi-institucionais e multidisciplinares;

i) Romper o isolamento existente entre os segmentos sociais dos pescadores e das instituições públicas nos diversos setores, visando à troca de conhecimentos e experiências;

j) Implementar ações que possibilitem que os veículos de comunicação divulguem informações e serviços a serem prestados aos pescadores;

k) Implementar ações de controle, monitoramento e fiscalização sanitária da produção pesqueira, bem como armazenamento e escoamento da produção;

l) Finalmente, considerando a evidência, os planos de manejo devem abranger toda sua área de distribuição e não apenas espaços delimitados politicamente. Assim sendo, acordos multinacionais já bem estabelecidos, como o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a Comissão para a Pesca Interior na América Latina (COPESCAL), poderiam constituir-se em instâncias apropriadas para a implementação de tais ações, sobretudo nas áreas de pesquisa científica e estratégias protecionistas de estoques e áreas de endemismo. Ainda há a necessidade de inserir o setor da pesca numa estratégia mais ampla no contexto do desenvolvimento regional.

Diante dos custos de viagem, pagamento de pescadores pela compra de pescado e venda aos frigoríficos, 33,4% dos proprietários de barcos tiveram faturamento por incursão às comunidades pesqueiras entre 0 (zero) e 05 (cinco) salários mínimos; nenhum proprietário

ocupou a faixa de faturamento entre 05 e 10 S.M; 16,6% dos proprietários enquadraram-se na faixa de 10 a 20 S.M e 50% dos proprietários encontram-se situados na faixa de faturamento acima de 20 salários mínimos de faturamento.

Conclui-se que os proprietários de barcos são os principais beneficiários da cadeia produtiva do pescado, mesmo sem disponibilizar menor esforço na execução da captura de pescado quando comparado aos pescadores (as) existentes nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande.

Levando-se em conta observações in loco, procedidas nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Tapará Grande, detectou-se que 100% dos entrevistados têm a pesca como atividade principal e geradora de renda e desenvolvem as pescarias entre os meses de Março a Novembro e são conscientes sobre a necessidade do defeso para evitar o desaparecimento das espécies. Um percentual baixo, na ordem de 0,3.% dos pescadores, desenvolvem a pecuária e agricultura de várzea utilizando o pouco espaço de terra que dispõem que se situa entre 02 a 05 tarefas, contendo no máximo 10 cabeças de gado bovino e/ou cultivam milho, feijão, melancia, abóbora, para venda do excedente no ambiente da comunidade e consumo das famílias.

## REFÊRENCIAS

ABDALLAH, Patrizia Raggi; CASTELLO, Jorge P. O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil. **Com Ciência**. Disponível em: <[http: comciencia.com.br/litoral/artigo](http://comciencia.com.br/litoral/artigo)> Acesso em: 1 nov. 2008.

ADAMS, Cristia. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000. 336 p.

ALESSANDRO de Orlando Maia Pinheiro. **Ampliando os benefícios da disseminação de informações**: reflexões prospectivas sobre o papel do IBGE. Rio de Janeiro, p. 1-16, ago.2006.

ALMEIDA, Bruna G. D. **Os Acordos de pesca na Amazônia**: uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. São Paulo: Verus, 2003.

ALMEIDA, Oriana, et al. **Análise da produção da indústria pesqueira no baixo Amazonas**. Belém: IPAM, 2001.

\_\_\_\_\_. Inovações e pesquisa na indústria pesqueira na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 127-142, dez. 2007.

\_\_\_\_\_; LORENZEN, Kai. **Manejo de pesca no baixo Amazonas**. Belém: IPAM, 2002.

\_\_\_\_\_; MCGRATH, David. **O perfil da pesca comercial do médio Solimões**. Belém: IPAM, 1997.

\_\_\_\_\_. MCGRATH, David; RIVERO, Sérgio. Estrutura, dinâmica e economia da pesca comercial do baixo Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 175-194, dez.

ALVES, Élio de Jesus Pantoja. **Pescadores e marreteiros de Icoaraci**: um estudo sobre relações de trabalho e de troca na pesca artesanal. 1997. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

ALVES, Carmen, Almeida; Fonseca, Antonio Angelo Martins; BESKOW, Paulo Roberto. **Desenvolvimento Endógeno:** uma nova perspectiva de pensar movimento social e participação. [199-]. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/área06/6362\\_Almeida\\_Alves\\_Carmen.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/área06/6362_Almeida_Alves_Carmen.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2009.

AMARAL, Lucilene; ALMEIDA, Oriana; RIVERO, Sérgio. A mão-de-obra da indústria pesqueira na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 9, n. 2, p. 5-24, dez. 2006.

AMORIM, Inês et al. **A organização do trabalho da pesca, em fins do século XIX, na Póvoa de Varzim.** Porto: [s.n], 1999. p. 1- 21.

ARAMBURU, M. 1992. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, ano 9, n. 25, jun.1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **NBR 9.649 - Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário.** Rio de Janeiro, 1986. 13 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023- Informação e Documentação- Referências-Elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024- Informação e Documentação-Numeração progressiva das seções de um documento escrito,** Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027-Informação e documentação- Sumário-Apresentação,** Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520-Informação e documentação- Citações-Apresentação,** Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724-Informação e documentação- Trabalhos acadêmicos -Apresentação,** Rio de Janeiro, 2005.

AZAIS, Christian. Território e Trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 5, n. 1, jun. 2002.

BARROS, Alexandre Rands. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 32, p. 569-591 nov. 2001. Edição especial.

BAYLEY, P. B. ; PETRERE JUNIOR., M. Amazon Fisheries: assessment methods, current status and management options. **Can. Publ. Fisheries and Aquat. Scien.** v. 106, 1989. P. 385-398.

BATISTA, V. S. ; ISSAC, V. J. ; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFINO, M. L. (edt.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira – ProVárzea**. Manaus: IBAMA, 2004

BÉNÉ, Christophe. When Fishery Rhymes with Poverty: A First Step Beyond the Old Paradigm on Poverty in Small-Scale Fisheries. **World Development**. University of Ports Mouth, v. 31, n. 6, p. 949–975, 2003.

BNDES. **Comércio varejista**. Rio de Janeiro, jun. 1996. 15 p.

BRASIL. Decreto Lei Federal nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências (Código de Pesca). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**. 28 jan. 1967. Brasília, DF, 1961.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 50.872 - de 28 de Junho de 1961. Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**. 28 jun. 1961. Brasília, DF, 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.958, de 26 de Junho de 2009. Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**. 29 jun. 2009. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.586 de 06 de novembro de 1978. Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 1978.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.059 de 16 de março de .1995. Introduce alterações no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Brasileira**, Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 30, de 23 de maio de 2003. Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional. **Diário Oficial [da] União** Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. Secretaria do Comércio Exterior. **Comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa n. 9 de 31 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 01 de jan. de 2003.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Pro frota). Relatório do grupo de trabalho interministerial. Brasília, DF, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). **Projeto político-estrutural**. Brasília, DF, Jan. 2003.

BRUNA G. D'Almeida. **Os acordos de pesca na Amazônia**: uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. In: CARVALHO, David Ferreira. **Complexo industrial e desenvolvimento regional**: uma abordagem como suporte ao planejamento do desenvolvimento industrial. Belém: UFPa, NAEA, 1997. (Paper, 75).

\_\_\_\_\_. **Clusters regionais e estratégia competitiva sustentável num ambiente globalizado**. Belém: UFPa, NAEA, 2000. (Paper, 141).

\_\_\_\_\_. **O ciclo da Economia brasileira e a Amazônia na Dinâmica Regional Centro-periferia**. Belém: UFPa, NAEA, 1995. (Paper, 120).

CASTRO, Edna. Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho. **Revista da ANPEC**. Rio de Janeiro, v. 4, n 1, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Pesquisa:** mudanças no estuário amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental – Projeto MEGAM. Belém, NAEA/UFPA, 2005.

\_\_\_\_\_. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, 2000. 290 p.

CASTRO, Fábio de; MCGRATH, David. **Biodiversidade, Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia:** o Manejo Comunitário de Lagos na Amazônia. Parcerias Estratégicas. Brasília DF: [S.n] n.12, set. 2001.

CASSIOLATO, J. E. , LASTRES, H. M. M. O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Pequenas Empresas. In: Cassiolato, J.E e Lastres, H. M. M.(Ed.) **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: R. Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_;\_\_\_\_\_; SZAPIRO, M.. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. In: SEMINÁRIO LOCAL CLUSTERS, INNOVATION SYSTEMS AND SUSTAINED COMPETITIVENESS. 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro; ISAAC, Victoria Judith; RUFFINO, Mauro Luis. **Captura de pescado nas comunidades ribeirinhas do lago grande de Monte Alegre.** Brasília DF: IBAMA, 2000. (Coleção meio ambiente, Série estudos de pesca, 22)

CONDURU, Marise Telles. **Elaboração de Trabalhos acadêmicos:** normas, critérios e procedimentos. Belém: NUMA/UFPA: EDUFPA, 2005. 238 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA, 1, 2003, Luziânia, **Anais...**, Goiania: CNTI, 2003.

COSTA, Francisco de A. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais: As Possibilidades do Conceito na Constituição de um Sistema de Planejamento para uma Nova Sudam. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS E POLÍTICAS PARA ARRANJOS E SISTEMAS DE INOVAÇÃO E APRENDIZADO NA AMÉRICA LATINA, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Redesist, 2004.

COSTA, Gilson da Silva; Costa, Francisco de Assis. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia:** estudo sobre a região das ilhas em Cametá, Pará-Brasil. 302 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

COSTA, Francisco de A. Questão Agrária e Macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.19, n. 53, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. et. al. **O desafio do desenvolvimento na Amazônia**. Entrevista Eco. Net. 2007. Disponível em: <<http://www.arruda.rits.org.br/notitia/serviet/newstorn.ns.presentation>>. Acesso: 22 mar. 2009.

\_\_\_\_\_; INHETVIN, Tomas. **A agropecuária na economia da várzea do rio Solimões/Amazonas: diagnóstico e perspectivas**. Brasília, DF, : MMA; IBAMA; ProVárzea, 2005.

DAVID Mc Grath et al. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v.1, n.2, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (Org.) **Os Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF.: Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade; São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 2001. 176 p. (Diversidade biológica, 4).

DINIZ, Marcelo Bentes. **Projeto de dissertação do curso de especialização em economia regional: Arranjo produtivo da pesca no Município de Santarém**. Belém: UFPA/ADA, 2005.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 248 p.

ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 6, 2006, Aracaju. Anais... Aracaju. 12 p.

ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo, v. 19, n.54, 2005.

FEENY, D. et al. A tragédia dos Comuns Vinte e Dois Anos Depois. In: Diegues, A.C. ; Moreira A.C. (Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São paulo: NUPAUB - USP, 2001. p.17 a 42.

FURTADO, L. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987. p. 1 – 12.

\_\_\_\_\_. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica** Belém: MPEG, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pescadores e Hidro-negócios**: como alternativa para trabalho, renda e gestão de recursos? Belém: MPEG, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pescadores e “Hidronegócios”**: uma alternativa para trabalho, renda e gestão de recursos? 2007. Disponível em: < <http://www.museu-goeldi.br/renas/textos/Via%20campesina.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

\_\_\_\_\_; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex Fiuza de (Org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 292 p.

GOULDING, M. **A ecologia da pesca no rio Madeira**. Manaus: CNPq; INPA, 1979. 172 p

HARDIN, G. La tragédia de los bienes comunes. In: Smith, Richard C. ; Pinedo, Danny. **El cuidado de los bienes comunes:gobierno Y manejo de los lagos y bosques en la Amazônia**. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002. p. 33-48. (Estudios de la Sociedad Rural, 21)

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: micro dados. Rio de Janeiro, 2004. 1 CD-ROM.

IBAMA. **Acordo da pesca**. Brasília, DF, 2003

\_\_\_\_\_. **Administração participativa**: um desafio à gestão ambiental. Brasília, DF, 1997. 8 p.

\_\_\_\_\_. **Estatística da pesca 1999**: Brasil: grandes regiões e unidades da Federação. Brasília, DF, 2001. 95 p.

\_\_\_\_\_. **Produção Brasileira da Aquicultura e Pesca, por Estado e espécie, para o ano de 2002**. Brasília, DF,: CEPENE, 2004. 98 p.

\_\_\_\_\_. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea). **Acordos de pesca**: a comunidade é quem faz. Brasília, DF: ProVárzea;Ibama; WWF-Brasil, 2003.

ISAAC, Victoria Judith. **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: Recursos, Tecnologia, Aspectos Socioeconômicos e Institucionais. Belém: UFPa, 2006. 186 p.

\_\_\_\_\_.; BARTHEN, R., Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. **Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v.11, n. 2, p. 295-339, dez. 1995.

ISTO É. São Paulo: Três, n. 60, ago. 2008.

JARDIM-LIMA, Dayson et al. **A dinâmica do Pulso de inundação**: aplicações de sensoriamento remoto na avaliação da área de águas abertas e morfologia dos lagos de várzea da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - Amazônia Central. 2005. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.19.18.09/doc/3069.pdf>>. Acesso: 10 jan. 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Parceiros do Mar**: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq; MPEG, 1985. 227 p.

\_\_\_\_\_. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.16, n. 45, p. 107-121, maio/ago. 2002.

MAGALHÃES, Josiane . Relações de trabalho no Brasil: o movimento autogestionário como resposta à globalização da economia e seus reflexos no mercado de trabalho. **Urutágua** Maringá, v.1, n.3, dez. 2001.

MANESCHY, M. C. Pescadores e curralistas do litoral do Estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**. São Paulo, n. 10, p. 53-73, jul./dez.1993.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MESCHAT, Arno. **Aquacultura e pesca em águas interiores no Brasil...** Rio de Janeiro: Programa de Pesquisa de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil; PNUD; FAO, 1975.

MCGRATH, D. G.; VIEIRA, I. J. ; BARCO, M. V. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: VALLADARES-PADUA, C. ; BODMER, R. E. (ed.). **Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil**. Rio de Janeiro: MCT;CNPQ; Sociedade Civil Mamirauá, 1997. p. 173-185.

\_\_\_\_\_.; CASTRO, F. de, FUTEMMA, C. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I. M. (edt.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

MITLEWSKI, Bernd. **O fortalecimento de comunicação e diálogo como estratégias básicas num projeto de administração pesqueira na Amazônia.** Brasília, DF.; IBAMA, 1999. (Coleção Meio Ambiente, Série Estudos de Pesca, 22).

MONTENEGRO JÚNIOR, Ignácio Ribeiro Pessoa. **Turismo e urbanização:** gestão de impactos no litoral de Aquiraz-Ce. 2004. 259 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: < [http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado\\_semad/trabalhosPDF/323.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semad/trabalhosPDF/323.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2009.

OSTROM, E. Reformulando los bienes comunes.:In: Smith,Richard Chase; Pinedo, Danny (edt.) **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía.** Lima: Instituto del Bien Comum; IEP, 2002.

PARÁ. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Situação do Espaço Municipal de Santarém.** abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Secretária de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ). **Estatística e desembarque pesqueiro do Estado do Pará.** Belém: FADESP/MPEG, 2008.

PASSADOR, Cláudia Souza; GARCIA JUNIOR João Berdu. **A importância do capital social no cenário rural:** apontamentos sobre a produção da seda na América Latina. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/05O275.pdf>. >. Acesso em: 13 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. Decreto nº 2.020, de 24 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola SEPAQ. **Diário Oficial do Estado.** Belém, 2006

PEREIRA A. José. Comportamento da Economia Informal no Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma comparação entre gêneros. **Revista Economia e Desenvolvimento.** Rio Grande do Sul: UFRG, n. 14, 2002.

PINHEIRO, Alessandro Maia. Ampliando os benefícios da disseminação de informações: reflexões prospectivas sobre o papel do IBGE. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÃO SOCIAIS, 2. Rio de Janeiro, ago.2006. p. 1-16.

POLANYI, Karl 1957.**The great transformation:** the political and economicorigins ofour time. Tradução de Bruno P. W. Reis. Boston: Beacon Press, 2003.

POPPER, Karl R. **A Sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução de Milton Amado. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003. v.1.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 260 p.

\_\_\_\_\_. **Escrevendo sobre as regiões italianas**. In: MAKING Democracy Work. Italia: Civic Traditions in Modern Itali. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1993.

RUFINO, L. Mauro; PETRERE JUNIOR, M.; e PEIXER, Janice. **O setor pesqueiro na Amazônia**: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: IBAMA/Pro várzea, 2007. 122 p.

SANTANA, Graça. Zoneamento, Usos e Representações Sociais dos espaços aquáticos de Fortalezinha, Maracanã, Pará. In: CASTRO, Edna. **Belém de Águas e Ilhas**. Belém, UFPA; NAEA, 2008.

SANTARÉM. Prefeitura. Secretaria de Agricultura. **Economia do município**. Santarém, 2002.

SANTOS, Emanuel. Peixe some dos mercados e preço dispara. **Tribuna do Tapajós**. Santarém, ano 6, abr. 2003.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.19, n.54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, R. O equilíbrio da firma aviadora e o significado econômico-social do aviamento. **Revista Pará Desenvolvimento**, Belém, n. 3, set./out., 1968.

SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A Queiroz, [1980]. 358 p.

SANTOS, Valcir, Bispo. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. In: MOVIMENTO SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRASIA, 2., Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável e Pesca Artesanal na Amazônia Oriental: a dimensão da sustentabilidade dos acordos de pesca na região a jusante da UHE Tucuruí.** In: ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., Salvador, **Anais...** Salvador: UFBA/IPPUR-UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. In: ENCONTRO SUL-AMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES E REPRESAS, 1., Salvador, **Anais...** Salvador: UFBA/IPPUR-UFRJ, 2007.

SENA, Ana Laura dos Santos. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial face à metamorfose de capital.** Belém: NAEA, 2006. 360 p.

SILVA, R. C. da; SILVA, R. da N. S. da. **O potencial socioeconômico da pecuária de várzea no município de Santarém.** 2006. 75 f. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Economia Regional e Desenvolvimento Sustentável, Centro Socioeconômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, Thiago Mota Fontenele e. Desenvolvimento humano e crescimento econômico. In: RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Lisboa: Tricontinental; PNUD, 1996. Cap. 6.

SILVEIRA, I. M. Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, n. 74, 1979. (Série antropologia).

SONODA, Daniel Yokoyama. **Análise Econômica de sistemas alternativos de produção de tilápias em tanques redes para diferentes mercados.** 92 f. Dissertação (Mestrado em economia aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade Federal de São Paulo. Piracicaba, 2002.

SUDAM. **Zoneamento ecológico-econômico da área de influência da rodovia BR 163 (Santarém-Cuiabá).** Belém, [2006].

SUFRAMA. Instituto Superior de Economia e Administração (ISAE), FGV. **Projeto potencialidades regionais estudo de viabilidade econômica da piscicultura.** Manaus, v.8, jul.2003.

VERISSIMO, J. A. **A pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1985. 137 p.

YIN, R. K.; ZILBOVICIUS, Mauro. **Modelos de produção e produção de modelos in De JK a FHC: A reinvenção dos carros no Brasil, notas de aulas de teoria das organizações e organização do trabalho.** Disponível em: < [recep.linkway.com.br](http://recep.linkway.com.br) Oxford: [www.oxford.uk](http://www.oxford.uk)>. Acesso em: 15 fev. 2009.

**APÊNDICES**



## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DONOS DE CANOAS



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

#### QUESTIONÁRIO APLICADO A PESCA DORES QUE UTILIZAM CANOAS NAS PESCARIAS

**ENTREVISTADOR:** .....  
**LOCAL DA ENTREVISTA:** ..... **DATA:**.....  
**ENTREVISTADO:** .....

#### 1-DADOS DO ENTREVISTADO

- 1.1 Apelido:.....Estado Civil:.....  
 1.2 Nasceu onde?.....Idade:.....  
 1.3 Quanto Tempo Reside na Comunidade?.....  
 1.4 Ocupação Atual :.....  
 1.5 O Que Fazia Antes?.....  
 1.6 É Filiado à Colônia Z-20? ( ) Sim ( ) Não

#### 2- CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DA PESCA:

- 2.1 Pesca Durante Todo o Ano?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 Quais os Períodos do Ano?.....  
 Eventualmente: (...) Sim (...) Não  
 2.2 Renda da Família Depende da Pesca? ( ) Sim ( ) Não  
 Caso Positivo, qual o Percentual? ( % )  
 2.3 Quais Outras Fontes de Renda Possui?  
 ( ) Pecuária de várzea: quantas cabeças? .....  
 ( ) Agricultura de Várzea : quantas tarefas?.....de que?.....  
 2.4 Outros Membros da Família Atuam na Pesca? ( ) Sim ( ) Não  
 Quantos?.....

#### 3- MAIS RECENTE PESCARIA:

- 3.1 Capacidade de Gelo: .....kg Urna ( ) Isopor ( )  
 3.2 Canoa Utilizada na Pesca : Rabeta ( ) Remo ( )  
 3.3 Quantas Pessoas Atuaram na Pescaria :  
 Da família ( ) Parceiro ( ) Quantos? ( )  
 3.4 Qual é a sua Função na Pescaria?  
 .....  
 3.5 Canoa Utilizada é de sua Propriedade? Sim ( ) Não ( )  
 3.6 Qual o Custo Total da Viagem?  
 Combustível ..... R\$ ..... ,00  
 Gelo ..... R\$ ..... ,00  
 Rancho.....R\$.....,00  
 Reparos Canoa..... R\$ ..... ,00  
 Outros..... R\$.....,00

**TOTAL.....R\$.....,00**

3.7 Quem Assume as Despesas da Pescaria?

( ) Proprietário ( ) Dividida entre os Membros

3.8 Levou Quanto Tempo a Pescaria? ( ) Dias Horas ( )

3.9 Recebe Qualquer Apoio Financeiro para a Pescaria?

( ) Sim ( ) Não De quem? ..... Quanto? .....

3.10 Local da Pescaria : ..... Comunidade .....

Região: .....

3.11 Qual o Tempo de Deslocamento? ( ) Horas ( ) Dias

#### **4- QUAL FOI O RESULTADO DA PESCARIA?**

4.1 Espécies:.....

4.2 Quantidade por Espécie :

.....kg de..... Vendido a R\$ .....00

4.3 Quanto foi Retirado para Consumo da Família? .....kg

4.4 Vendeu na Comunidade ( ) Atravessador ( ) Tablado ( )

Outros ( ) Especificar .....

4.5 Quanto Tempo Levou para Vender o Peixe?

.....Horas .....Dias

4.6 Tem ideia para onde vai o Pescado da sua Produção?

( ) Sim

( ) Não

Em caso Positivo, para Onde?

4.7 Como foi Efetivado o Pagamento:

( ) Dinheiro à vista ( ) Troca de Insumos ( ) A prazo .....

4.8 Quanto Ganhou após a Divisão da Renda da Pescaria?

R\$.....00

4.9 Quais Instrumentos Utilizados na Pescaria?

.....

4.10 De quem é a Propriedade dos Instrumentos?.....

.....

4.11 Que Tipo de Acordo foi Tratado para Divisão do Resultado da Pescaria?

.....

4.12 É Usuário do Acordo de Pesca?

( ) Sim ( ) Não

Em Caso Negativo, por quê?.....



## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DONOS DE BARCO



### APÊNDICE I

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

#### QUESTIONÁRIO APLICADO A PROPRIETÁRIOS DE BARCOS QUE ADQUIREM PESCADO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

**ENTREVISTADOR:** .....  
**LOCAL DA ENTREVISTA:** ..... **DATA:**.....  
**ENTREVISTADO:** .....

#### 1-DADOS DO ENTREVISTADO

- 1.1 Apelido:..... Civil.....  
 1.2 Nasceu onde?..... Idade:.....  
 1.3 Ocupação Atual: .....  
 1.4 O que fazia Antes?.....  
 1.5 É Filiado a Colônia Z-20? ( ) Sim ( ) Não

#### 2- CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA PESCA:

- 2.1 Adquiri Pescado Durante Todo o Ano?  
 ( ) Sim ( ) Não  
 2.2 Nome da Embarcação:..... Tamanho .....  
 2.3 N° do Registro ( RGP) :.....  
 2.4 Capacidade de Gelo.....Capacidade do Motor.....  
 2.5 Capacidade de Pescado.....Construído no ano de .....  
 2.6 Custou o Barco:.....Recursos Próprios ( ) Terceiros ( )  
 2.7 Quem Financiou? .....  
 2.8 Constituição da Tripulação.....  
 2.9 Qual é sua Função no Barco?.....  
 2.10 Quais os Períodos do Ano que Executa Compra de Peixe?.....  
 Eventualmente: (...) Sim (....) Não  
 2.11 Renda da Família Depende da Pesca ( ) Sim ( ) Nao  
 Em caso Positivo, qual o Percentual? ( % )  
 2.12 Quais Outras Fontes de Renda Possui?  
 ( ) Pecuária de várzea quantas cabeças? .....  
 ( ) Agricultura de Várzea : quantas tarefas?.....de que?.....  
 ( ) Outras Quais ? .....  
 2.4 Outros Membros da Família Atuam no Barco: ( ) Sim ( ) Não  
 quantos?.....

#### 3- MAIS RECENTE PESCARIA:

- 3.1 Capacidade de Gelo: .....kg Urna ( ) Isopor ( )  
 3.2 Quantas Pessoas Atuaram na Pescaria?  
 Da família ( ) Parceiros ( ) Quantos? ( )  
 3.3 Barco Utilizado é de sua Propriedade? Sim ( ) Não ( )  
 Arrendado ( ) Alugado ( )

## 3.4 Qual o Custo Total da Viagem?

Combustível ..... R\$ ..... , 00  
 Gelo ..... R\$ ..... , 00  
 Rancho.....R\$. ..... ,00.  
 Reparos Barco..... R\$ ..... ,00  
 Pagamento da Tripulação.....R\$. ..... , 00  
 Outros..... R\$. ..... , 00  
**TOTAL.....R\$. ..... , 00**

## 3.7 Quem Assume as Despesas de Viagem?

Proprietário  Dividida entre os Membros

3.8 Levou Quanto Tempo a Compra?  Dias  Horas

## 3.9 Recebe Qualquer Apoio Financeiro Extra para Aquisição de Pescariado?

Sim  Não De quem? ..... Quanto? .....

3.10 Locais de Compra: ..... Comunidade .....

Região: .....

3.11 Qual o Tempo de Deslocamento?  Horas  Dias

**4- QUAL FOI O RESULTADO DA ULTIMA COMPRA:**

4.1 Espécies Adquiridas:.....

4.2 Quantidade por Espécie :

.....kg de.....	A	R\$ ..... ,00
..... kg de.....	A	R\$ ..... ,00
.....kg de.....	A	R\$ ..... ,00
..... kg de.....	A	R\$ ..... ,00
..... kg de.....	A	R\$ ..... ,00

4.3 Quanto foi Retirado para Consumo da Família? .....kg

4.4 Vendeu na Comunidade  Mercado  Tablado

Frigorífico  Outros  Especificar .....

4.5 Quais os Preços Adotados :

Por Espécie: ..... R\$ ..... ,00/KG  
 .....R\$ ..... ,00/KG  
 .....R\$. ..... ,00/KG  
 .....R\$. ..... ,00/KG  
 .....R\$. ..... ,00/KG  
 .....R\$. ..... ,00/KG

4.6 Quanto Tempo Levou para Vender o Peixe:

.....Horas .....Dias

4.7 Como foi Efetivado o Pagamento:

Dinheiro À Vista  Troca de Insumos  A prazo